

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Paula Blume

**AS MULHERES LÉSBICAS E *O LAMPIÃO DA ESQUINA* CONTRA A POLÍTICA
SEXUAL DA DITADURA BRASILEIRA (1978-1981)**

Porto Alegre

2021

Paula Blume

**AS MULHERES LÉSBICAS E *O LAMPIÃO DA ESQUINA* CONTRA A POLÍTICA
SEXUAL DA DITADURA BRASILEIRA (1978-1981)**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre

2021

PAULA BLUME

**AS MULHERES LÉSBICAS E O LAMPIÃO DA ESQUINA CONTRA A POLÍTICA
SEXUAL DA DITADURA BRASILEIRA (1978-1981)**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (Orientador/UFRGS)

Profa. Dra. Alessandra Gasparotto (UFPEL)

Profa. Dra. Patrícia da Costa Machado (UNILASALLE)

Ma. Marla Barbosa Assumpção (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas, uma a uma, que fizeram parte da minha caminhada acadêmica, dentro e fora da Universidade, afinal, a construção desse caminho de aprendizados foi feita a partir do que ouvi, vi e vivi em todos os ambientes que a Universidade nos proporciona e também em todos os setores da sociedade por onde estive, mesmo aqueles que parecem não ter nada a ver com a academia. Não será possível fazer esse agradecimento como eu acho que seria ideal, afinal, seria um capítulo feito só para agradecer meu mestre Enrique Serra Padrós, professor e amigo, pelo qual inicio os agradecimentos e venho o agradecendo desde o primeiro dia em que começou a me inspirar (sempre em longos e loucos e-mails, cartas e fanzines). Vou descrever uma imagem que acredito ser o agradecimento adequado para o tamanho da humanidade, conhecimento, humildade, amorosidade, dedicação, disciplina, cuidado e profissionalismo do Enrique: em uma prateleira onde se colocam apenas imagens de quem nos inspira diariamente ou de coisas e paisagens, a minha tem de um lado o professor Paulo Freire junto de bell hooks e, ao lado dos dois, o Enrique S. Padrós. Essa prateleira existe e não sou a única a cultuá-la (com muito cuidado, inclusive, afinal o culto à personalidade pode não gerar bons frutos se cultuado sem criticidade, o que nesse caso é uma questão de coerência com as figuras cultuadas, ser crítica). Obrigada, Enrique, por toda a confiança, por toda a dedicação, por todos os aprendizados, por não desistir, por me ajudar a não desistir, eu te amo e serei professora de história porque tu não desistiu de me ajudar a ter estrutura física e mental para continuar, no pior momento que já vivi, um tombo e tanto e que diariamente ainda convivo com as consequências. Te amo e sempre estarei presente para você, meu parceiro, em todos os momentos que a vida exigir.

Minha família de sangue, a mãe dona Cenira, o pai seu Jose Alberto e a mana Eloá, vocês sempre me apoiaram nas minhas viagens, seja naquelas que trouxeram alegrias, seja naquela em que o caos se estabeleceu. Este trabalho é inteiro para vocês. Eu poderia ser parte da estatística e ter sido expulsa de casa após assumir a sexualidade, apanhar, viver em cárcere privado, entre outras arbitrariedades, mas, pelo contrário, fui acolhida, com as dificuldades do início, mas com a compreensão de grandes conversas que regem as relações sejam elas de qual espécie for. Hoje é só alegria, orgulho e amor (dor também né, que ninguém é de ferro, apesar de eu ter bastante titânio no corpo). Amo vocês e podem ter certeza que foi possível por que tenho vocês.

Tenho muitas famílias para agradecer, a família dos amigos e amigas da faculdade que levo no peito e que na sua maioria serão e já são parte da mesma categoria profissional que

escolhi, na mesma luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, seja onde for. A Luli que sempre foi minha companheira para aprender dentro de sala de aula como professoras e para criar dentro da escola a partir do que os estudantes viveram e do que nós vivenciamos nas lutas com os movimentos sociais, com os livros, músicas, filmes, vídeo clipes, cordéis, entre outras tantas ferramentas que usamos juntas, obrigada minha amiga e “parça”, seguimos em muitos momentos e novas páginas de amizade e parceria virão. Da faculdade ainda tem a Stella (quem me salvou da Covid-19 com um doce), a Amanda, o Levan, a Vanessa (prestativa, sempre a postos para ajudar e colorada amiga), tem meu amigo Jorge Fernandes (fundamental em conselhos e me ensinando o que a vida já o mostrou, obrigada compa). Tem as de outra geração: a Grazi (com direito a massagens), a Pati (que não hesita em ler, que ajuda sempre, obrigada), a Cristiane (de longe, mas muito conectadas nas ideias e vida), a Débora e a Marla, muito obrigada. Tem a Anna, a Jana, o Pedro, a Letícia (quem atentamente me ajudou nas correções deste trabalho) - esse é o grupo de pesquisa que anda junto com o Enrique, é com eles e elas que aprendi e aprendo sobre ditadura todos os dias. Queria agradecer à Cláudia pela dedicação incansável. À Suzana Lisboa, meu maior respeito, admiração, agradecimento, reconhecimento, amor, tua dedicação na luta contra a ditadura e a persistência com muita coragem na luta por memória, verdade e justiça são meu combustível diário para nunca desistir, a justiça virá e será, também, pelo Ico. Tem mais pessoas aí que dentro da minha vida, posso ter esquecido e peço desculpas já, todo mundo sabe que sou “sequelada”. Tem, ainda, as referências que foram colegas como a Greice, o Davi, a Ale, o Caio, a Liana, a Ananda das Ciências Sociais, que pedalou comigo por anos indo e vindo, às vezes só indo, para o Campus do Vale, para Sapiranga, para Gravataí no Itacolomi e me cuidou no hospital da Argentina e do Brasil. O eterno Ricardão, camarada do PCB, professor de história que faleceu tão cedo; nego Dener e Bertran, nossos professores da vida, a Deborah em nome de todas e todos do CV, ao Ricardinho (em memória), ao professor Jefersson, a Nadine, a Vá da História que também é do CV, assim como a Helen e o seu companheiro, tem muitos outros que não lembro dos nomes nem da imagem no momento, aos guris, às gurias, às monas, aos manos, às minas e todes que conheci no Centro de Vivência do Campos do Vale, nosso CV, tantas coisas perigosas que fizemos lá, mas que foram fundamentais na minha formação.

Eu não chegaria nem perto da UFRGS se não fosse o cursinho popular ONGEP, onde estudei, em 2010, com as pessoas que depois foram muito mais que colegas. Foram as pessoas que me salvaram, que me fizeram voltar a andar, literalmente, que se revezaram no hospital para me cuidar, que dormiram na frente de um consulado para eu ter o direito à saúde: Tati, Gabi, Jorge, Wiliam, Floyd, Sarah, Silvia, Alexandre, Airan, Jerônimo, Cassius, Ananda,

Cristiane Panda, Daphene, entre outras muitas pessoas, sem palavras. Muito obrigada aos partidos de esquerda, organizações e movimentos sociais que compunham o Bloco de Lutas pelo Transporte Público, pela formação política e pela mobilização que também me ajudou.

A todas as professoras e professores do IFCH, os que geram amor e ódio, todos foram essenciais. Muito obrigada. Um salve especial para a Clê do xerox, que se recupere o quanto antes, a todas e todos os trabalhadores terceirizados que fazem a Universidade se manter, aos técnicos e técnicas administrativas, em nome da Michelle da Comgrad do IFCH, sem vocês nada seria possível. Aos últimos encontros que, paradoxalmente, eram antigos e fazem parte desse mesmo ambiente, mas quis a caminhada que nos encontrássemos fora de lá e em outras circunstâncias, um salve com carinho para o Marcelão (mestre) e para a Nati (de coração).

Tenho uma família no futebol também, que no caso mistura-se com atuação política, a toda rapaziada da Coluna Vermelha, frente de torcedores e torcedoras antifascistas do Inter, obrigada por todo o acolhimento e força na luta. A todo pessoal do movimento político O Povo do Clube. Salve todas as torcidas organizadas e a barra do Inter, sem elas o clube não pode existir. Obrigada Sport Club Internacional por me proporcionar pessoas incríveis, muita paixão, cachaça, emoção e luta, “eu nunca me esquecerei dos dias que passei contigo, Inter”. Voltar ao Inter foi viver de novo e viva o futebol feminino, vamos Gurias Coloradas. Um salve especial à Fabi, uma irmã, amiga e camarada que o movimento político O Povo do Clube me deu.

Tenho uma família construída à base de muita confiança e brigas, que é a rapaziada antifascista, boto muita fé e energia nessa caminhada, ela que faz dar sentido à teoria toda que circula por aí. Com a união e a ação (unidade de ação?) trilhamos um caminho que já começou antes de nós e não terminará conosco, mas agora já era, fazemos parte dessa história e temos que seguir até a vitória. Por questão de não ser “cagueta”, não vou citar nome nenhum aqui e ali, quem é sabe, quem não é “cabelo avoa”! Avante, antifascistas.

À família que faço parte desde o seu surgimento, minha amiga e comadre Nati, seu companheiro Pedro e as três crianças pelas quais eu sempre estarei, Alice, Joana e Vitória, as afilhadas da dinda que é chamada de: “dinda maluca”. Um abraço apertado de obrigada a todas as parcerias que estão distantes como as de São Paulo capital, Dila do Capão, Elaine de Mogi das Cruzes, vocês sabem do que falo, aliadas.

Por fim, a todas as médicas, médicos, fisioterapeutas, enfermeiras e enfermeiros, técnicos de enfermagem e de radiologia, a todas as pessoas que trabalham no Hospital Cristo Redentor de Porto Alegre, ao meu médico que ainda trata minha dor crônica, doutor Sérgio, e à fisioterapeuta que todo o Sistema Único de Saúde (SUS) deveria ter, Flávia Martinez, professora e fisioterapeuta da ESEFID/UFRGS, com quem cheguei de cadeiras de rodas sem

muita perspectiva, mas estou de pé mais reta e firme do que apostavam. A minha vida sem vocês não existe.

A desmemória

O medo seca a boca, molha as mãos e mutila. O **medo** de saber nos condena à ignorância; o **medo** de fazer nos reduz à impotência. A ditadura militar, **medo** de escutar, medo de dizer, nos converteu em surdos e mudos. Agora a democracia, que tem **medo** de recordar, nos adoece de amnésia; mas não se necessita ser Sigmund Freud para saber que não existe tapete que possa ocultar a sujeira da memória.

Eduardo Galeano

É ao nível de cada cidadão, através dos sofrimentos e da consciência de ter que participar modestamente da liberação do mundo, que poderá levantar-se a esperança de uma alternativa que abra o caminho à existência de uma geração mais livre e mais audaciosa, à qual caberá o encargo de construir um mundo baseado na liberação dos oprimidos e na paz entre os homens.

Joseph Comblin

RESUMO

Esta pesquisa analisa as condições históricas que marcaram a organização política de mulheres lésbicas e outros grupos da população LGBTQ+ em movimentos sociais no processo de luta contra a ditadura de Segurança Nacional brasileira, precisamente a partir de 1976. O objetivo consiste em entender os fatores históricos que levaram as mulheres lésbicas (e também as demais pessoas incluídas no universo LGBTQ+) a se organizarem em movimentos sociais na luta por libertação da opressão histórica que vivenciavam e na batalha pela redemocratização do Brasil entre os anos de 1978 e 1981, período da existência de nossa fonte principal e ponto de chegada da pesquisa, o jornal da imprensa alternativa *O Lâmpião da Esquina*. Percorremos os antecedentes da opressão à população LGBTQ+ na história do Brasil, pois acreditamos ser necessário ter uma visão mais ampla de como as estruturas de poder do Brasil Colônia, Império e primeiras décadas republicanas lidavam com a população LGBTQ+, buscando exemplos que envolvam as mulheres lésbicas para, enfim, chegarmos nos o contexto histórico da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Contexto que analisamos a partir da discussão da perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional, que balizou ideologicamente as ditaduras do Cone Sul da América Latina entre os anos finais da década de 1950 e os anos 1980. Além disso, analisamos o período ditatorial brasileiro e a política sexual imposta pelos militares a partir de uma moral conservadora, cristã e ocidental. O ponto de chegada da investigação é a análise da edição nº 12 do jornal *O Lâmpião da Esquina* (1978-1981), o qual apresenta a primeira matéria produzida inteiramente por mulheres lésbicas, voltada para as pautas daquelas que se engajaram nos movimentos sociais.

Palavras-chave: Política sexual da ditadura. Ditadura de Segurança Nacional. Homossexualidades. Mulheres lésbicas. *O Lâmpião da Esquina*.

RESUMEN

Esta investigación analiza las condiciones históricas que marcaron la organización política de mujeres lesbianas y otros grupos de la población LGBT+ en movimientos sociales en el proceso de lucha en contra de la dictadura de Seguridad Nacional brasileña, más precisamente desde 1976. El objetivo es comprender los factores históricos que llevaron a las mujeres lesbianas (y también a las demás personas incluidas en el universo LGBT+) a organizarse en movimientos sociales en la lucha por liberación de la opresión histórica que experimentaron y en la batalla por la redemocratización del Brasil entre los años de 1978 y 1981, período de la existencia de nuestra principal fuente y punto de llegada de la pesquisa, el periódico de la prensa alternativa *O Lampião da Esquina*. Recorremos los antecedentes de la opresión a la población LGBT+ en la historia de Brasil, pues creíamos ser necesario tener una visión más amplia de cómo las estructuras de poder del Brasil Colonial, Imperio y primeras décadas republicanas lidiaban con la población LGBT+, buscando ejemplos que impliquen a las mujeres lesbianas para, al fin, llegar al contexto histórico de la dictadura civil-militar brasileña (1964-1985). Contexto que analizamos desde la discusión de la perspectiva de la Doctrina de Seguridad Nacional, que marcó ideológicamente las dictaduras del Cono Sur de Latinoamérica entre los años finales de la década de 1950 e los años 1980. Además, analizamos el período dictatorial brasileño y la política sexual impuesta por los militares desde una moral conservadora, cristiana y occidental. El punto de llegada de la investigación es el análisis de la 12ª edición del periódico *O Lampião da Esquina* (1978-1981), el cual presenta la primera materia producida completamente por mujeres lesbianas, dirigida hacia la pauta de aquellas que se comprometieron con los movimientos sociales.

Palabras-clave: Política sexual de la dictadura. Dictadura de Seguridad Nacional. Homosexualidades. Mujeres lesbianas. *O Lampião da Esquina*.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Cassandra Rios fotografada pela <i>Revista Realidade</i> em março de 1970	52
Figura 2 – Capas de livros de Cassandra Rios	53
Figura 3 – Capas de <i>O Lâmpião da Esquina</i> sobre Cassandra Rios	54
Figura 4 – Homossexuais pró-1º de maio, em 1980.....	80
Figura 5 – Capa do Jornal <i>Lâmpião da Esquina</i> , nº 11	102
Figura 6 – Capa do jornal <i>O Lâmpião da Esquina</i> , nº 12.....	103
Figura 7 – “Lésbicas metem o pau na repressão”.....	114
Figura 8 - Título do primeiro texto escrito pelas lésbicas no <i>Lâmpião</i>	116
Figura 9 – “Amor entre mulheres”	124
Figura 10 – Alegoria à “Pietà” de Michelangelo	133

LISTA DE SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

AJS - Alicerce da Juventude Socialista

CS - Convergência Socialista

CNV - Comissão Nacional da Verdade

DOI-CODI - Departamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

ESG - Escola Superior de Guerra

GALF - Grupo de Ação Lésbico Feminista

LF - Grupo Lésbico Feminista

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

MCI - Movimento Comunista Internacional

MNU - Movimento Negro Unificado

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

SII - Sociedade Interamericana de Imprensa

SNI – Serviço Nacional de Informação

STF - Supremo Tribunal Federal

TDE - Terrorismo de Estado

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. LESBIANIDADE, MORALIDADE, DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E DITADURA	28
1.1 Antecedentes no Brasil.....	28
1.2 A ditadura e a moralidade sexual	37
1.3 A escritora mais censurada pela ditadura brasileira era lésbica: a perseguição a Cassandra Rios	50
1.4 O caso Celso Curi (jornal <i>Última Hora</i>) como “gatilho” para a organização dos homossexuais no Brasil	55
1.5 Legislação utilizada contra a população LGBTQ+ durante a ditadura	59
1.6 A repressão aos homossexuais durante a ditadura	62
2. DITADURA, INIMIGO INTERNO E MULHERES LÉSBICAS	68
2.1 Inimigo interno e moralidade na Doutrina de Segurança Nacional	68
2.2 O processo de organização das mulheres lésbicas durante a Abertura Política	74
2.2.1 Nasce o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual	75
2.2.2 As lésbicas no Somos: Grupo de Afirmação Homossexual	77
2.3 O movimento homossexual, a esquerda e os movimentos sociais	79
2.4 “Abertura”, resistência e repressão aos LGBTQ+	82
3. IMPRENSA ALTERNATIVA, O LAMPIÃO DA ESQUINA E A LUTA DAS MULHERES LÉSBICAS	85
3.1 <i>O Lampião da Esquina</i> e a imprensa alternativa.....	85
3.2 “O povo gay pode falar?”	92
3.3 As mulheres lésbicas botam a cara (1979).....	101
4. AS LÉSBICAS E O LAMPIÃO DA ESQUINA	105
4.1 As mulheres lésbicas no <i>Lampião da Esquina</i>	105
4.2 As lésbicas entram em cena: “nós (também) estamos aqui”	116
4.3 Elas por elas: o amor entre mulheres no <i>Lampião da Esquina</i>	124
CONCLUSÃO	139
REFERÊNCIAS	146

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a situação imposta pela ditadura de Segurança Nacional (1964-1985) às mulheres lésbicas como ponto de chegada para a análise histórica da condição de opressão contra as pessoas LGBTQ+¹, buscando compreender o processo de entrada dessas mulheres nas organizações engajadas na pauta de “libertação homossexual” (termo utilizado na época), analisando o papel do veículo da imprensa alternativa² *O Lâmpião da Esquina* (1978-1981) ao longo desse processo. O objetivo da pesquisa consiste em entender os fatores históricos que levaram as mulheres lésbicas (e também as demais pessoas incluídas no universo LGBTQ+) a se organizarem em movimentos sociais na luta por libertação da opressão histórica que vivenciavam e na batalha pela redemocratização do Brasil entre os anos de 1978 e 1981.

Esse recorte temporal é correspondente aos anos em que o *Lâmpião da Esquina* circulou nacionalmente, de modo que analisamos a existência do jornal como um veículo da imprensa alternativa que durou do ano de 1978 a 1981. Durante a pesquisa, tivemos acesso a estudos que abordam diversas edições do jornal, porém, nos detemos mais especificamente no exame das edições que vão do número 0 ao número 12. Das edições de nº 0 a de nº 11, citamos apenas aquelas em que aparecem questões relacionadas às mulheres lésbicas e até a edição de número 12. Essa edição é um marco pois foi a primeira publicação do *Lâmpião da Esquina* em que as mulheres lésbicas organizam e escrevem uma matéria sobre elas e por elas.

A análise da formação da resistência política da população LGBTQ+ brasileira durante a ditadura tem como pano de fundo uma inquietação perturbadora: por que a sociedade e o Estado brasileiros do século XXI protagonizam o número de assassinatos de pessoas LGBTQ+ no mundo? É importante mencionar que as pessoas transexuais e travestis são as vítimas mais frequentes desses assassinatos. Não temos dúvidas de que o fato da autora deste trabalho ser uma mulher lésbica faz crescer a perturbação, pela existência da possibilidade de ser

¹ “LGBT+” refere-se a “lésbicas”, “gays”, “bissexuais”, “travestis”, “transexuais” e “transgêneros”. O símbolo “+” corresponde às outras possibilidades de sexualidades existentes, por exemplo, pessoas queers, assexuais, pansexuais, intersexuais e tantas outras. Sabemos, no entanto, que há um grande número de trabalhos sobre o tema e que, dentro do movimento LGBTQ+, a terminologia também está em disputa e em desenvolvimento. Dessa forma, optamos por empregar essa sigla LGBTQ+ por ser a mesma utilizada nas políticas públicas para essa população, levando em conta que há ainda mais sexualidades em nosso convívio. Com o intuito de facilitar a compreensão, e ciente de que possa ser visto como anacronismo, utilizarei como sinônimo população / comunidade / universo / pessoas homossexuais / com população / pessoas LGBTQ+, mesmo sabendo que a sigla seja de uso posterior.

² A imprensa alternativa tem como característica principal surgir em momentos históricos a partir da necessidade da resistência contra censura, opressão e repressão por parte do Estado, ou seja, contrários a governos, grandes mídias, monopólios de comunicação etc. Durante a ditadura civil-militar, a característica fundamental era ir contra a ditadura, lutar pela liberdade de expressão, difundir um contraponto às informações produzidas e veiculadas pela imprensa oficial do governo e àquelas grandes mídias que estavam ao lado da ditadura. Ver Kucinski (2003).

assassinada simplesmente por ser quem é. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2019 o Brasil figurava no topo do vergonhoso ranking entre os países que mais matam LGBT+ no mundo (BRASIL..., 2019, texto digital). O antropólogo Luiz Mott, que participou do movimento homossexual durante a ditadura civil-militar no Brasil, acentuou a importância de estudar as homossexualidades na história brasileira. Segundo o autor, a partir do momento em que aprofundamos o conhecimento sobre as pessoas LGBT+ no processo histórico do país, temos a possibilidade de “desvendar as raízes do preconceito em nossa sociedade, contribuindo para erradicar a intolerância e a crueldade contra os homossexuais” (MOTT *apud* MOLINA, 2011, p. 945).

Recolocamos, agora, o nosso tema principal: organização das mulheres lésbicas contra a opressão e a ditadura civil-militar brasileira através das páginas do *nanico* (como os jornais da imprensa alternativa eram carinhosamente chamados) *O Lampião da Esquina*. De forma secundária, buscamos contextualizar os debates e reflexões advindos dos movimentos feministas e as interlocuções, no seu princípio, conturbadas, com as lésbicas. Além disso, como pano de fundo entenderemos os debates que a população LGBT+ travou com as organizações de esquerda, particularmente as de orientação stalinista³, que mantinham posições anti-homossexuais naquele período. Tais questões nos levam a refletir sobre a existência de debates táticos e estratégicos das lutas de combate às opressões e da luta revolucionária contra a exploração da classe trabalhadora. Ou seja, uma luta que pautasse simultaneamente o fim das opressões de gênero e de classe, em um processo de revolução permanente.

Apontamos o debate clássico que opôs as chamadas lutas gerais (“luta maior”, como era chamada na época) versus luta específica (“luta menor”)⁴, respectivamente, a revolução socialista versus a luta por questões chamadas “individuais”. Esta última, na visão ortodoxa, dividiria a classe trabalhadora, e sua solução se daria após a revolução socialista, vencida a “luta maior”. Tais setores acreditavam que a homossexualidade era uma espécie de degeneração

³ Entendemos a esquerda stalinista aquela que seguia a linha política advinda do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a partir dos anos 1930, quando Joseph Stálin assumiu a liderança do Comitê Central. Os Partidos Comunistas (PC) do mundo inteiro, com maior ou menor ênfase, seguiam esta linha política. Outros espectros de esquerda, heterodoxos, não seguiam a linha dos PCs, caso dos trotskistas e socialistas libertários.

⁴ A disputa em torno da hierarquia das bandeiras de luta naquele período, entre o final de 1970 e durante os anos 1980, foi parte do debate entre feministas, os movimentos da população negra e o nascente movimento homossexual versus os partidos de esquerda ortodoxos, que foram, em grande parte, partidários da ideia de que as lutas específicas eram separatistas e representavam um entrave ao avanço da luta por liberdades democráticas e pela revolução socialista. Esse debate aparece em nossa fonte principal, *O Lampião da Esquina*, e das obras de Edward Macrae (2018) e James N. Green (2014).

burguesa, tese defendida em 1934 na URSS, quando Joseph Stálin assinou a lei “anti-gay”, retrocedendo em relação às conquistas obtidas após a Revolução de Outubro de 1917.⁵

A ciência, em qualquer área, é desenvolvida ao longo do tempo. Não é diferente com as ciências humanas e seus métodos. De acordo com Ciro Flamarion Cardoso (2005, p. 2), a “ciência histórica, como as demais, evolui, e em cada etapa redefine os objetos, conceitos, prioridades e possibilidades”. Entendemos que o materialismo histórico e dialético é uma concepção científica e teórica que contribuiu materialmente para a luta da classe trabalhadora por direitos, ao mesmo tempo em que abastece a historiadora e o historiador com um método baseado na análise das sociedades a partir da materialidade. Compreendemos, dessa forma, que não há como uma ideia surgir do simples abstrato e transformar a realidade, mas, pelo contrário, entendemos que somente agindo sobre a materialidade da realidade é que o mundo das ideias e as culturas podem ter a possibilidade de mudar e até mesmo serem transformados radicalmente.

Esta pesquisa, sobre a população lésbica em particular (e LGBTQ+ em geral), foi desenvolvida a partir da perspectiva do materialismo histórico, sem ignorar que todas as perspectivas teórico-metodológicas, baseadas na ciência, contribuem para o avanço da pesquisa histórica. No entanto, são poucas as análises marxistas sobre a história das pessoas LGBTQ+, isto é, esse campo teórico não acompanhou a materialidade das mudanças impostas pela auto-organização dos movimentos sociais (aqui, especificamente, da população LGBTQ+). Levamos em conta, nesse sentido, a tese *Homossexualidade da opressão à libertação* (2007), de Hiro Okita, da Fração Homossexual da Convergência Socialista (CS), escrita em 1981.

Onde estavam as lésbicas, os gays, as/os bissexuais, os transgêneros, as travestis e as outras minorias sexuais⁶ durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)? Essa pergunta começou a aparecer para a autora deste trabalho ao assistir um documentário chamado *Cuchillo de Palo* (2010), de Renate Costa, acerca da história de 108 homossexuais que foram perseguidos durante a ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989). A partir do acesso ao jornal *O Lâmpião da Esquina* (1978-1981), compreendemos a importância desse veículo da imprensa

⁵ “Em 1922 foi aprovado o primeiro Código Penal da República Socialista Federativa Soviética da Rússia. Todas as velhas leis czaristas foram suspensas em 1918 e, quando finalmente, depois de alguns anos de debate, adotou-se a nova constituição, a homossexualidade ou a ‘sodomia’, como era chamada, foi descriminalizada [contudo, em 07 de março de 1934], [...] o regime stalinista decidiu criminalizar a homossexualidade novamente e impor severas condenações aos homossexuais” (WESTON, 2019, texto digital).

⁶ “[...] a palavra “minorias”, nesse caso, não se refere a um número menor de pessoas, à sua quantidade, mas sim a uma situação de desvantagem social. Ou seja, apesar de muitas vezes coincidir de um grupo minoritário ser realmente a menor parte da população, não é o fator numérico o essencial para que uma população possa ser considerada uma minoria. São as relações de dominação entre os diferentes subgrupos na sociedade e o que os grupos dominantes determinam como padrão que delimitam o que se entende por minoria em cada lugar. Comportamentos discriminatórios e preconceituosos também costumam afetar os grupos minoritários” (ENRICONE, 2017, texto digital).

alternativa para a mobilização de outros grupos LGBTQ+, que começaram a se organizar e pautar as questões específicas e que extrapolam as experiências de homens cis⁷ gays. O jornal foi produzido por onze homens assumidamente gays e surgiu para realizar o debate público sobre as homossexualidades fora do padrão imposto pelo moralismo conservador e cristão reproduzido pela ditadura e pelos veículos da grande imprensa. No capítulo 4, vamos aprofundar a discussão da história do *Lampião* e também do contexto histórico da imprensa alternativa em que o veículo estava inserido.

Parte da população LGBTQ+, portanto, se organizou para combater o preconceito secular, não apenas em relação à comunidade LGBTQ+, mas envolvendo a questão racial, indígena, negra, feminista, ecológica e contra a ditadura, tudo em torno daquele veículo de comunicação, *O Lampião da Esquina*, que foi utilizado como fonte para esta pesquisa.

O marco cronológico escolhido, de 1978 a 1981, corresponde ao período de existência do jornal *O Lampião da Esquina*. O contexto de circulação do jornal corresponde aos anos finais da ditadura imposta em 1964, marcados pelos sinais (ainda que com contradições) da abertura política iniciada durante o projeto do governo do ditador Ernesto Geisel (1974-1979) a partir de uma suposta distensão “lenta, gradual e segura”.

O ápice desse processo de transição ocorreu em 28 de agosto de 1979, com a assinatura da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei de Anistia, após intensa pressão da sociedade civil organizada durante a Campanha da Anistia (importante mecanismo político-jurídico para a redemocratização da política brasileira). Consequentemente, houve a libertação de presos políticos e a volta de muitos exilados. Nesse contexto, as ruas eram ocupadas novamente de forma massiva pela população, que apresentava demandas sociais, políticas e econômicas, dentre as quais estavam também as pautas reprimidas das pessoas LGBTQ+, da rearticulação dos movimentos feministas e dos movimentos da população negra (que se reorganizara no combate ao racismo estrutural do Estado brasileiro e contra o mito da democracia racial que foi fortalecido pelos discursos e práticas políticas dos ditadores). Conforme Daniel Sevillano (2010, p. 18), “percebe-se que o final da década de 1970 via não apenas o início da derrocada do regime militar, mas o surgimento de um contexto extremamente propício para o afloramento dos grupos contrários à ditadura”.

⁷ Cisgênero é um conceito que possui diferentes definições, de acordo com a perspectiva teórica e com seus distintos usos analíticos e políticos na contemporaneidade. Não iremos aprofundar na discussão dessa categoria, no entanto, é importante ter em vista que é utilizada por teorias e movimentos feministas para compreender um eixo de opressão associado com normas de gênero. De forma geral, o termo se refere a indivíduos cuja identidade de gênero está em sintonia com o gênero designado ao nascimento, em contraposição ao termo transgênero, que descreve uma vivência de não identificação com o gênero designado ao nascimento.

Todavia, a proposta de Lei da Anistia que acabou sendo aprovada, como denunciada por diversos setores políticos e pela sociedade civil, consagrou a impunidade e uma política de esquecimento dos graves crimes contra os direitos humanos cometidos por agentes do Estado brasileiro durante mais de vinte anos (homicídios, sequestros, desaparecimento, aplicação massiva de prisões arbitrárias, tortura, violência sexual, extorsão, formação de milícias, dentre outros crimes)⁸. Por isso, de acordo com Carlos Fico (2012, p. 51), “a lei de 1979, que beneficiou opositores, [...] também foi uma auto anistia, tornou-se a principal cláusula da transição democrática dos anos 1980 e consagrou a impunidade”.

Os anos finais da ditadura foram marcados, no campo econômico, por uma alta inflação sentida por milhares de trabalhadores, trabalhadoras e pelo povo pobre, consequência do chamado “milagre econômico” de anos anteriores e das sequelas da crise do petróleo⁹. A dívida externa, que teve crescimento exponencial durante a ditadura, também piorou as condições de vida da maioria da população. Toda essa conjuntura econômica refletia a crescente insatisfação e o esgotamento da classe trabalhadora com as políticas do regime. A volta do pluripartidarismo e da liberdade de imprensa intensificaram as expectativas de mudança. No entanto, a “abertura” controlada e a impunidade garantida pela Lei da Anistia (BRASIL, 1979), que acobertava a violência estatal persistente, conduziu à insatisfação dos setores populares diante da política de redemocratização.

É nesse contexto que se percebe o aumento na repressão e perseguição direta às mulheres lésbicas e demais pessoas LGBTQ+, com destaque para operações policiais, principalmente na capital paulista, chamadas de “Operação Rondão” e comandadas pelo delegado Wilson Richetti. Essas operações prenderam milhares de LGBTQ+ que frequentavam o centro da cidade de São Paulo. Inclusive, tiveram um desdobramento direcionado para as mulheres lésbicas, chamado “Operação Sapatão”. Tais operações serão tratadas ao longo do capítulo 1 e durante o capítulo 3. Centenas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

⁸ À medida que as vítimas e/ou seus familiares, ainda durante a vigência da ditadura, solicitaram informações sobre si ou seus entes queridos, foram recebidos com o silêncio estatal e a negativa a qualquer pergunta. Já no período democrático, ingressaram em juízo para obter informações sobre os acontecimentos e as responsabilidades dos agentes repressivos, mas o Estado brasileiro, sistematicamente, recusou-se a cumprir as ordens judiciais fundamentadas no direito à verdade. Esse é apenas um exemplo de tanto descaso com relação ao passado.

⁹ “No início da década de 1970, os principais países produtores do Oriente Médio, como Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kuwait começam a regular as exportações do óleo às nações consumidoras. Mas o choque vem mesmo em 1973, por motivações políticas. [...] As retaliações causam pânico global: em 16 de outubro, as vendas para os EUA, maiores importadores mundiais, e para a Europa são embargadas; [...] o Brasil mantém as compras do óleo a preços altíssimos, tenta estimular exportações de bens manufaturados e investe pesadamente em projetos de produção de álcool, como alternativa de combustível à caríssima gasolina. Nos anos seguintes, o endividamento brasileiro começa a subir, e o nível de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) se sustenta no campo positivo, embora em patamares bem inferiores à média de 9% registrada durante os anos do milagre econômico, entre 1967 e o fim de 1973” (IPEA, 2010, texto digital).

sofreram com processos, censura, inquéritos policiais, violência estatal, prisões, tortura, entre diversas outras formas de violência. É nessa conjuntura que, devido à distensão política e contraditoriamente ao aumento da repressão contra aquela população, que vemos o fortalecimento da discussão política e a organização das pessoas LGBT+ contra as ações violentas que sofriam, além da participação em outros movimentos e manifestações que visavam a redemocratização do país.

Em função disso, através desta pesquisa, examinamos aspectos da atuação do aparato repressivo montado pela ditadura, orientado ideologicamente pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), para eliminar (física e psicologicamente) a oposição política. Tal aparato foi utilizado, como explica Renan Quinalha (2017), como ferramenta para colocar em prática a política sexual da ditadura, marcada pela defesa da “moral e dos bons costumes” conservadores, cristãos e ocidentais. Nesse sentido, conforme o autor:

[pela] defesa da “moral e dos bons costumes”, o regime autoritário brasileiro estruturou um complexo aparato repressivo orientado não apenas para eliminar dissidentes políticos, mas também para regular e normalizar os corpos marcados por orientação sexual e/ou identidade de gênero dissidentes. Para isso, foi preciso fazer convergir a atuação de diversas agências estatais que integravam as comunidades de informações, segurança e de censura em torno de uma agenda moral comum, apesar das disputas e tensões entre elas. Segundo essa perspectiva, erotismo, pornografia, homossexualidades e transgeneridades eram classificados como temas e práticas ameaçadores não apenas contra a estabilidade política e a segurança nacional, mas também contra a ordem sexual, a família tradicional e os valores éticos que, supostamente, coesionavam a sociedade brasileira. Cerceamento da produção cultural, repressão policial nas ruas, vigilância do nascente movimento homossexual e perseguição a seus veículos de expressão e comunicação foram algumas medidas de violência implementadas por diferentes órgãos repressivos e que são examinadas detalhadamente (QUINALHA, 2017, p. 8).

As referências de Quinalha (2017, p. 8) para discutir o conceito de política sexual passam pelas análises de Sérgio Carrara (2015) acerca do trabalho de Jeffrey Weeks, em uma compreensão de sua potencialidade para entender o contexto da ditadura de Segurança Nacional. Nessa perspectiva, política sexual é um conceito utilizado para pensar as leis e as práticas governamentais que regulam a forma como devemos nos relacionar com as sexualidades. Nesse sentido, Carrara (2015, p. 324) afirma que a política sexual.

Possibilita a abordagem conjunta de diferentes tipos de ação social dirigidos ao Estado ou promovidos em seu âmbito ou sob sua chancela: legislações, campanhas sanitárias, programas educativos, normativas ministeriais, decisões judiciais, diferentes ativismos ou movimentos sociais etc.

Dessa forma, o aparato repressivo da ditadura serviu para eliminar a oposição política e, também, para “normalizar” corpos e sua orientação sexual e/ou identidade de gênero com o objetivo de reforçar o controle social, visando fortalecer uma sociedade cada vez mais conservadora e autoritária. Isso foi evidenciado pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), de 2014, que endossa essa análise ao afirmar que “os homossexuais eram vistos como parte da esquerda adversária e parte da subversão, o que enraizou uma perspectiva extremamente homofóbica pelas autoridades e pela própria população à época da ditadura militar” (SERRANO, 2020, p. 185).

Os militares montaram uma estrutura burocrática repressiva sofisticada, com comunidades de informação, segurança e censura. Seus integrantes, além de cumprirem com objetivos específicos da repressão política, agiam de acordo com uma agenda moral comum, o que contribuiu para a implementação da política sexual. De acordo com Quinalha (2017, p. 13), para analisar qualquer aspecto dos contornos ou contradições dessa política deve-se partir do “reconhecimento da centralidade da moralidade conservadora na ordenação do regime e pelo exame da complexa e multifacetada estrutura repressiva”, para atingir aquilo que o autor chama de “utopia autoritária”.

Concordamos com Quinalha ao afirmar que a moral conservadora era fundamental na ordenação da ditadura, visto que ela constituía a classe dominante, civil e militar, detentora do poder. Porém, também entendemos que a centralidade da ordenação da ditadura passa pela ideologia de Segurança Nacional, sintetizada na DSN, que teve como maior ideólogo e expoente no Brasil o general Golbery do Couto e Silva.

Desse modo, a aplicação do conceito de política sexual (QUINALHA, 2017), percebido pelo aspecto das sexualidades, contribui para o entendimento do processo de opressão da ditadura de Segurança Nacional sobre a população brasileira. A partir da política sexual, foi implementado o controle das sexualidades dissidentes e a repressão do movimento homossexual:

Pessoas eram vigiadas e, em seus dossiês produzidos pelos órgãos de informações, registrava se, como uma mácula, a eventual suspeita, ou mesmo a certeza categórica de se tratar de um “pederasta passivo”, como se isso diminuísse ou desqualificasse a integridade e o caráter da pessoa perseguida. Por ser homossexual, ela era menos humana e, portanto, considerada menos respeitável em sua dignidade. Publicações com material erótico ou pornográfico eram monitoradas e, muitas vezes, apreendidas e incineradas por violar o código ético da discrição hipócrita que grassava em uma sociedade que consumia vorazmente este tipo de conteúdo. [...] Travestis, prostitutas e homossexuais presentes nos cada vez mais nos inchados guetos urbanos eram também uma presença incômoda para os que cultivavam os valores tradicionais da família brasileira. Por esta razão, passaram a ser perseguidos, presos arbitrariamente,

extorquidos e torturados pelo fato de ostentarem, em seus corpos, os sinais de sexualidade ou de identidade de gênero dissidentes (QUINALHA, 2017, p. 13).

Joseph Comblin reproduz em seu livro *A Ideologia de Segurança Nacional* (1978) o discurso de Moacir Barcelos Potiguara, chefe do Estado Maior do Exército brasileiro, em 11 de setembro de 1976, no qual podemos identificar, sob esse aspecto da moral, a maneira com que o sistema compreendia o “inimigo interno”. A partir desse discurso percebe-se o quanto a pauta moral é fundamental para a manutenção do status quo e das estruturas da ditadura:

Hoje em dia enfrentamos, não só em nosso país, mas em quase todas as nações do mundo livre, uma infiltração silenciosa e subterrânea em todos os setores de atividade, a fim de criar contradições, explorar os problemas atuais, verdadeiros ou fictícios, lançar irmãos contra irmãos país contra país, porém mantendo sempre a mesma ideia, que é o desprezo pelos princípios religiosos, familiares e patrióticos nos quais se baseia nossa civilização cristã. Tentam principalmente conquistar a juventude que, devido ao seu idealismo, seu desapego, sua falta de maturidade, e a simpatia natural que os jovens despertam em toda a camada do povo, constitui a massa de manobra ideal para seus interesses (POTIGUARA *apud* COMBLIN, 1978, p. 48).

De acordo com os militares, continua Comblin (1978, p. 47), “para essa ação junto aos jovens os comunistas utilizam todos os meios, desde a chantagem e a coação psicológica até o uso de tóxicos e frequentemente do apelo sexual, pregando e praticando o amor livre”. O “amor livre”, para eles, consistia em qualquer forma de relação amorosa que não estivesse compreendida dentro dos padrões da monogamia e da heterossexualidade.

Portanto, a ditadura civil-militar impôs um qualitativo à opressão já sofrida pelos LGBT+, passando a percebê-los, também, como “inimigos internos”, associando-os à subversão e identificando-os como ameaça à Segurança Nacional do país. Tal percepção ia muito além da opressão no sentido pecaminoso imposto pela moral judaico-cristã, ou daquela que considerava as pessoas LGBT+ como potenciais criminosas, visões baseadas principalmente na criminologia e na eugenia que tiveram seu auge no meio científico e usos pelo Estado, inclusive contra homossexuais apreendidos para estudos. No caso da criminologia, desenvolveu-se mais acentuadamente a partir dos anos 1930, já a eugenia era tema de debates na Europa desde o final do século XIX e, posteriormente, dominou setores da medicina, psiquiatria e das polícias de identificação no Brasil. Trataremos deste assunto no capítulo 1, no subcapítulo “Antecedentes no Brasil”.

Recuperando uma pequena retrospectiva pontual, cabe mencionar que o golpe de Estado dado em 1º de abril de 1964 contra o governo constitucional de João Goulart (1962-1964) foi parte de uma conspiração a partir dos interesses da cúpula das Forças Armadas junto com a burguesia nacional, em uma aliança com o capital internacional e com a colaboração do governo

estadunidense que defendia os interesses capitalistas na América Latina. Foi um golpe com recorte classista, que impôs uma ditadura burguesa com um projeto político baseado na DSN e no Terrorismo de Estado (TDE)¹⁰ de objetivos claros: garantir a manutenção do capital na América Latina, disciplinar a força de trabalho, limitar a atuação política dos movimentos sociais e, conforme o historiador Enrique Serra Padrós (2007), incutir uma cultura do medo. De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 23), podemos entender a ideologia de Segurança Nacional como: “um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associados ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente”.

A desestabilização do governo de João Goulart foi concebida e construída, de acordo com Alves, pela aliança de setores multinacionais junto ao capital brasileiro associado-dependente, sustentado pelo governo dos EUA e pelas Forças Armadas com militares oficiais formados na Escola Superior de Guerra (ESG)¹¹. As instituições criadas para realizar as tarefas de desestabilização do governo de Goulart foram principalmente o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), junto ainda com a ESG (que formava quadros civis e militares). O complexo ESG/IPES/IBAD tornou-se uma verdadeira e eficiente burocracia paralela para o planejamento de um novo Estado (ALVES, 1984, p. 25). Esse complexo burocrático foi determinante, também, para o fortalecimento de determinismos culturais anticomunistas que atuaram fortemente na preparação do Golpe de 1964. Para a defesa dos interesses econômicos das elites golpistas, as ações visavam defender ideais conservadores baseados no tripé Deus, Pátria e Família (GASPAR, 2012, p. 25). Durante os anos que antecederam o Golpe, já na década de 1960, mais de vinte filmes e documentários foram produzidos pelo complexo IPES/IBAD, exibidos para centenas de brasileiros/as de todas as partes do país. Os filmes visavam disseminar na sociedade o medo do comunismo, da

¹⁰ “Quando a violência institucional do poder estatal extrapola os atributos coercitivos constitucionais, é porque se reconhece que os mecanismos daquela são insuficientes na ação persuasiva e de neutralização dos descontentamentos sociais. O recurso ao terror de Estado e a intensidade da sua implementação estão diretamente relacionados à dimensão da percepção da ameaça a que se veem expostos os setores dominantes, ante o questionamento popular do sistema de legitimidade em que se tem fundamentado a dominação de classe. Ou seja, enquanto parte integral da luta de classes, o objetivo do terror de Estado tem propósitos políticos específicos: derrotar os movimentos populares organizados, destruir projetos de mudança do *status quo* da propriedade, da relação capital-trabalho e/ou da distribuição de riqueza social e destruir as instituições políticas e sociais democrático-representativas” (PADRÓS, 2008, p. 153).

¹¹ A ESG “foi fundada em 1949, com assistência de consultores franceses e norte-americanos, para treinar “pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional”. Seu papel foi ampliado no mesmo ano passando a incluir o desenvolvimento de um “método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico”. O desenvolvimento de teorias da guerra fria resultou em ênfase para a interpenetração de fatores políticos, econômicos, filosóficos e militares na formação da política de segurança nacional, passando-se a dar crescente prioridade ao adestramento em teoria e desenvolvimento” (ALVES, 1984, p. 24).

destruição da família, da religião e da moral cristã, entre outras ideias que abusavam da dicotomia entre o bem (os defensores da moral e bons costumes) e o mal (comunistas).

Compreendemos a história como um processo, inserido em um contexto global com continuidades e descontinuidades. Essa compreensão está baseada na perspectiva teórico-metodológica da História do Tempo Presente, que exige redobrar a atenção com o rigor científico. De forma articulada e um olhar crítico às fontes, a metodologia da História do Tempo Presente propõe o cruzamento das informações com a produção bibliográfica sobre o tema, além de documentos oficiais produzidos pela burocracia da repressão do Estado. Vale salientar que a História do Tempo Presente, muitas vezes, é questionada justamente pela falta de acesso a documentos oficiais, situação que, no caso brasileiro, se alterou sensivelmente a partir das iniciativas do Arquivo Nacional e da CNV, o que demonstra que, mesmo com todos os problemas e dificuldades, a luta pela abertura dos arquivos repressivos da ditadura rendeu muitas vitórias. De qualquer forma, persiste uma disputa política ainda aberta sobre os fatos do passado recente, como bem demonstram, por exemplo, as iniciativas do governo Bolsonaro. Acompanhamos, na perspectiva da História do Tempo Presente, contribuições como as de Padrós (2009).

No caso brasileiro, com a assinatura da Anistia em 1979 (BRASIL, 1979) foi garantida a impunidade aos agentes de Estado repressores (torturadores) no contexto do pós-ditadura. A partir da luta de alguns setores da sociedade, a Lei de Acesso à Informação, o Decreto nº 7.724, de 16 de 2012, junto à criação da CNV no mesmo ano, cujo relatório final foi publicado em 2014, possibilitou a abertura de uma série de arquivos repressivos, mas que ainda não contemplam a totalidade dos acervos oriundos da ditadura. Podemos atribuir tais vitórias, nesse sentido, à incansável batalha por memória e justiça travada principalmente por parte dos sobreviventes e dos familiares de mortos e desaparecidos políticos da ditadura, movimentos sociais de direitos humanos e alguns pesquisadores e pesquisadoras especializados na temática, nem sempre apoiados pelos setores da esquerda organizada em partidos políticos.

Para esta pesquisa, a nossa fonte principal é o jornal da imprensa alternativa *O Lâmpião da Esquina*. Além disso, analisamos também um dossiê do Ministério da Justiça, de 11 de janeiro de 1978, disponibilizado em formato digital no site do Arquivo Nacional¹², que foi elaborado por setores da inteligência da ditadura e trata sobre os jornalistas da revista *IstoÉ* que escreveram uma reportagem, em 1977, cuja capa era intitulada *O poder gay*, com a acusação da revista realizar “apologia ao homossexualismo”. O dossiê do ano de 1978, conta, entre outras

¹² ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_TT_0_MCP_PRO_1135_d0001de0001. 11 de janeiro de 1978. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>. Acesso em: 23 jun. 2021.

informações, com o levantamento dos nomes daqueles que viriam a fazer parte do conselho editorial d’*O Lampião da Esquina*. Oficialmente fundado em 1978, o jornal já estava sob a mira da repressão antes de nascer. O dossiê constitui uma peça documental importante de um arquivo repressivo, que, para Padrós (2009, p. 40), seria o grande acervo documental produzido

pelos forças de segurança durante as ações repressivas (batidas policiais, sequestros, interrogatórios, torturas, etc.): dossiês, fichas, pastas, pedidos de informação ou de busca, confissões, ordens de serviço, etc. Trata-se da documentação produzida pelas cadeias de comando das forças de segurança mediante trabalho metódico e burocrático de levantamento, de extração de informação e de checagem da mesma.

Como método de legitimação da pesquisa que utiliza arquivos repressivos, é preciso que os documentos sejam “cruzados com outras fontes a fim de aferir a veracidade de informações” (PADRÓS, 2009, p. 42). Ressalta-se aqui, a partir do que traz o autor e da nossa opção teórico-metodológica a necessidade de analisarmos em perspectiva global e lógica da História, enfatizando os acontecimentos e o processo histórico a partir da História do Tempo Presente (PADRÓS, 2009).

A partir dessas delimitações da pesquisa, cabe mencionar o papel social que almejamos cumprir com o presente trabalho. Muitos caminhos foram trilhados até a atualidade para que possamos hoje utilizar ferramentas teóricas que nos munem para compreender a realidade, como os conceitos de TDE e Segurança Nacional, entre outros, que possibilitam uma compreensão global do processo que atingiu todo o Cone Sul da América Latina nos anos 1960, 1970 e 1980. Durante a ditadura de Segurança Nacional, o Estado extrapolou os limites da legalidade constitucional na utilização da violência, o que configura a utilização das práticas de TDE.

O impacto produzido pela violência desencadeada como TDE se distingue da violência institucional definida segundo limites constitucionais. Esta última pode ser mensurada e prevista pela população, que conhece as regras [...] É um sistema cuja lógica, ao ser conhecida, gera um temor racional que permite calcular os custos da desobediência; situação completamente diferente diante de um sistema pautado pelo TDE. O desconhecimento por parte da população, da sua dinâmica e dos critérios norteadores da sua lógica interna, torna sua ação imprevisível e incompreensível (PADRÓS, 2005, p. 74).

A DSN, alicerce daquelas ditaduras, apresenta como premissa a rejeição da ideia de que a sociedade é dividida em classes. Dessa forma, segundo Padrós (2005, p. 52), o cidadão “não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe”. É a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa o que potencializa a satisfação de suas

demandas”. Assim, aquele que discordar publicamente dos valores impostos pela nação, no caso das ditaduras de Segurança Nacional, valores ocidentais e cristãos, será considerado e tratado como um inimigo interno da nação.

Os estudos de Joseph Comblin (1978), Maria Helena Moreira Alves (1984) e Enrique Serra Padrós (2005), para citar alguns, são parte desse caminho que olha, analisa e regata os referidos conceitos. Há outras pesquisas essenciais para o estudo do período, como a de Carlos Fico (2002), principalmente seus trabalhos sobre a censura, assim como a pesquisa sobre a imprensa alternativa de Bernardo Kucinski (1991), entre outras.

Como já mencionado, a fonte principal para nossa pesquisa trata-se de um jornal da imprensa alternativa chamado *O Lampião da Esquina*, que operou entre 1978 e 1981. O mesmo encontra-se disponível de modo virtual, nas suas 37 edições digitalizadas e de acesso gratuito no site do Grupo Dignidade¹³. Ao longo da pesquisa no jornal, sua relevância histórica se tornou evidente. Após o entusiasmo com um jornal que expressou séculos de opressão e resistências em suas páginas, foi iniciado um processo de firmar os “pés no chão” para não cair nas armadilhas apontadas por Tânia Regina de Luca (2005) em suas preciosas reflexões sobre os jornais da imprensa como fonte para a pesquisa histórica. Por meio das leituras teóricas, começamos a olhar para o jornal enquanto fonte histórica que tem suas particularidades e que requer os devidos cuidados metodológicos, por fornecer risco de que a pesquisadora ou o pesquisador que lida com esse tipo de fonte busque no jornal exatamente aquilo que quer encontrar. Entendemos, assim, que o conteúdo dos periódicos é apenas um dos elementos que devemos investigar quando utilizamos a imprensa como fonte para a pesquisa histórica. Outros elementos fazem parte do entorno do jornal, como quem o escreve, como funciona o seu financiamento, para quem é destinado, quem o edita, onde ele é impresso, entre outras informações menos óbvias.

Dessa forma, o jornal e seu entorno enquanto fontes históricas, fazem surgir outras características, por exemplo, o fato de ele ser escrito por homens assumidamente gays, com posições políticas progressistas e vinculadas à esquerda. Uma das perguntas que apareceram na pesquisa foi: por que a ausência de mulheres lésbicas no conselho editorial? Onde elas estavam? O que os editores de *O Lampião* pensavam e expressavam sobre essa ausência? O que as lésbicas falavam? Algumas respostas podem ser observadas no conteúdo do jornal, e quando isso

¹³ “O Grupo Dignidade é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, fundado em 1992 na cidade de Curitiba, no estado do Paraná. O Portal Dignidade é composto pelo Grupo Dignidade, Aliança Nacional LGBTI+, Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX), Centro Paranaense da Cidadania (Cepac) e Espaço Paranaense da Diversidade LGBT (Epad)” (GRUPO DIGNIDADE, 2021, texto digital).

acontece devemos confrontá-las com a bibliografia pertinente e outras fontes históricas, a fim de compreender a perspectiva das mulheres que constituem o objeto de nossa análise.

Segundo Geovane da Costa (2019), o periódico era publicado pela Esquina – Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda., impresso na Gráfica e Editora do Jornal do Comércio S.A., no Rio de Janeiro (RJ). A primeira edição foi distribuída na cidade do Rio de Janeiro para cinco mil pessoas escolhidas pelo conselho editorial. A partir da edição nº 3, passou a ser distribuído em São Paulo (SP), Recife (PE), Salvador (BA), Florianópolis (SC), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS). Não foram encontradas muitas informações sobre o funcionamento do financiamento do jornal. No entanto, constatamos que nele havia muitos anúncios de bares, cinemas, lojas, boates e outros serviços voltados para o público LGBTQ+. Vimos na capa do *Lampião* que ele era vendido por Cr\$ 15,00. Era vendido em algumas bancas de revistas e era possível adquirir a assinatura do mensário.

Apesar disso, conforme o tempo passa e novas pesquisas acadêmicas vão avançando, outras perguntas são feitas e novas perspectivas de pensamento são elaboradas. Com relação à população LGBTQ+, o campo está ainda mais aberto. Muito material já foi levantado, principalmente por ativistas LGBTQ+, na ânsia por um resgate de nossa história de luta por sobrevivência e de resistência. Outro marco para o maior interesse nesse tema, como mencionado, foi a contribuição do relatório final da CNV (2014) do Brasil ter aberto um espaço de pesquisa específico para o resgate da memória deste público, chamado “homossexuais e ditadura”, que teve os pesquisadores James Green e Renan Quinalha entre os seus principais expoentes. Temos ainda as contribuições para uma historiografia que contemple as pessoas LGBTQ+, como as de João Silvério Trevisan (2018), Luiz Mott (1988), Edgar Macrae (2018) Hiro Okito (2015) Marisa Fernandes (2019), Benjamin Cowan (2019), Rita de Cassia Colaço Rodrigues, entre outras.

No primeiro capítulo deste trabalho, através de revisão bibliográfica, traçaremos uma visão panorâmica do processo histórico de opressão às mulheres lésbicas e demais pessoas LGBTQ+ desde o período colonial até o século XX. Reconhecemos que o recuo temporal que fazemos é grande, porém, achamos que é necessário para a percepção do profundo enraizamento da opressão da população LGBTQ+ nas estruturas de poder. A pretensão é levantar alguns questionamentos e aspectos que podem ser relevantes para a problemática desta pesquisa. No que tange ao período colonial, discutimos como a antiga metrópole portuguesa agia, a partir da lógica e das práticas da Inquisição, contra as pessoas que vivenciavam sexualidades dissidentes, acusando, por exemplo, inúmeras pessoas de sodomia (sexo anal) e pederastia (contato sexual entre um homem mais velho e um jovem garoto). As penas da Inquisição

variaram entre o degredo e a retirada de todos os bens dos acusados, inclusive, atingindo a sua família. No período imperial, a sodomia deixou de ser crime explicitado nos termos das leis. A partir desse período, as pessoas LGBTQ+ passaram a ser enquadradas na legislação por ofensa à moral e aos bons costumes, justificativa que persistiu até a ditadura civil-militar de 1964. No período republicano, apontamos novas questões, como as teorias higienistas e a eugenia, que contaminaram a medicina e a psiquiatria mundial, chegando com força ao Brasil no final do século XIX e no início do século XX. Tais ideologias contribuíram para ampliar as consequências nefastas do período colonial, como a criminalização da pobreza, o racismo e a homofobia, as quais persistiram durante a ditadura civil-militar, como evidenciamos com esta pesquisa. Em relação à ditadura, trataremos da DSN, a qual embasou ideologicamente o regime, buscando por elementos que apontem para a lógica e para as práticas repressivas contra a população LGBTQ+, seja por conta da imposição da moralidade sexual ou em nome da segurança nacional. Por fim, procuramos na legislação do período ditatorial a materialização da “proteção” à família tradicional e aos costumes conservadores.

O segundo capítulo discutirá o conceito de “inimigo interno” como elemento estruturante da DSN e da ditadura brasileira. Para isso, consideramos a Guerra Fria enquanto contexto global de mudanças nas novas relações entre os Estados nacionais e o papel das guerras (“externas” e “internas”). Nesse sentido, uma das principais novidades está na compreensão de que as nações deixam de ter inimigos somente além fronteiras, mas, agora, também devem enfrentar inimigos dentro do território nacional, os “inimigos internos”. Sendo assim, buscamos entender em quais momentos e sob que circunstâncias as mulheres lésbicas e a população LGBTQ+, em geral, foram enquadradas como “inimigos internos”. De acordo com Thomaz Serrano (2020, p. 186), “o que diferenciou a visão da homossexualidade no período ditatorial foi sua associação com uma subversão esquerdista e com o comunismo, que se alastrava por inúmeros territórios”. Para os militares formados sob os preceitos da segurança nacional, a homossexualidade era uma estratégia do comunismo internacional, sob a lógica da Guerra Fria, para a propagação do comunismo e para a captação de novos militantes para a esquerda. Segundo esses militares, isso era parte de estratégia política do Movimento Comunista Internacional (MCI).

A tese de que a propagação da dissolução dos costumes nos meios de comunicação fazia parte de uma estratégia do movimento comunista internacional era uma ideia corriqueira nos informes dos agentes dos órgãos de informações, os quais percebiam o ambiente de fortes mudanças dos padrões de moralidade como uma verdadeira derrocada em direção à “subversão” (MARCELINO, 2006, p. 33).

No terceiro capítulo será apresentada a trajetória do jornal *O Lampião da Esquina*, situando-o dentro do debate que Bernardo Kucinski (1991) e outros autores trazem sobre o perfil e o papel da imprensa alternativa como pólo importante de resistência contra a censura e a repressão da ditadura. *O Lampião* tinha em seu conselho editorial onze homens assumidamente gays. Portanto, abordaremos a imprensa alternativa, aprofundando a história d'*O Lampião da Esquina*, seus editores e sua relevância para dar visibilidade à luta de diversos coletivos sociais, particularmente os relacionados ao universo LGBTQ+. Nessa perspectiva, buscaremos entender como as mulheres lésbicas iniciaram a trajetória de organização, primeiro dentro do coletivo misto de homens e mulheres, o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, e posteriormente como uma fração desse coletivo, voltada para elas, a fração Lésbico-Feminista (LF). Por fim, analisaremos a dissidência e a opção pela auto-organização com a criação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF). Procuraremos entender, também, como a repressão agia especificamente em relação às mulheres lésbicas. Um dos exemplos mais ilustrativos a esse respeito ocorreu na cidade de São Paulo, quando uma operação policial dirigida pelo delegado Wilson Richetti, a chamada “Operação Sapatão”, em 1980, prendeu centenas de lésbicas que frequentavam os guetos a elas reservados, ao todo, cerca de “200 lésbicas foram detidas com o argumento de que ‘é tudo sapatão’” (KUMPERA, 2018, p. 8).

O quarto e último capítulo é o ponto de chegada deste trabalho. Primeiramente, buscaremos encontrar informações no *Lampião da Esquina* sobre como as lésbicas foram representadas no jornal antes da edição nº 12. Essa foi a edição em que, pela primeira vez desde o lançamento do jornal, foi publicada uma matéria com temática exclusiva sobre as mulheres lésbicas e desenvolvida inteiramente por elas. Utilizamos como método, para tanto, a análise uma a uma das edições de nº 0 até a edição de nº 11, examinando a recorrência de informações sobre mulheres lésbicas e mesmo a sua ausência. Em 1979, na edição nº 12, um ano após o lançamento do *Lampião*, portanto, foi o momento em que as mulheres lésbicas chegaram ao jornal, que até então não contava com matérias que tratassem sobre a homossexualidade feminina, isso porque o conselho editorial era formado somente por homens assumidamente gays que tinham como premissa ideológica não “falar em nome delas”. Até então, os editores não tinham tido sucesso em seus métodos de aproximação com as lésbicas e seus convites para que elas escrevessem para o jornal não obtiveram sucesso. Essa relação entre os editores e as lésbicas também nos chamou atenção e procuraremos, mesmo que secundariamente, tentar entendê-la observando se no próprio jornal haveria pistas sobre o porquê daquela distância. O ano de 1979 é fundamental para a consolidação das lésbicas nas organizações de luta, tanto em conjunto com os outros homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais, como também com

as feministas e nas lutas sindicais. O último subitem deste capítulo se dedicará à análise do conteúdo da reportagem selecionada como objeto de estudo deste trabalho. Essa reportagem foi produzida por cerca de 25 mulheres lésbicas, independentes, outras organizadas, como veremos, e contou com mais de 5 páginas. Verificamos que se tratou de um momento que realçou a história da luta por visibilidade e, conseqüentemente, por dignidade das mulheres lésbicas no Brasil, iniciando ali uma caminhada com mais organização e vitórias na luta contra a opressão.

1. LESBIANIDADE, MORALIDADE, DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E DITADURA

1.1 Antecedentes no Brasil

A violência praticada contra a população LGBT+ no Brasil acontece há séculos. São várias as fontes que corroboram tal afirmação e demonstram ações perpetradas pela Igreja Católica, pelo Estado, por setores sociais dominantes e por algumas áreas da Medicina. Na história da formação social brasileira, destacam-se, entre outros, as ações do Tribunal do Santo Ofício¹⁴, a ideologia do movimento higienista¹⁵ e a eugenia¹⁶, nestes dois últimos casos entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Entendemos ser fundamental este último período, pois a política e a moral sexual da ditadura foram influenciadas pelos ideais higienistas e eugênicos e entre médicos, psiquiatras, bem como nas áreas legistas e criminais. A partir dessas da ideologia higienista, alguns médicos, durante a década de 1930, foram responsáveis pela criação dos departamentos de identificação da Polícia Civil, assumindo a direção dos Institutos de Identificação da capital federal, o Rio de Janeiro.

A teoria da Biotipologia ganhou boa parte dos médicos durante a década de 30. As justificativas para "medir e classificar aspectos biológicos dos corpos", mormente com o uso da morfologia, da fisiologia e do temperamento, residia na condição de entender e apontar a "constituição individual". [...] crianças, homens e mulheres tiveram suas medidas registradas e comparados aos padrões considerados normais e ideais – leia-se brancos como média e heterossexuais como a curva saudável do comportamento sexual -, segundo os postulados da medicina constitucional, ou em outros termos, da biotipologia nascente. [...] foram utilizadas por profissionais da educação física, pelos criminalistas, por profissionais da área da educação e da medicina esportiva, dando à biotipologia amplo alcance social” (LIMA, 2016, p. 56).

¹⁴ “O Tribunal do Santo Ofício foi uma instituição criada pela sociedade ibérica moderna para buscar e punir ‘crimes’ contra a fé. De complexa organização e burocracia, sua área de atuação abrangia também o Novo Mundo, representando um poder que aglomerava em seu entorno aspectos políticos, econômicos, religiosos e culturais” (SILVA, 2011, p. 1).

¹⁵ “Além de detectar a doença no ‘corpo social da cidade’, o movimento higienista organizou-se como poder político por acreditar que somente a partir dessa esfera de atuação e conhecimento poderia impor as medidas sociais que julgavam serem necessárias. O status político dado aos higienistas se organizava através da polícia médica, o que nos demonstra a ação nacionalizadora sobre a população. O médico não era apenas alguém que detinha conhecimentos, mas também, quem intervinha no espaço, por meio das políticas territoriais restritivas que ajudou a formular” (MACHADO, 2011, p. 5).

¹⁶ “Eugenia é um termo que veio do grego e significa ‘bem-nascido’”, que baseou teorias raciais que foram utilizadas por países e líderes racistas na defesa da construção de uma sociedade racista baseada na superioridade de uma população (branca) sobre a outra (negra e indígena). Como caso mais conhecido de eugenia, podemos citar o nazismo e as práticas da medicina eugênica do regime de Adolf Hitler na Alemanha das décadas de 1930 e 1940. Nesse sentido, “a eugenia surgiu para validar a segregação hierárquica” (FERREIRA, 2017, texto digital).

Os dados e fatos trabalhados neste primeiro subitem servem para compreender o processo de construção histórica e social da sociedade brasileira em relação às violências praticadas contra as pessoas LGBT+ enquanto parte da herança de séculos de opressão. A colonização foi a estratégia dos países europeus para pôr em prática os mecanismos de sustentação e reprodução do sistema econômico então vigente, o Capitalismo Mercantil. Códigos jurídicos, morais, sociais, espirituais, econômicos e políticos desembarcaram na América junto com a tripulação dos navios dos colonizadores, para serem aplicados sobre a população local e garantir o domínio de suas ideias baseada na exploração de seus recursos (naturais e culturais), corpos e força de trabalho.

No que diz respeito ao campo jurídico em Portugal, as Ordenações do Reino¹⁷ regeram as leis e impuseram a moral cristã da Igreja Católica durante o Brasil Colônia (TAQUARY, 2008). A compilação mais antiga foram as Ordenações Afonsinas de 1446. Nelas, pessoas homossexuais eram chamadas de sodomitas pois praticavam o pecado da sodomia¹⁸.

Em Portugal, as *Ordenações do Reino* [...] demonstraram o recrudescimento na perseguição aos sodomitas. As Ordenações Afonsinas (1446) diziam que de todos os pecados, “bem parece ser mais torpe, sujo e desonesto o pecado da Sodomia”, condenando à fogueira todo homem praticante de tal pecado, independentemente da posição social, “feito por fogo em pó, por tal que já nunca de seu corpo e sepultura possa ser ouvida memória”. Eis que tais Ordenações reiteravam o discurso da tradição cristã ao associar o pecado nefando aos castigos divinos, entendido como um atentado contra a natureza e contra a Lei de Deus, seu criador. [...] As Ordenações Manuelinas (1521) apresentam-se mais bem sistematizadas e com uma série de inovações. Ratificam a pena de morte e acrescentam o confisco de todos os bens dos réus sodomitas para a Coroa portuguesa, além de condenar à infâmia e inabilidade para ocupar cargos públicos todos os filhos e netos dos culpados, equiparando a sodomia ao crime de lesa-majestade contra o Rei (LOPES, 2019a, p. 32).

As Ordenações Manuelinas foram as mais antigas aplicadas no Brasil e suas punições foram extremamente severas, como vimos acima. Conforme Veronica de Jesus Gomes, nos crimes de “sodomia” sempre havia condenação quando envolvia pessoas homossexuais:

As *Ordenações Manuelinas* (1514/1521) mantiveram a fogueira para os transgressores, equipararam o crime de sodomia ao de lesa-majestade [...] além disso, condenou seus filhos e descendentes à infâmia, proibindo-lhes a ocupação de cargos

¹⁷ “Os códigos legislativos portugueses mais abrangentes aos quais esteve sujeita a América Portuguesa eram denominados *Ordenações do Reino*, cujos nomes faziam referência aos reis que os promulgaram” (CASTAGNA, 1998, p. 1).

¹⁸ Para Fernando José Lopes, a primeira vez que o conceito de “sodomia” foi tipificado foi “no Livro de Gomorra de Pedro Damiano, datado de aproximadamente 1050, um tratado contra os abusos e devassidão do estilo de vida dos clérigos. [...] Em Damiano, os crimes dos sodomitas já estavam inteiramente identificados às práticas homossexuais. O Livro de Gomorra serviu não só para sedimentar os discursos teológicos que vinham se firmando desde o século IV, mas também para explicitar de forma mais pragmática o sem-número de práticas que até então vinham se reunindo sob a alcunha vaga de práticas contra a natureza” (LOPES, 2019a, p. 24).

públicos, além de incitar a delação, prometendo um terço da fazenda dos acusados aos que apontassem os culpados, ‘em segredo público’. Aquele que soubesse de algum desviante e não o delatou, qualquer que fosse sua pessoa, teria todos os bens confiscados e seria degradado para sempre nos reinos e senhorios portugueses (GOMES, 2010, p. 59).

As posteriores Ordenações Filipinas (1595-1603) trouxeram uma novidade. Ao contrário das Ordenações anteriores, “não ficavam excluídas da lei as mulheres que umas com as outras cometem pecado contra natura e da maneira que temos dito nos homens” (TREVISAN, 2018, p. 162). Havia uma concepção heteronormativa¹⁹ de que na relação entre mulheres não haveria penetração e, por isso era considerada “a sodomia apenas imprópria (sem penetração). As ‘criminosas’ receberiam como pena o degredo por três anos” (TREVISAN, 2018, p. 162-164).

Nas Ordenações ficava explícito que aquele que soubesse de alguma relação homossexual e não a delatasse no momento da visita da Inquisição acabava igualmente punido. Dentre essas delações, havia aquelas em que as lésbicas eram denunciadas. O caso de Felipa de Sousa é emblemático. A partir de documentos de 1590, João Silvério Trevisan resgata seu caso:

era famosa na Bahia de 1590 porque “tinha damas” e lhes falava “requebros e amores e palavras lascivas [...]”. Ela mandava recados com presentes às suas pretendentes, a quem chegava a oferecer dinheiro, disputando-as com seus maridos: afirmava ter “usado do dito pecado nefando” num convento de freiras e ter tido caso, entre “muitas mulheres e moças altas e baixas”, com Paula Antunes, Maria de Peralta e Paula de Siqueira - algumas das quais foram ouvidas pela Inquisição também por atos de feitiçaria (TREVISAN, 2018, p. 162-163).

No verbete correspondente a Felipa de Sousa do dicionário biográfico de homossexuais da Bahia, escrito pelo antropólogo Luiz Mott, há uma informação que denota o valor dado nos dias de hoje à Felipa pela comunidade LGBT+, seu nome foi dado ao “principal prêmio internacional de Direitos Humanos dos Homossexuais: *Felipa de Sousa Award*, conferido pela International Gay and Lesbian Human Rights Commission de São Francisco, Estados Unidos”²⁰. Segundo Edson Veiga, em uma reportagem para a *BBC News Brasil*, o desfecho do caso Felipa é considerado como um dos mais terríveis para casos de lesbianismo no país:

¹⁹ “O conceito de heteronormatividade surge em 1991, criado por Michael Werner, como nos conta Miskolci (2012), segundo ele para dar conta de uma nova ordem social. Se antes o conceito de heterossexualidade compulsória exigia que todos/as fossem heterossexuais para serem considerados normais, na heteronormatividade todos os sujeitos devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tendo práticas sexuais hetero ou homossexuais, dando a entender a heterossexualidade não só como uma orientação sexual, mas como um modelo político que organiza a vida das pessoas e a sociedade como um todo” (SOARES, 2018, p. 34).

²⁰ “Felipa de Sousa é a mais ousada, persistente e castigada de todas as lésbicas das colônias da América, razão pela qual seu nome foi atribuído ao principal prêmio internacional de Direitos Humanos dos Homossexuais[...]. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Processo 1267” (MOTT, 2017, texto digital).

em 26 de janeiro de 1592 em Salvador [...] condenada pela Inquisição por ter se relacionado com seis mulheres, a portuguesa Felipa de Sousa foi açoitada publicamente, teve seus bens confiscados, foi obrigada a comparecer a auto de fé descalça e com vela acesa na mão, incumbiu-se de penitências espirituais e ainda precisou pagar as custas processuais. [...] sentenciada com o "degredo para sempre para fora da capitania da Baía de Todos os Santos", conforme documento de 24 folhas manuscritas frente e verso [...] em cuja capa se lê "Nº 1267: Processo de Felipa de Sousa cristã velha presa no cárcere do Sancto Officio" (VEIGA, 2020, texto digital).

A vigência das Ordenações Filipinas persistiu até a independência do país em 1822, ficando sem efeito após a promulgação do Código Penal do Império em 1830. A partir desse momento ficou sem efeito o "crime de sodomia". Contudo, iniciava-se uma nova forma, hipócrita, de discriminação; as novas leis continham uma série de brechas que permitiam enquadrar quem quer que fosse baixo a lógica do controle dos costumes. Dessa forma, os homossexuais, a partir do Código Penal Imperial, não eram mais considerados, nos termos da lei, como criminosos; agora passavam a ser condenados por crimes contra "a moral e os bons costumes".

A partir do Código Penal Imperial surgiram [...] os crimes "por ofensa à moral e aos bons costumes", quando praticados em público. Sem que houvesse qualquer menção explícita, daí por diante a homossexualidade foi enquadrada (na prática e/ou na teoria) debaixo de tal infração tão vagamente enunciada. [...] os "crimes morais" acabaram caindo com facilidade nas mãos da polícia. [...] no Código Imperial, o delito contra a moral e os bons costumes encontrava-se inserido no capítulo dos "crimes policiais", sendo então punido com prisão por dez a quarenta dias e multa correspondente à metade do tempo (TREVISAN, 2018, p. 164).

Embora com mudanças na terminologia e nas punições para os crimes, percebemos que houve a continuidade da criminalização das homossexualidades. Entre permanências e rupturas, a ofensa à moral foi mantida nos conceitos do Código Penal republicano de 1890: "agora sob o nome de crime contra a segurança da honra e honestidade das famílias" (TREVISAN, 2018, p. 164) ou "ultraje ao pudor". Além do mais, no mesmo Código, o travestismo passou a ser punido de quinze a sessenta dias de prisão caso a pessoa fosse flagrada usando "publicamente ('para enganar'), trajos impróprios de seu sexo" (TREVISAN, 2018, p. 164).

Na segunda metade do século XIX na Europa, desenvolveu-se a teoria da higienização, que reverberou nas colônias. Essa ideia culminou, mais tarde, na teoria da eugenia. Francis Galton criou o termo em 1883, acreditando que o conceito de seleção natural, criado por seu primo Charles Darwin, se aplicava também aos seres humanos. A eugenia, assim, "adquiriu um status científico e objetivou implantar um método de seleção humana baseado em premissas biológicas" (DIWAN, 2007, p. 10).

O conceito de eugenia, segundo Lilia Schwarcz (1993), chegou ao Brasil na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1914. Os ideais higienistas e eugênicos são racistas por essência, adeptos de um moralismo cristão, conservadores e fundamentados na ideia de superioridade racial branca, num rigoroso modelo de conduta para a sexualidade considerada normal, saudável e baseada na naturalidade da heterossexualidade. No Brasil, na medida que o sistema jurídico flexibilizou as leis que criminalizavam diretamente a homossexualidade, perdeu o controle sobre a mesma, percebida, como “problema social”. Nesse momento, as homossexualidades passaram a ser consideradas um problema de saúde passível de cura.

Os médicos e políticos brasileiros, adeptos das ideias do movimento higienista e da eugenia, estabeleceram diretrizes que visavam “melhorar a raça”, controlar as emoções e a sexualidade das famílias em prol de “engrandecer” a pátria. A partir dessa perspectiva patriótica, acreditavam que a homossexualidade enfraquecia as nações. Ser homossexual, transexual ou travesti não era considerado saudável e estava associado diretamente com o fracasso das nações.

Nessa linha de raciocínio, reestruturou-se o casamento, cuja legitimidade foi acrescida do prazer sexual a que o casal tinha direito, [...] com esse pragmatismo patriótico que foi se efetivando em meados do XIX, instauraram-se papéis sexuais bem delimitados: masculinidade e feminilidade se identificaram com paternidade e maternidade, respectivamente. Tudo o que fugisse a esse padrão regulador seria anormal. A partir daí os médicos da época passaram a condenar com insistência os libertinos, celibatários e homossexuais (TREVISAN, 2018, p. 168-169).

Com o desenvolvimento do capitalismo, a família monogâmica e patriarcal tornou-se alicerce da civilização ocidental. Família é, segundo Friedrich Engels (1984), um produto histórico-cultural, suscetível a transformações. No entanto, o sistema capitalista necessita de segurança para a manutenção da ordem social e um dos aspectos desta segurança é garantir o controle da “família tradicional”.

A partir dessa nova categoria à qual foi elevada a família, insuficiente era a proteção que dela se fazia através dos discursos moral e religioso; necessário foi que se cientificasse essa moral, de modo que proliferaram a criação de disciplinas que tinham como função categorizar as personalidades humanas, compreender o motivo dos desvios à norma e, principalmente, indicar-lhes a cura. Nesse processo de cientificação, a oposição entre o masculino e o feminino, a masculinidade e a feminilidade, se tornou a base de um sistema patriarcal baseado em hierarquizações e atribuições rígidas de papéis que não poderiam ser questionados, sob o risco de abalarem toda uma estrutura de normalidade (SANTOS, 2013, p. 9).

Jurandir Freire Costa, em seu livro *Ordem médica e norma familiar* (1979), busca compreender a história da família burguesa no Brasil. Ele afirma que a consolidação da

medicina higienista se dá ao mesmo tempo em que a família burguesa torna-se hegemônica no poder, ou seja, quando a burguesia clássica passa a ter o comando do Estado e outros aparatos do poder, a partir do final do século XIX.

A higiene, enquanto alterava o perfil sanitário da família, modificou também sua feição social. Contribuiu, junto com outras instâncias sociais, para transformá-la na instituição conjugal e nuclear características dos nossos tempos. Converteu além do mais, os predicados físicos, psíquicos e sexuais de seus indivíduos em insígnias de classe social. A família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, tornou-se no mesmo movimento, sinônimo histórico de família burguesa (COSTA, 1979, p. 12-13).

Nas primeiras décadas do século XX, é possível identificar que com a ideologia eugênica pretendia-se, entre outros objetivos, um controle sexual através do uso da ciência, substituindo o controle que até então predominava sob o domínio religioso. Segundo o médico legista Leonídio Ribeiro (1938), a homossexualidade seria um “problema social” a ser resolvido pela medicina. No seu artigo *O problema médico legal da homossexualidade* da década de 1930 (RIBEIRO, 1938), explicita que a homossexualidade (o “invertido sexual”, como denominava), não é criminoso ou pecador, mas sempre um doente e um problema a ser resolvido pela medicina. Murilo Maluche Schaefer e Viviane Trindade Borges (2016), em seus estudos sobre a análise dos discursos de Leonídio Ribeiro, destacam a patologização da homossexualidade e como este discurso e prática serviram para os objetivos políticos do Estado Novo.

O artigo de Ribeiro apresenta o resultado de análises das características físicas de 184 homossexuais capturados e estudados no Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro. Segundo sua filiação teórica, alguns fenótipos são próprios de invertidos sexuais – como o formato dos pelos pubianos ou o tamanho das genitálias [...]. Analisando tais discursos, não ficam explícitas as possíveis curas da homossexualidade [...] infere-se que o maior propósito do artigo de 1935 seja reforçar a tese de que o Estado não deve se ocupar do homossexual como criminoso, mas enquanto anormal e possível de ser readequado à lógica trabalhista [...]. Se por um lado o médico nega a homossexualidade como pecado ou crime, por outro acaba por patologizar o comportamento homossexual ao buscar, à luz da medicina, a gênese e a cura para a inversão sexual. Sendo assim, os discursos de Leonídio Ribeiro serviam ao propósito político que estava imerso, bem como ao pensamento biodeterminista do qual se filiou ao longo de sua trajetória profissional (SCHAEFER; BORGES, 2016, p. 2)

Jocnilson Ribeiro e Gabriel Bezerra (2020) evidenciam o pensamento e a prática defendida por Leonídio Ribeiro como elementos da estrutura do Estado durante os governos de Getúlio Vargas:

Nessa obra, ele disserta sobre a participação das glândulas endócrinas na constituição da sexualidade humana, bem como a influência da “inversão sexual” no fenótipo dos

indivíduos, a fim de relacionar o que ele chamava de “patologia” com predisposições a condutas criminosas. Tendo como mentor o médico e cientista espanhol Gregório Maraño, Leonídio Ribeiro explora a questão como “um problema social a ser resolvido pela medicina”, considerando causas congênitas e orgânicas para estudar e teorizar fenótipos considerados “típicos” desse sujeito “anormal”, uma vez que, nessa anormalidade, o indivíduo foge ao poder do Estado e à moral social burguesa da época, representando ‘perigo’ e, assim, grande necessidade de normalização em prol da lógica do crescimento populacional. A questão da demografia, do aumento populacional, da higienização social e do embranquecimento da população brasileira fincada nas bases do sistema escravocrata parecia coadunar-se com as questões de saúde pública (RIBEIRO; BEZERRA, 2020, p. 131).

A relação entre mulheres lésbicas também foi objeto de estudo específico dos eugenistas, em menor escala. Isso se dava pela invisibilidade devido à ideia patriarcal de que somente o homem era provido de desejo sexual. A causa do “lesbianismo” ou da “inversão sexual” feminina, como eram chamadas as lésbicas, também foi estudado por médicos e psiquiatras:

Na década de 1930, destacam-se *A Inversão Sexual* do jurista Afrânio Peixoto, em que abordou questões relacionadas às causas e prevenções da homossexualidade feminina; *O problema médico legal do homossexualismo*, do médico Leonídio Ribeiro e, já na década de 1950, *Contribuição ao Estudo da Homossexualidade Feminina*, da psiquiatra Iracy Doyle, no qual as ideias apuradas iam de encontro aos argumentos defendidos até então sobre as possíveis causas da homossexualidade nas mulheres, levando em consideração fatores externos ao desenvolvimento e formação destas (SILVA, 2016, p. 43).

Inúmeros tratamentos foram propostos por médicos e psiquiatras eugenistas (além da pressão que faziam, muitas vezes com sucesso), visando barrar a homossexualidade. Para as mulheres lésbicas, o Dr. Pires de Almeida sugeria sessões de consultas que poderiam variar de trinta a cem encontros, utilizando diversas formas de estímulo:

“Meiga e convincente”, quando seu espírito for dócil, ou “linguagem áspera e dura”, quando se tratar de uma [mulher] revoltada - até o ponto de ameaçá-la com asco e o desprezo que merecem os monstros. Simultaneamente a esse processo persuasivo, era aconselhado o uso da dissuasão via hipnose, para “incutir ao doente a repulsão, o nojo, o horror pela sua anormalidade” [...]. Ao final do tratamento, dirigir-se-ia a “apetência sexual do invertido “para as carícias do outro sexo” - fisicamente, frisava ele (TREVISAN, 2018, p. 176).

Em 1846, ocorreu um precedente desse acontecimento. Como os esforços para acabar com a homossexualidade pareciam não estar surtindo os efeitos esperados, um ato oficial do Império foi firmado para, supostamente, barrar o aumento de “uranistas” (como também eram chamadas as pessoas LGBT+): a importação de prostitutas europeias “com a ajuda do cônsul português no Rio de Janeiro, o Barão de Moreira”, para desta forma modificar o meio social

que, segundo os higienistas, era propício às “inversões sexuais”. No caso das lésbicas, voltando aos anos 1950, o médico, Dr. Viveiros de Castro, apontava uma falha no tratamento: “[...] quando o vício é antigo, a sua cura é quase impossível, porque os nervos das partes genitais se têm hiperestesiado e o prazer sentido excede de muito o que proporcionam os enlances do amor natural” (TREVISAN, 2018, p. 177).

As primeiras décadas do século XX, portanto, foram marcadas pela consolidação do grupo de médicos-legistas liderados por Leonídio Ribeiro e suas teorias inspiradas nas ideias da biotipologia, principalmente do psiquiatra e criminologista fascista italiano Cesare Lombroso. A biotipologia humana e a biotipologia criminal foram ciências que se desenvolveram no período do entre guerras e tinham como objetivo o controle social da população. Ribeiro estudou acerca dos métodos de biotipologia no *Polizei Institut* do Terceiro Reich em Berlim.²¹

Na concepção destes médicos biodeterministas, a homossexualidade era um tipo de “perversão sexual” e uma manifestação endócrina anormal. A busca pela normalização social, nesse sentido, devia passar por instâncias policiais. Durante o período varguista, de 1930 a 1946²², Leonídio Ribeiro foi diretor do Gabinete de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, local onde criou o Laboratório de Antropologia Criminal, através do qual colocou em prática experiências que lhe renderam o Prêmio Lombroso, concedido pela Academia Real de Medicina Italiana no ano de 1933. Para os estudos de Ribeiro, 195 homossexuais homens foram apreendidos e expostos no seu Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, onde foram feitas as medições de partes do corpo, além das fotografias das pessoas nuas. Os resultados de suas pesquisas foram publicados em uma revista especializada dirigida por discípulos de Lombroso.²³

²¹ “Uma das novas ciências que surgiram no período do entre guerras e que acabou fazendo parte central do arcabouço biodeterminista foi a chamada biotipologia humana.[...] dirigente doutrinário e articulador institucional foi o médico genovês Nicolas Pende (1880-1970) [...] essencialmente, se tratava de uma continuidade aprimorada das teses de seu compatriota César Lombroso, considerado o criador da antropologia criminal, que perseguia na morfologia do corpo humano os estigmas identificadores de seres desviantes ou potencialmente desviantes. [...] Leonídio Ribeiro, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e diretor do Instituto de Identificação e de seu laboratório de Antropologia Criminal, e Waldemar Berardinelli, seu colega nessas instituições, faziam medicina nessa direção no Brasil” (FERLA, 2013, p. 2).

²² “Reformulado em 1932, o Código Penal brasileiro foi acrescido, no capítulo que incluiu o “ultraje ao pudor”, da proibição de circulação [...] de folhetos, livros, periódicos, jornais, gravuras etc. que ofendessem a moral pública; a pena prevista era relativamente rigorosa: de seis meses a dois anos de prisão do responsável, além de multa e perda do objeto onde contasse ofensa (o que significa, na prática, que as publicações podiam ser recolhidas por ordem judicial)” (TREVISAN, 2018, p. 165).

²³ “Suas investigações, ali relatadas, tratavam de patologias da impressão digital, dos tipos sangüíneos dos índios guaranis, dos biotipos criminais afro-brasileiros e das relações entre a homossexualidade masculina e o mau funcionamento endócrino (LOMBROSO-FERRERO; ROMANESE; CARRARA, 1934:VII- IX). [O estudo de Leonídio Ribeiro] em 195 homossexuais [...] se tornou um padrão para outros legistas dedicados ao tema”. (FERLA, 2013, p. 10).

Casos clínicos sobre as mulheres lésbicas também foram explorados pelos médicos-legistas. A endocrinologia, a criminologia e a psiquiatria foram campos de estudo que disseminaram práticas discriminatórias, como no estudo sobre uma pessoa, identificada na pesquisa com as letras iniciais de seu nome, E. R., trabalhava em uma cozinha e era preta, o trabalho foi intitulado dessa forma: “Um interessante caso de homossexualismo feminino” (OLIVEIRA JR., 2008, p. 6). E. R. mantinha atitudes públicas consideradas de homem: fumava, andava sozinha depois das dez horas da noite, utilizava o banheiro masculino, desenvolveu a habilidade de urinar em pé, etc. O estudo feito sobre ela descreve seu corpo, sua pele, a medida da sua cabeça e exige um exame de sangue via Instituto Butantã. Porém, com os resultados dos exames em mãos, os médicos ficaram perplexos por estarem lidando com alguém que, nos seus parâmetros, seria “doente”, ainda que não tivessem encontrado quaisquer sinais de distúrbios, que hoje compreende-se que não existiam. Não à toa, um dos diagnósticos era de que se tratava de uma “débil mental mitigada”, apesar do laudo psiquiátrico demonstrar que E.R aparentava ser calma, consciente e com as ideias em ordem.

As avaliações médicas partiam do pressuposto de que E. R. era portadora de uma doença. Assim, os preconceitos foram determinantes para que, no final dos exames, diagnosticassem que era portadora de “ginandria”²⁴, que era, para aqueles médicos, o grau mais acentuado de homossexualidade. Concluíram, também, tratar-se de uma “endocrinopata”²⁵, pois um dos exames constatou a baixa produção de foliculina no sangue. Ou seja, ela “atacava” as mulheres devido ao seu problema hormonal. O preconceito se dava, provavelmente, por sua orientação sexual, pelo racismo e preconceito sobre a classe social.

[E.R.] concordava na sua situação anômala, e pedia aos médicos que, se houvesse um processo capaz de lhe definir um sexo, optava, sem hesitação, pelo masculino. Para os médicos: “curioso é o fato da paciente não ter leituras ou conhecimentos relativos à sua perversão, convivendo em meio inculto”, pois, certo dia, um médico lhe perguntou se já ouvira falar em Freud (Sigismund Schlomo Freud, 1856-1939), e a paciente, depois de refletir alguns momentos, disse que conhecera em sua terra um Sr. Fróes, indagando se seria o mesmo. [...] Certo dia em que pediram a doente que se despisse, pois que desejavam examiná-la, estavam presentes vários clínicos, entre os quais uma médica, a doente relutou e muito pudicamente apontou a médica, dizendo: –“Na presença dela não posso”. A médica se retirou, e a paciente não teve relutância em se despir. [...] Embora [E.R.] ainda não estivesse presa, por seduzir e desvirginar

²⁴ “Como resultado desta bateria de exames os clínicos expuseram ser ‘um caso de ginandria’, o grau mais acentuado de homossexualidade. Tratava-se de mulheres, que apesar de portadoras de órgãos genitais femininos, eram absolutamente viris nas suas sensações, no seu modo de pensar, nos seus atos e no seu exterior” (OLIVEIRA JR., 2008, p. 7).

²⁵ “O percurso (glândula, sangue, cérebro, estado psíquico, personalidade), indicado por Pende (Nicola Pende, 1880-1970), e esmiuçado, comprovado e premiado com trabalhos como o de Leonídio Ribeiro (Leonídio Ribeiro Filho, 1893-1976) e Waldemar Berardinelli (1903-1956), mostrou-se, novamente, o responsável pelos desajustes dos indesejáveis. E questionaram os médicos, de forma a valorizar a Endocrinologia, que já comprovara a relação entre problemas glandulares masculinos e perversão” (OLIVEIRA JR., 2008, p. 7).

moças, era uma personalidade considerada desviante devido a distúrbios hormonais, por isso foi definida como uma endocrinopata, ou seja, uma criminosa por causas hormonais. O seu estado perigoso foi contido pelo medo da polícia, mas para ela medidas de segurança deveriam ser tomadas (OLIVEIRA JR., 2008, p. 8).

Durante os trabalhos de elaboração do Código Penal de 1940, a Comissão Legislativa criou um projeto cujo artigo 258 tratava especificamente sobre o “homossexualismo”, prevendo penas que variavam de reclusão de um ano até medidas de segurança e profilaxia social. Felizmente, tal medida não foi introduzida no novo Código Penal de 1940, frustrando alguns criminalistas.

A partir do panorama histórico apontado, podemos concluir que foram inúmeras as forças concretas e subjetivas que apontavam na direção da repressão e/ou controle das homossexualidades, seja dentro do Estado e das estruturas de poder (desde o período colonial) ou nas suas tangentes do poder, como a Igreja e a medicina. A homossexualidade foi tratada como degeneração humana, anomalia, doença ou crime, e se constituiu no Brasil como um problema social a ser combatido.

A partir da segunda metade do século XX o Direito Penal brasileiro afastou-se cada vez mais de penalizar os comportamentos homossexuais. Alguns autores, como Felipe Adaid (2015, p. 46), atribuem esse afastamento à popularização da psicanálise no Brasil, argumentando que o “início da divulgação psicanalítica no Brasil favoreceu, de certa forma, o conceito da homossexualidade, minimizando o discurso patológico”. Contudo, minimizar o discurso patologizante não foi suficiente para conter o moralismo e os preconceitos homofóbicos diários da população e do Estado, principalmente quando se trata de LGBT+ pobres e pretos. Não é à toa que o Conselho Federal de Psicologia apenas no ano de 1999 proibiu o tratamento patológico da homossexualidade.

1.2 A ditadura e a moralidade sexual

O mundo pós-Segunda Guerra Mundial estava inserido no contexto da Guerra Fria²⁶. Na América Latina, principalmente após a vitória da Revolução Cubana (1959), os militares

²⁶ A origem do conceito de Guerra Fria, segundo Joseph Comblin (1978), se deu após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e estava alicerçado na Doutrina Truman nos EUA. Os ideólogos da Guerra Fria interpretaram a política comunista da URSS como uma continuação do nazismo e, dessa forma, deveriam combatê-lo. Para eles, o comunismo era conquistador e expansionista como o nazismo, ou seja, composto de uma política de guerra que visava conquistar o mundo. Como explica Comblin (1978), a URSS praticaria uma Guerra Fria, mas seus anseios não se davam apenas por ações militares, e isso se dava porque estariam diante de uma nova espécie de guerra.

passaram a trabalhar com o conceito de guerra revolucionária, que se tornou estratégica para entender a forma como as revoluções populares estavam saindo vitoriosas como em Cuba e também na China em 1949. O conceito de Guerra Fria, como aponta Joseph Comblin, tornou-se lei e a defesa intransigente da Segurança Nacional foi uma resposta imposta pelos EUA, a este tipo de conflito.

A obtenção de informações tornou-se fundamental para as táticas dos militares da segurança nacional, por isso a inteligência passa a ser o setor principal dos militares e os métodos de tortura para adquirir informações sobre o inimigo tornou-se prática inclusive de cartilha. Na prática, deveriam antecipar possíveis formações de guerrilhas e organizações revolucionárias, sendo fundamental, para os Estados de Segurança Nacional, que os aparatos repressivos tivessem ênfase na inteligência para obtenção de informação como principais armas da guerra contrarrevolucionária. O inimigo, de acordo com a DSN, poderia ser qualquer cidadão, e aqui está uma das principais diferenças em relação às guerras tradicionais, pois o inimigo passa a ser interno. A guerra, que seria então permanente, gerava uma sensação de constante ameaça à nação por parte dos “inimigos internos”. Dessa forma, outra característica das ditaduras de Segurança Nacional era alcançada: produzir entre a população a insegurança, desconfiança e a divisão. A desconfiança fazia com que muitas pessoas denunciasses seus vizinhos, colegas de trabalho, de aula e etc., causando uma sensação de medo, insegurança e suspeição generalizada. Além disso, permitiu aos setores golpistas justificar violentas ações, fundamentadas, como enfatiza Maria Helena Moreira Alves, “numa racionalidade de opressão classista” (ALVES, 1984, p. 26-27).

Após analisarmos os aspectos repressivos contra a população homossexual em períodos anteriores à ditadura, podemos afirmar que o desenvolvimento das ideias e das práticas políticas vindas da superestrutura de poder contra essa população foram extremamente violentas. Conforme Quinalha, “discursos religiosos, médicos, legais, criminológicos e [...] outras ordens se intercalavam e se combinavam de modo a produzir uma regulação específica das sexualidades em cada momento histórico” (QUINALHA, 2017, p. 24).

Após a vitória da Revolução Cubana de 1959, os EUA passaram a interferir com ainda mais afinco sobre as questões políticas e econômicas do continente latino-americano, sobre o que considerava seu “quintal”.

Com o advento do processo revolucionário cubano, em 1959, e o seu decorrente êxito, a política externa estadunidense, que historicamente se caracterizou pela interferência aos assuntos internos dos países do subcontinente latino-americano, adotou a contra insurreição como estratégia primordial, que pautou as relações com a América Latina, disseminando-a através das escolas de guerra. Vale ressaltar que a Revolução Cubana

impactou sobremaneira os países do continente americano: por um lado, figurou como um exemplo para a luta de outros países; e, por outro, aguçou a necessidade de conter estas possíveis explosões revolucionárias (ASSUMPÇÃO, 2012, p. 2).

A Escola das Américas²⁷, localizada no canal do Panamá (América Central), foi emblemática nesse sentido, sendo a expressão da formação de milhares de militares e policiais de muitos países da América, inclusive do Brasil, e destaque no campo das relações exteriores e da área de Segurança Nacional formando esses quadros estratégia da guerra de contra insurgência sob a lógica da Guerra Fria e do inimigo comunista, que não se encontrava mais do outro lado do oceano e sim dentro das próprias fronteiras nacionais.

Este trabalho não aprofunda o período em que o golpe de Estado foi gestado, mas entende-se que uma informação sobre aquele período seja necessária por se tratar das estruturas que os golpistas prepararam para ganhar os corações e mentes da população em favor da sua ideologia. Nesse sentido, pensar a moral era determinante e como impor ela torna-se fundamental. A questão moralizante da ditadura foi elaborada pela atuação do complexo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES/IBAD)²⁸ na preparação para o Golpe de 1964. Rita de Cássia Colaço Rodrigues afirma que o IPES, desde a sua criação em 1961, funcionou como um instrumento ideológico na disseminação do medo do comunismo, que conseqüentemente traria a corrupção e o rompimento com a moral cristã conservadora.

As classes dominantes²⁹ e os militares golpistas³⁰ brasileiros que estiveram à frente do Estado no Golpe de 1964 continuaram com práticas que reprimiram e trataram os homossexuais

²⁷ “A Escola das Américas, antes um instrumento que auxiliava as Forças Armadas dos países aliados do Bloco Capitalista para um combate internacional pela sobrevivência da cultura Ocidental, modifica-se, segundo Joseph Comblin, diante da “internalização” do combate contra o comunismo em detrimento da proposta anterior, de uma guerra externa e direta” (MATTOS, 2013, p. 28).

²⁸ “O complexo IPES/IBAD nasceu após a renúncia de Jânio Quadros ao cargo da presidência em 1961, cujas características moralistas e conservadoras agradavam a classe empresarial, [...] foi uma reação da elite orgânica ao que eles consideravam como o crescimento da esquerda no cenário político. Por isso, é importante elucidar que o ponto de união entre esses empresários nacionais, de empresas multinacionais e os militares, que formavam o IPES/IBAD, era o anticomunismo e a necessidade de adequar o Estado aos seus interesses seu verdadeiro objetivo era se infiltrar e desestabilizar os movimentos de esquerda, como o movimento camponês e estudantil, e agir diretamente no Congresso. Além disso, se dedicavam a uma campanha político-ideológica com a finalidade de manipular a opinião pública e assim infundir a resistência ao governo de João Goulart nas diversas classes e depois incitar a necessidade da derrubada de seu governo” (PASTORE, 2012, p. 58-59).

²⁹ As classes dominantes, de acordo com Maria Helena Moreira Alves (1984) e Guillermo O’Donnell (1990), são aquelas que detém o monopólio dos meios de produção urbanos e rurais; a burguesia nacional, donos das grandes indústrias e os donos dos meios de comunicação de massa; além de latifundiários e banqueiros. Também estão incluídas nessa categoria as lideranças políticas de direita.

³⁰ “Trata-se do grupo de militares que se impôs dentro das Forças Armadas e assumiu o caminho da segurança nacional. Os golpes de Estado que estabeleceram os regimes de segurança nacional foram todos precedidos ou seguidos de amargas lutas dentro das Forças Armadas; uma parte venceu e eliminou a outro” (COMBLIN, 1978, p. 77).

de forma patológica e criminalizando-os através da lógica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). O pensamento conservador, imposto à sociedade civil e que já a dominava durante o golpe e após, também estava alinhado com aquele ideal das elites dominantes. Não houve ruptura com a homofobia³¹ do Estado e nem era esperado que houvesse, pelo contrário, a moral conservadora continuou sendo defendida e imposta como a única possível. Contudo, em grande parte do mundo, as contestações contra a pauta da moral burguesa, cristã e conservadora, se multiplicavam na diversidade daquilo que ficou conhecido como o “Maio de 68” (que não se reduz ao francês nem muito menos a um ano, mas foi expressão de turbulências que marcaram toda a década de 1960 e início de 1970). De forma comedida essas ideias também chegavam no Brasil.

Neste subitem vamos nos deter na contextualização histórica da ditadura, da DSN e da moralidade conservadora que estava entranhada na ideologia da elite política e econômica do Brasil. Buscamos apontar elementos das práticas repressivas que a ditadura aplicou contra a população brasileira, com ênfase na população LGBT+, seja por conta da moralidade sexual ou também em nome da Segurança Nacional. Com relação aos homossexuais, a leitura dos militares colocava essas pessoas como potenciais “inimigas internas”. Isso, porque, para os militares da DSN, a homossexualidade era uma tática da esquerda, a partir do MCI (termo cunhado pelos militares), para captar militantes para as trincheiras da luta comunista.

A criação da figura de um “inimigo interno” valeu-se de contornos não apenas políticos de acordo com a Doutrina da Segurança Nacional, mas também morais, ao associar a homossexualidade a uma forma de degeneração e de corrupção da juventude (QUINALHA, 2017, p. 25).

O Estado ditatorial serviu para que as classes econômicas pudessem viabilizar a superexploração da classe trabalhadora, caracterizada pela precarização do trabalho, pelo aumento de horas trabalhadas, pela perda de direitos e pela diminuição dos salários. Dessa forma, os donos dos meios de produção retiravam o máximo de lucro possível (por isso, superexploração) às custas de economizar com a segurança e com a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Para que esse sistema funcione, os setores dominantes precisam de garantias de que não haja mais “problemas sociais”, temidos pelos donos do poder. Tais

³¹ “A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social, a respeito daqueles e daquelas de quem se supõe que desejam indivíduos de seu próprio sexo o tenham práticas sexuais com eles. Forma específica de sexismo, a homofobia rechaça também a todos os que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. Construção ideológica consistente na promoção de uma forma de sexualidade (hétero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e extrai dela consequências políticas” (BORRILLO, 2015, p. 36).

“problemas” eram a reação direta contra a exploração e a opressão por meio de greves, manifestações, reivindicações trabalhistas etc. No entanto, o Estado burguês deveria garantir “segurança” às classes dominantes, o que significava maiores garantias para explorar a mão de obra da classe trabalhadora sem ter que enfrentar problemas por isso, principalmente de ordem trabalhista. Como explica Padrós (2005, p. 58),

o Estado se configurou como o macro instrumento repressivo que, variando em grau de violência nos diversos países do Cone Sul deixou, como marca comum, a supressão das instituições democráticas. Os setores economicamente dominantes viram, nessa intervenção e na própria DSN, a viabilização da “tranquilidade social” tão necessária para os seus interesses.

Entre as décadas de 1950 a 1980, diversos países do Cone Sul viveram experiências ditatoriais semelhantes ou aproximadas, guardadas as diferenças de escala e especificidades. Novas estratégias militares, formuladas dentro da lógica da Guerra Fria, partiram de uma matriz comum, a ideologia de segurança nacional, assentada formalmente na Doutrina de Segurança Nacional. De acordo com Maria Helena Moreira Alves, a DSN é um “abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais” (ALVES, 1984, p. 35).

Com relação às pessoas LGBT+, não há um artigo próprio dentro do Código Criminal que a evidencie, tampouco há referência direta presente nas diretrizes da DSN. Todavia, nesta última há ideias de ampla caracterização no que diz respeito à moral cristã e ocidental, possibilitando que comportamentos considerados “desviantes” de tal moral fossem considerados como suspeitos de práticas subversivas. Já em relação ao Código Criminal brasileiro da ditadura, havia apenas um artigo, de nº 235, no Código Penal Militar de 1969, por meio do Decreto-Lei nº 1.011, de 21 de outubro de 1969, que proibia explicitamente a homossexualidade, referente à conduta dos militares: “Art. 235. Praticar, ou permitir o militar que com êle [sic] se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar: Pena - detenção, de seis meses a um ano” (BRASIL, 1969, texto digital). Observamos nesse artigo do Código Penal Militar que o “ato libidinoso” é condenado. Se não é permitido ato libidinoso, porque o complemento “homossexual ou não”? Ao ressaltar apenas o ato homossexual, identifica-se concretamente a moral homofóbica. É uma estratégia de chamar a atenção para algo que, pela lógica formal da escrita, não faz sentido. O ato libidinoso, seja qual for, é proibido pela lei e ponto. Porém, ao chamar atenção para a homossexualidade, afirma-se o quanto não será tolerada essa conduta. Assim como podemos observar no próprio título do artigo 235 do Código Penal Militar de 1969: “Pederastia ou outro ato de libidinagem”,

em que “pederastia” é o termo utilizado para referir-se à relação homossexual masculina, e “libidinagem” condiz à procura sem limites de satisfação sexual. Em termos gerais, a relação sexual homossexual é considerada um ato libidinoso, promíscuo e intolerável perante o Código Penal Militar (BRASIL, 1969). Não apenas a relação homossexual é considerada libidinoso segundo a lei, mas é a única pautada explicitamente.

Na DSN, alguns conceitos são vagamente definidos, como por exemplo o conceito que estrutura essa doutrina, o de “inimigo interno”, que não define precisamente os critérios a quem se refere, podendo ser adaptado aos interesses da ditadura, portanto, qualquer pessoa fora dos padrões considerados normais e politicamente aceitáveis, conforme a necessidade conservadora e cristã dos guardiões da moral e dos bons costumes ocidentais e da ideologia dominante, poderiam ser enquadradas ou enquadrados como “inimigo interno”. Faz parte da estratégia da ideologia de Segurança Nacional não definir precisamente quem é o inimigo, como deve se comportar, pois assim poderão enquadrar diversos indivíduos, em contextos específicos, por critérios amplos, baseados nas diretrizes da DSN e na moral cristã, ocidental e conservadora. O próprio conceito de “comunista”, sob a lógica da DSN, adquire contornos menos definidos na medida em que qualquer pessoa que, em qualquer circunstância e momento, não esteja de acordo com as imposições da ditadura e sua moral era acusada de “comunista”. Dentro desse amplo universo, estão aquelas pessoas que desviam da moral e dos bons costumes impostos. É a partir da moralidade que surgem as justificativas para a perseguição, censura, prisão e extorsão de centenas de lésbicas, gays e principalmente travestis e transexuais.

No Brasil, desde o Código Criminal do Império, de 1830, a prática homossexual não se encontra expressamente criminalizada para civis. Sem embargo, diversos outros dispositivos legais e contravencionais, tais como “ato obsceno em lugar público”, “vadiagem” ou violação à “moral e aos bons costumes”, foram intensamente mobilizados para perseguir as sexualidades desviantes (QUINALHA, 2017, p. 25).

Uma das premissas ideológicas da DSN, como já vimos, é a defesa de que a sociedade seria uma unidade nacional, um todo homogêneo, uma nação concisa, ignorando os diversos impasses relacionados à diferença de raça, classes sociais e gênero. Todas e todos deveriam trabalhar em prol da Nação e não contra ela, portanto, a luta por direitos de uma classe social e contra as opressões seria parte da ação estratégica do comunismo internacional. Existia, assim, uma

pretensão dos dirigentes do Estado em identificá-lo com a Nação, expressão maior de uma unidade que deve inibir a existência real de contradições. Tal determinação, por parte de setores vinculados à DSN, expressa o objetivo de despolitização e

desmobilização social, tão característicos desses regimes militares, como apontado nas análises de Guillermo O'Donnell sobre os Estados burocráticos-autoritários. Dessa forma, esvaziada das suas contradições mais visíveis, a sociedade se dilui numa Nação anunciada como homogênea, com uma única vontade, com um único projeto [...] Assim, a Nação constitui um Estado, um território e uma comunidade que compartilha e defende sua concepção de mundo e seus valores - basicamente ocidentais e cristãos. Aquele que discordar publicamente dessa perspectiva é encarado como um “inimigo” e, portanto, pode e deve ser excluído do corpo nacional, sendo justificável seu combate pelo Estado (PADRÓS, 2005, p. 53).

O Estado existe porque as classes sociais, que são antagônicas entre si, existem. Para que essas classes não se “devorem”, como destacou Engels em sua obra clássica *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1984), surgiu a necessidade de criação de uma estrutura que se coloque, aparentemente, acima dessas classes e de seus irreconciliáveis interesses para, então, atenuar os conflitos entre elas. O Estado, assim, nasce como tentativa de conciliação das classes. Porém, em última instância, ele expressa o poder e os interesses dos setores dominantes. Em função disso, suas forças repressivas sempre estiveram e estão apontadas contra o lado dos dominados e dominadas. Desde a formação da sociedade capitalista, a repressão estatal nunca mirou as classes dominantes. Por outro lado, durante a ditadura de segurança nacional, o Estado extrapolou os limites da legalidade constitucional na utilização da violência e como vimos isso configura a utilização das práticas TDE.

Ao analisarmos a ditadura brasileira a partir da perspectiva da DSN e do TDE, é importante ressaltar que foram aplicados métodos clandestinos de repressão dentro da própria “legalidade” da ditadura. O que explica muitas das ações violentas contra as oposições: sequestro, prisões arbitrárias, tortura, violência sexual, censura, execuções, desaparecimentos, extorsões, violência racial, de gênero, sexual, etc., sistematicamente organizado pela lógica do aparato de repressão estatal. Fazer oposição ao Estado, neste contexto, foi um desafio enorme, além de um ato arriscado de coragem.

Sobre o impacto da DSN para as homossexualidades, percebemos que, quando Joseph Comblin chega ao debate sobre as definições dos Objetivos nacionais para a DSN, houve a utilização de quesitos morais, determinantes na compreensão preconceituosa contra homossexuais. Comblin (1978, p. 51), ao caracterizar a integridade nacional dentro dos objetivos nacionais da DSN, já havia percebido qual a moral pretendida, pontuando que para assegurar a integridade nacional do país era preciso homogeneizá-lo a partir dos preceitos da moral cristã:

consolidar toda a comunidade nacional (língua, ascensão moral, mistura racial e supressão das desigualdades sociais) graças a um espírito de solidariedade crescente entre todos os seus membros, sem preconceitos de qualquer natureza, com a

participação consciente e ativa no esforço comum para preservar os valores que caracterizam a personalidade cultural brasileira, tradicionalmente cristã.

É necessário ressaltar que, ao mencionar a necessidade de consolidar a “mistura racial”, “sem preconceitos de qualquer natureza”, o discurso ignorava também os conflitos raciais presente na realidade brasileira e continental desde a colonização europeia. No Brasil, o “mito da democracia racial”³² foi explorado pelos militares para negar a existência do racismo em território nacional por meio da noção de que haveria uma “mistura de raças vivendo em harmonia”. Paradoxalmente, quem lutava pela libertação da população negra e contra o racismo, eram grupos considerados inimigos da unidade nacional, ou seja, “inimigos internos” a mando do Comunismo Internacional, empenhados em lutar por lutas paralelas contrárias à coesão da nação.

Para os militares da DSN, os conflitos sociais de classe eram ignorados enquanto pauta a ser contornada por meio de políticas públicas. De acordo com Comblin (1978), a realidade diversa do povo brasileiro não cabia na “realidade” dos militares. A única coisa que importava para eles era ditar o que devia ser seguido a partir da moral judaico-cristã, conservadora e das iniciativas de manutenção do capital nacional.

O slogan governamental “segurança com desenvolvimento” associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”. Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se por isso mesmo de uma ideologia de dominação de classe, que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista (ALVES, 1984, p. 31-32).

Os adeptos da DSN percebiam-se em uma guerra permanente contra um inimigo que poderia ser qualquer cidadão, diferente daquela clássica na qual os inimigos estavam do outro lado das fronteiras nacionais. A noção de soberania foi redefinida e não se baseava mais nos limites de fronteira, mas sim nas fronteiras ideológicas que cada Estado seguia. Nesse sentido, Marla Assumpção Barbosa (2012, p. 8) explica que “a noção de ‘fronteiras ideológicas’

³² Democracia racial é um termo difundido a partir do livro *Casa Grande e Senzala* (2003) de Gilberto Freyre, que considera que as relações entre negros e brancos no Brasil se deram de forma harmônica e que por isso, não existiria racismo no país. Contudo, principalmente a partir da organização dos movimentos sociais da população negra, esse termo passou a ser contestado, afinal, é um mito, pois não existe. O Brasil é um país racista e a democracia racial é um mito. Sobre essa questão, em uma entrevista Kabengele Munanga (BRASIL..., 2019, texto digital) explica o seguinte: “A sociedade brasileira não é uma sociedade com a democracia racial porque nós convivemos com vários tipos de preconceito e discriminação, o que desemboca numa ideologia chamada racismo. O racismo brasileiro tem suas peculiaridades e um dos problemas é a negação de sua existência”.

permitiu a atuação dos agentes das ditaduras civil-militares para além dos limites políticos e territoriais de seus países”, por exemplo, a atuação de forças de Segurança Nacional no exterior ou em cooperação com polícias estrangeiras no propósito de perseguir e/ou eliminar inimigos internos que saíssem do território nacional. Para enfrentar essa situação e justificar internamente suas ações persecutórias, as ditaduras acolheram uma diretriz fundamental da DSN: a substituição da primazia das fronteiras nacionais geográficas pela noção de fronteiras ideológicas. Com isso, garantiu que os marcos políticos-geográficos-estatais deixavam de ser entraves de soberania (dos demais países) para impedir o alcance das suas ações repressivas.

Cada período histórico apresenta suas especificidades. A partir da análise da violência imposta pela ditadura brasileira é possível compreender o papel do Estado na imposição de uma cultura de disseminação, marginalização e ódio contra a população LGBT+. Observamos que

ainda que o Estado não seja o único responsável por normatizar os discursos e práticas sexuais, sem dúvidas, durante a ditadura, ele se tornou um lócus privilegiado de irradiação de regras proibitivas e licenças permissivas em relação às sexualidades, ajudando a definir as condutas classificadas como inaceitáveis (QUINALHA, 2017, p. 24).

O medo de manifestar ideias e comportamentos fora dos padrões determinados em oposição ao Estado ditatorial é uma consequência direta do TDE. Afinal, a violência que ultrapassa a legalidade constitucional gera um medo ainda maior na população, que passa a temer ser o alvo de tal violência. Esse medo inculcado desde o Estado e absorvido pela população é a demonstração maior da eficiência do TDE, pois ele paralisa e criminaliza os movimentos de oposição, estancando as potenciais manifestações contrárias das diversas formas de opressão, como a homofobia. Tal mecanismo forjou, assim, uma “cultura do medo”, através da qual “o Terror de Estado procurou moldar um comportamento padrão aceito deixando claro que o preço a pagar, por quem ‘andasse fora da linha’, seria a acusação de ‘subversivo’” (PADRÓS, 2005, p. 35).

Entendemos que a DSN contribuiu para justificar ações coercitivas e repressivas contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis que acabaram transformados em potenciais “inimigos internos”. A moralidade sexual imposta à sociedade durante a ditadura (no que diz respeito à moral e aos bons costumes), é, também, uma reação autoritária às diversidades que afloravam cada vez mais e buscavam, desde o período anterior à ditadura, principalmente a partir dos anos 1960, novos espaços de contestação ao autoritarismo, aos tabus sexuais, ao racismo e ao machismo que sacudiam o mundo, reivindicando visibilidade, direitos e reconhecimento social, avançando na luta contra o status quo e seu enrijecimento social, moral

e econômico. As manifestações estudantis, a irrupção da contracultura, do movimento hippie e os desdobramentos da popularização de métodos contraceptivos, como a pílula anticoncepcional, são parte das manifestações que abalaram os cimentos da sociedade capitalista naquele período. O movimento feminista e os movimentos da população negra em diversos países, nas suas mais diversas possibilidades, foram ponta de lança dessa grande onda contestatória.

Em relação ao Brasil da ditadura, apesar do Estado de exceção vigente, tais manifestações também ocorreram (com matizes e intensidades particulares), principalmente ao longo do ano de 1968 de forma mais intensa e incisiva com grandes manifestações de rua, de estudantes, da classe média, artistas e também com grandes greves da classe operária, até a imposição do Ato Institucional nº 5 (AI-5)³³ em dezembro daquele mesmo ano. Depois, a resistência à ditadura teve duros golpes e tornou-se praticamente clandestina, ou seja, a intensidade e a evolução das ideias contestatórias quase cessaram e o modelo de desenvolvimento político, econômico e social dos militares e civis da DSN pôde ser colocado em prática sem as temidas perturbações sociais que a classe dominante tanto se preocupava, afinal o aparato repressivo do Estado estava todo girado para ceifar as resistências.

O caráter permanente dos controles a ele incorporados [ao AI5] deu origem a um novo período em que o modelo de desenvolvimento econômico podia ser plenamente aplicado, enquanto o Aparato Repressivo buscava a Segurança Interna absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo. O Ato Institucional Nº 5 forneceria assim o quadro legal para profundas transformações estruturais (ALVES, 1984, p. 135-136).

As mulheres lésbicas que viveram o período da ditadura tiveram um tortuoso caminho a percorrer para sobreviver durante aquele período, que as considerava transgressoras do modelo feminino considerado adequado ao padrão heteronormativo. De acordo com André Piovezan e Antônio Fontoura Jr. (2015), existia a ideia de uma “heterossexualidade

³³ “O Ato Institucional número 5 foi baixado no dia 13 de dezembro de 1968 [...]. 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, e reinstauração do “Estatuto dos Cassados”; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juízes, e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; 7) direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e finalmente 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional Nº 5. Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recursos. Todas as disposições do ato permaneceriam em vigência até que o Presidente da República assinasse decreto específico para revogá-lo.” (ALVES, 1984, p. 135).

normativa’, considerada ‘natural’ do ser humano”. As mulheres lésbicas, portanto, não se encaixavam dentro do projeto político de Estado imposto a partir do Golpe de 1964.

Além disso, deve ser também pontuada a questão da moral sexual imposta pela Igreja católica, que engessava a sociedade brasileira desde o período colonial e muito forte ainda durante a ditadura. A homossexualidade e o prazer eram parte dos pecados abominados por aquele cristianismo ortodoxo. O sistema vigente de crenças impunha a necessidade de proteger a instituição família e a moral cristã contra os ideais que o colocassem em ameaça. A defesa dessa moral a níveis tão elevados durante a ditadura relacionava-se, também, com as distorções do marxismo propagadas pela Igreja na busca por justificativas para o combate aos ideais socialistas e libertários de qualquer matriz revolucionária. É um evidente intento para manutenção do poder, manutenção dos privilégios socioeconômicos. Propositamente, difundia-se a ideia de que o marxismo iria acabar com as famílias e as Igrejas, as quais, eram instituições visceralmente ligadas ao capitalismo. A instrumentalização da DSN, pelos setores dominantes deu margem, a partir da moralidade sexual, para que centenas de pessoas fossem enquadradas, criminalizadas e transmutadas como potenciais “inimigos internos”.

A análise do Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que instalou a imposição da censura prévia em 1970, permite perceber que os argumentos utilizados apontam, em sua maioria, pareceres de cunho moral:

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes; CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preserve os valores [sic] éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade; [...]
CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira; CONSIDERANDO que o emprêgo [sic] dêesses [sic] meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

DECRETA:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação [...];

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares [...];

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa [...];

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º dêste [sic] Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão (BRASIL, 1970, texto digital).

Os conceitos de moral e bons costumes expostos nesse Decreto-Lei são extremamente amplos e imprecisos, pois não explicitam o que, de fato, seriam. Porém, na hora de aplicar a lei, entre os grupos punidos sem vacilação, estavam, as pessoas LGBTQ+. Qual é então a moral e os

bons costumes tolerados? Qual a instituição família que devia ser protegida? A mocidade devia ter uma “formação digna e sadia”, ou seja, deviam entender desde cedo a não contestar e não expressar desejos e vontades que violassem o imposto compulsoriamente. Ter uma formação “sadia” é uma concepção que obriga a voltar a décadas anteriores à ditadura e ao subitem anterior deste trabalho, quando falamos sobre a eugenia. Ser “sadio sexualmente” significava para a eugenia manter relações “normais”, ou seja, entre pessoas do sexo oposto. A prostituição também era considerada um desvio e tudo aquilo que desviasse do padrão heteronormativo era considerado degeneração, sujo, nojento, além de reforçar à noção patologizante da homossexualidade. Quer dizer então que essa concepção persistiu depois do Golpe de 1964.

O moralismo do regime militar, suportado pelo pensamento conservador de parte da sociedade do período, buscava a exclusão de um tipo específico da orientação sexual bem como um tipo particular de corporalidade – o corpo lésbico – por não apenas confrontar, mas, inclusive, ameaçar um modelo de sexualidade considerada ideal para os cidadãos. E esta perseguição ao lesbianismo não era metafórica ou disfarçada [...] (PIOVEZAN; FONTOURA JR., 2015, p. 2409).

Como já colocamos, muitos militares, apoiados na DSN, avaliavam que a homossexualidade era utilizada como uma tática do MCI para subverter a moral e os bons costumes da juventude. Dessa maneira, os militantes jovens seriam captados para as fileiras da luta revolucionária com mais facilidade. A utilização da moralidade e homofobia para desqualificar os movimentos políticos da juventude durante a ditadura foi recorrente. Na percepção daqueles militares, a sexualidade estava diretamente associada à subversão:

Um exemplo prático desse anticomunismo moral incitando a ação repressiva pode ser percebido numa operação policial na Universidade de Brasília (UnB) em 1973. Em um relatório que devassou a vida de jovens de residências universitárias na instituição, seus moradores foram qualificados de “pederastas” — adjetivo pejorativo atribuído a homossexuais —, enquanto o ambiente foi tido como um “deprimente” “antro de corrupção de costumes” e “acentuada promiscuidade”, “misturados com impregnação ideológica de esquerda” (AN-COREG, 1973, p. 23, 25). O relatório traçou um perfil destes jovens e refletiu sobre o clima da UnB para construir uma espécie de sociologia da subversão juvenil. Entre outros itens, aborda a residência estudantil, o clima de depravação, os desvios de objetivos, o afastamento da família, a influência dos colegas, a naturalização de comportamentos desviantes como o “homossexualismo” — expressão que patologizava a homossexualidade — e a liberdade sexual [...]. Tendo como inspiração os trabalhos da Comissão da Verdade Anísio Teixeira, Lima (2017) investigou este relatório e concluiu o quanto “dimensões da sexualidade, dos afetos, dos hábitos, das convicções e maneiras de viver, foram todas também matéria-prima para a atuação das engrenagens da polícia política” (LIMA, 2017, p. 102). O autor identifica a noção de corrupção de costumes conectada à sexualidade não convencional e como a Polícia associou uso dos tóxicos e militância política; tóxicos e teatro; depravação, maconha e subversão (BRITO, 2019, p. 6-7).

A juventude, como alvo do MCI, era algo sistematicamente apontado pelas interpretações que se faziam da DSN no continente sul-americano, como confirmam as palavras do chefe do Estado-Maior brasileiro em 1976, Tácito Teófilo Gaspar de Oliveira, general-de-exército ao reafirmar a tese de que não existiam contradições em nossa sociedade, mas sim ações de propaganda do comunismo para corromper os jovens:

Hoje em dia enfrentamos, não só em nosso país, mas em quase todas as nações do mundo livre, uma infiltração silenciosa e subterrânea em todos os setores de atividade, a fim de criar contradições, explorar os problemas atuais, verdadeiros ou fictícios, lançar irmãos contra irmãos país contra país, porém mantendo sempre a mesma ideia, que é o desprezo pelos princípios religiosos, familiares e patrióticos nos quais se baseia nossa civilização cristã. Tentam principalmente conquistar a juventude que, devido ao seu idealismo, seu desapego, sua falta de maturidade, e a simpatia natural que os jovens despertam em toda a camada do povo, constitui a massa de manobra ideal para seus interesses (COMBLIN, 1978, p. 46).

Comblin (1978, p. 47) verificou que os militares tinham a convicção de que existiam estratégias do “comunismo internacional”, que, “junto aos jovens [...] utilizam todos os meios, desde a chantagem e a coação psicológica até o uso de tóxicos e frequentemente do apelo sexual, pregando e praticando o amor livre”. Nesse sentido, sendo os jovens alvos “fáceis” para a “subversão”, os mecanismos repressivos se justificavam diante da necessidade de proteger as novas gerações e coibir, confrontar e destruir todos os meios possíveis utilizados pelos supostos comunistas. Constatamos, no estudo, que tal ideia não era baseada na realidade dos movimentos contra a ditadura protagonizados pela juventude, mas pela repressão que acompanhava os que, de alguma forma, resistiam à ditadura. Nesse sentido, Antônio Maurício Freitas Brito (2019, p. 9) destaca o posicionamento oficial de órgãos da repressão estatal como no caso do SNI:

O SNI foi um dos órgãos de informações utilizado por setores das Forças Armadas para manter a agenda anticomunista na pauta do Estado, vociferando a responsabilidade do movimento comunista internacional no uso de uma estratégia subversiva no plano dos costumes para destruir o ocidente. Em alguns momentos, o teor dos documentos possivelmente visava reagir à abertura. Para o SNI, a partir de uma memória negativa sobre os anos 1960/1970 e seu legado comportamental, uma cruzada contrassubversiva no plano dos costumes era imposta como uma necessidade

Dentro dessa perspectiva, reforçamos que a defesa e a proteção da “família tradicional” (burguesa) contra o comunismo, que supostamente subvertia “cidadãos de bem” em “inimigos internos”, funcionava como um grande guarda-chuva para justificar medidas de força contra qualquer comportamento considerado desviante. Compreendemos, portanto, a influência da moral cristã ocidental sobre o funcionamento da ditadura e dos militares sob a DSN, servindo tanto para a manutenção do status quo do regime, ajudando na contenção política de centenas

de jovens contrários à ditadura, quanto como ferramenta de opressão à população homossexual, sendo linha auxiliar de uma cultura social que, nos dias atuais, serve de base para entender a razão do Brasil ser considerado o líder no *ranking* dos países que mais matam LGBT+ no mundo.

1.3 A escritora mais censurada pela ditadura brasileira era lésbica: a perseguição a Cassandra Rios

Outro exemplo de controle e cerceamento sistemático por parte do Estado, guiado pela ideologia conservadora e moralista imposta à população homossexual, foi o caso da escritora lésbica Cassandra Rios, o pseudônimo utilizado por Odete Rios (BBC, 2019, texto digital). Rios é considerada pela CNV a autora mais censurada pela ditadura brasileira:

Um dos casos mais graves e dramáticos de censura durante esse período que merece registro foi a campanha contra as obras de Cassandra Rios, uma escritora cuja ficção sobre a lesbianidade nada agradou os cães de guarda da “moral e dos bons costumes”. Com uma produção literária prolífica e milhões de livros vendidos, ela teve 36 de suas obras censuradas durante a ditadura. Dezesesseis processos judiciais foram propostos contra o seu livro *Eudemônia*. As acusações iam sempre no sentido de que seus textos continham conteúdo imoral e aliciavam o leitor à homossexualidade. Os danos financeiros para ela e suas editoras eram enormes, pois as forças da repressão e censura retiravam as suas obras das livrarias e apreendiam os seus livros nas gráficas. Infelizmente, artistas e intelectuais que geralmente se mobilizavam contra os atos arbitrários da comissão nacional da verdade - relatório - volume ii - textos temáticos - dezembro de 2014 ditadura não chegaram a se solidarizar com Cassandra Rios na sua luta interminável contra a censura, provavelmente por causa do conteúdo das suas obras. Pode-se afirmar que Cassandra Rios foi a artista mais censurada deste país durante a ditadura militar (CNV, 2014, p. 304).

A censura a suas obras e a perseguição sofrida por Cassandra/Odete se deu, também, por conta de sua sexualidade e por conta do caráter moralizante que a ditadura dava às suas obras, porém, a justificativa dos censores era de que seus livros eram “pornográficos”. Suas obras literárias eram de ficção e mistério, sempre com enredos envolvendo personagens lésbicas, além de conter muito erotismo. Em entrevista para a *BBC Brasil* (MONDELLI, 2019, texto digital), a sobrinha de Odete, chamada Liz Rios, afirmou que sua tia sofreu perseguição por ser assumidamente lésbica e não apenas pelo conteúdo de suas obras. Ela coloca o seguinte:

Engraçado que com o pseudônimo masculino, a tia Odete conseguia passar pela censura e vender os livros, igualmente eróticos. Isso comprova que a perseguição era contra a pessoa Cassandra, e não só contra sua literatura, afirma Liz, lembrando que

a tia era levada pelos DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) para depor com frequência, livro após livro (MONDELLI, 2019, texto digital).

Em termos gerais, quando Cassandra Rios utilizava o pseudônimo masculino (não encontramos o nome masculino que Odete utilizava), trocava as cenas eróticas de casais lésbicos (corriqueiros nas suas obras), para casais heterossexuais seus livros passavam sem grandes cortes pela censura. Dessa forma, podemos compreender que a censura a suas obras permeava uma perseguição moralizante em razão do conteúdo de cenas eróticas de casais lésbicos, tendo em vista que, ao utilizar um pseudônimo masculino e com cenas de casais heterossexuais, suas obras eram aprovadas pela censura. Com esse artifício, seus livros passavam pela censura, segundo a escritora Lúcia Facco em depoimento para o documentário *Cassandra Rios - A Safo de Perdizes* (2013), dirigido por Hanna Korich.

Os militares chamavam Cassandra Rios de “escritora maldita”, devido ao grande sucesso que seus livros faziam, sendo a primeira escritora no Brasil a chegar à marca de mais de um milhão de livros vendidos em 1970 (BCC, 2019, texto digital) e uma das únicas que vivia exclusivamente com o dinheiro da venda de seus romances. O cerco sobre ela foi intenso. Durante a ditadura, 36 livros das 50 obras que ela publicou foram censuradas, sua livraria foi fechada (não foi possível encontrar o nome da livraria), seus livros foram apreendidos na gráfica, gerando grandes prejuízos com a editora, a ponto de levá-la à falência no ano de 1976, quando 14 obras da escritora foram censuradas em apenas seis meses (NÓBREGA, 2015). Segundo Marisa Fernandes (2019, p. 127), houve uma tentativa da ditadura de deportar Cassandra, por conta de sua descendência espanhola, acusada de subversão em razão de sua sexualidade:

Levada diversas vezes como criminosa ilicitamente para delegacias, suas impressões digitais foram tiradas, passou por vexames, ofenderam-na, zombaram dela, distorceram verdades e a caluniaram. Chegou a levar um murro na cara de um delegado, que queria que ela desse o endereço de uma personagem irreal do seu romance *O bruxo espanhol*. Ele perguntava: “Quem é Sâni? Onde ela mora?”. Ao rir da absurda pergunta, levou a bofetada. Outro delegado picou, na frente da Cassandra, o seu livro *Nicoleta Ninfeta* e ameaçou: “É isso o que vamos fazer com todos os seus livros e queimá-los em praça pública”. Um juiz chegou a perguntar se ela não tinha medo, ao que ela respondeu: “tenho sim, da minha própria coragem”.

Figura 1 – Cassandra Rios fotografada pela *Revista Realidade* em março de 1970



Fonte: Cardoso (2021).

Cassandra/Odete Rios sofreu perseguição judicial, intimada em várias Varas Criminais, sendo o primeiro processo estatal em 1948. E durante a ditadura de segurança nacional, um de seus livros, *Eudemônia*, teve 16 processos abertos. No entanto, quanto mais censurada era sua obra, aparentemente mais famosa ela ficava. Cassandra foi se transformando em uma espécie de ícone e de tão censurada ela mexeu com a curiosidade do público que também estava com uma demanda reprimida por conteúdos como os que ela proporcionava em sua literatura, uma combinação que a fez ser recordista em vendas. Uma de suas obras transformou-se em um filme no ano de 1980: o livro *A Paranóica* foi interpretado e virou o filme *Ariella* (1980), de John Herbert, marcado pela estreia de Christiane Torloni nos cinemas. Por todo o símbolo de resistência contra a moral e os bons costumes que a obra de Cassandra passou a representar, os militares passaram a repudiá-la em um grau ainda maior.

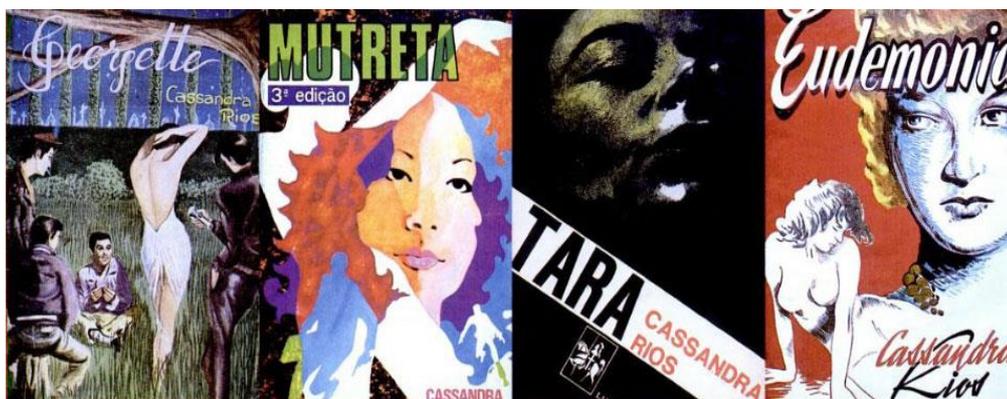
Os livros de Cassandra definitivamente proibidos foram retirados das livrarias e das editoras. Os militares percorriam gráficas para apreender livros subversivos. Em uma gráfica, os militares encontraram a primeira edição do livro *Minha Metamorfose*, no qual nas últimas páginas, Cassandra publicou a poesia “Prisão da Liberdade”. Foi o bastante para que fechassem a Gráfica e levaram o proprietário a encontrar Cassandra, na livraria que ela tinha [...] Ambos foram conduzidos para a Delegacia Especializada. [...] Neste mesmo dia a livraria de Cassandra foi fechada (FERNANDES, 2019, p. 128).

Marisa Fernandes (2019) afirma que, em 1977, aproveitando a distensão política, 46 intelectuais assinaram um manifesto contra a censura, entregue ao Ministro da Justiça Armando Falcão. Originalmente, Cassandra Rios assinava o Manifesto. No entanto, seu nome foi cortado e a lista entregue ao ministro chegou sem sua assinatura, sendo que o “corte foi feito por um dos intelectuais responsáveis pelo encaminhamento do mesmo, alegando que Cassandra Rios

não era uma escritora séria” (FERNANDES, 2019, p. 128), justificando, assim, a censura. Tal ato chama a atenção por advir de alguém pertencente à própria categoria artística, uma atitude permeada por preconceitos. Porém, não encontramos os nomes dos intelectuais que cortaram o nome de Cassandra/Odete. Pensando nesse cenário, é válido considerarmos o que coloca Kyara Maria de Almeida Vieira (2014, p. 44):

a Revista Isto É (1979, p. 61-62) publicou reportagem sobre a anistia e sobre a liberação dos livros de vários escritores, incluindo Cassandra Rios. Como componente da matéria feita pelo jornalista José Antônio Silva, há uma crítica feita pelo escritor Flavio Moreira da Costa, intitulada “Uma profissional, entende?” [...] Ao defender que Cassandra Rios é uma escritora profissional, critica o elitismo dos intelectuais.

Figura 2 – Capas de livros de Cassandra Rios



Fonte: Santos (2019).

O Lâmpião da Esquina tratou sobre o caso de Cassandra Rios e foi um dos poucos jornais da imprensa alternativa a apoiar as denúncias sobre as arbitrariedades cometidas contra a escritora no período da ditadura civil-militar. Abaixo reproduzimos duas das capas d’*O Lâmpião da Esquina* que tratavam sobre a escritora, das edições n° 05, de 1978 e n° 29, de 1980, respectivamente:

Figura 3 – Capas de *O Lâmpião da Esquina* sobre Cassandra Rios



Fonte: Grupo Dignidade (2021).

Até o momento presente há pouca produção acadêmica, tanto historiográfica quanto do campo da literatura, sobre as obras e trajetória de Odete/Cassandra Rios. Os estudos que tratam do caso dela e que tivemos acesso são focados na perseguição sofrida pela escritora desde 1954 até 1985. O contexto em que Cassandra está imbuída é o retrato sólido do que significa ser lésbica assumida durante a ditadura. Mesmo sem ser militante e sequer de esquerda, ela foi perseguida como uma “inimiga interna” e um perigo para a Segurança Nacional ao atentar contra a sagrada moral e os bons costumes.

De acordo com Maria Isabel de Castro Lima, Odete Rios teve seu psicológico bastante afetado devido aos tantos anos de repressão, especialmente “após quase 35 anos de profissão, desgastada e empobrecida pelos prejuízos causados pelos inúmeros processos, voltou-se para a religião e para textos religiosos, recolhendo-se da vida pública” (LIMA *apud* BRITO, 2016, p. 77). Brito afirma, por fim, que a “a ditadura de alguma forma, triunfou sobre sua resistência física e psicológica” (BRITO, 2016, p. 77). São as sequelas de um dos períodos mais graves, pós abolição, em violação dos direitos humanos perpetrado pelo Estado. São feridas abertas que geram consequências gravíssimas para o período pós ditadura.

1.4 O caso Celso Curi (jornal *Última Hora*) como “gatilho” para a organização dos homossexuais no Brasil

Além de Cassandra Rios, muitos outros indivíduos LGBT tiveram suas trajetórias marcadas por violências praticadas pela ditadura. Dentre essas histórias, selecionamos um caso que se mostrou profícuo para o desenvolvimento do problema desta pesquisa, o de Celso Curi, visto que foi um dos episódios de maior repercussão na mídia da época e, ao mesmo tempo, impulsionou a organização do movimento homossexual no Brasil.

O carioca Celso Curi, jornalista assumidamente gay, foi redator da “Coluna do Meio”³⁴ no jornal *Última Hora*. Esse jornal funcionou de 1951 a 1987, fundado pelo jornalista Samuel Wainer, no Rio de Janeiro, com sede também em São Paulo, e teve edições locais complementadas em inúmeras grandes cidades brasileiras antes de fechar. Curi foi pioneiro em escrever uma coluna voltada para o público homossexual no ano de 1976, em um jornal de grande circulação. Como jornalista, Curi tratou da vivência homossexual de forma positiva, ou seja, não a abordava como uma patologia ou um desvio moral, mas sim com uma perspectiva de naturalidade a respeito dos acontecimentos cotidianos das pessoas LGBT+.

O início da “Coluna do Meio” aconteceu em fevereiro de 1976, sendo encerrada em novembro de 1977 após a demissão de Celso Curi justificada sob o pretexto de “contenção de despesas” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, n. 0, p. 6). A “Coluna do Meio” teve grande repercussão, possível de ser aferida a partir das cartas dos leitores e leitoras enviadas a Curi na redação do Jornal e das vendas do mesmo que aumentaram depois que a “Coluna do Meio” foi para as bancas³⁵.

Em 1976, Celso Curi publicou textos voltados a homossexuais em sua Coluna do Meio, no jornal *Última Hora*. Nestes textos, Curi tratava de homossexuais famosos no

³⁴ “Em 1976 começa a sair diariamente no jornal *Última Hora*, de São Paulo, uma coluna de cunho informativo, social e burlesco, fora da imprensa alternativa: é a Coluna do Meio, do então jornalista Celso Curi. Nessa coluna, Curi brincava com personagens de criação própria, contava piada, noticiava acontecimentos sociais e publicava um ‘Correio Elegante’. Uma particularidade a tornava um fato inusitado na imprensa brasileira: era dirigida aos homossexuais. De 30 a 40 cartas chegavam à redação, de todas as partes do país. Algumas para o ‘Correio Elegante’, outras de solidariedade. Leitores enviavam opiniões gerais, às vezes agradeciam o espaço conquistado. Outras cartas traziam admoestações ou partiam para a agressão direta. A ‘Coluna do Meio’ acabou recuando no progresso alcançado, tendo em vista a pressão de grupos econômicos, leitores e, ainda, um processo penal que o jornalista teve de enfrentar por atentado ao pudor. Durou até novembro do ano seguinte, quando foi extinta pela própria direção do jornal” (LIMA, 2001, p. 3).

³⁵ “Colunista mais lido da *Última Hora* de São Paulo, responsável direto pelo aumento de vendagem do jornal, Celso Curi, o rapaz da “Coluna do Meio”, foi demitido em novembro de 1977 sob o Pretexto de “contenção de despesas”. A demissão, na verdade, era apenas mais uma etapa da campanha contra o jornalista que ousou transformar em assunto diário do jornal um tema até então considerado tabu: o homossexualismo. Por causa disso ele também foi incurso no Art. 17 da Lei de Imprensa - “ofender a moral e os bons costumes” - e, processado, poderá ser condenado a um ano de prisão” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, n. 0, p. 6).

Brasil e no mundo, escrevia sobre o estilo de vida guei [sic], paqueras, encontros e falas relacionadas a paqueras e lugares para os homoeróticos frequentarem [...]. Em abril de 1978, foi publicado o número zero do jornal [*O Lampião da Esquina*], que trazia em sua capa uma reportagem sobre o processo da União contra Celso Curi devido às suas publicações “subversivas” (ALMEIDA, 2019, p. 72).

Curi foi demitido, possivelmente, em razão das pressões governamentais sobre a direção do jornal *Última Hora* ter o jornalista como redator. Luiz Gonzaga Modesto de Paula, advogado de Celso Curi, em entrevista para *O Lampião da Esquina*, explicou que o jornalista era alvo de um processo que: “nasceu do expediente de um determinado agente da Polícia Federal que subjetivamente considerou ‘ofensivos’ os artigos publicados, fez o inquérito administrativo e mandou para a Justiça” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, n. 0, p. 7). Trata-se de um processo aberto pelo Departamento de Polícia Federal DPF que abriu a investigação.

sob acusação de “atentado à moral e aos bons costumes” e “promover a licença de costumes e o homossexualismo especificamente”. [...] Curi esteve sob constante ameaça de cumprir pena de até um ano de prisão, mas as dificuldades com o processo não se resumiram apenas a isso. Quando o jornalista procurou o advogado do Grupo Folha para defendê-lo, o profissional recusou-se. Segundo o colunista: “Na época ele se recusou, apesar da acusação ser por causa da coluna. Disse simplesmente que não o faria, pois não defendia ‘esse tipo de gente’” (LOPES, 2020, p. 240).

A publicitação do caso de Celso Curi marcou uma virada importante na luta contra a opressão homofóbica por parte do Estado, sendo o estopim para a organização do grupo de homens assumidamente gays que criaram um jornal de imprensa alternativa, *O Lampião da Esquina*, colocando como chamada de capa da primeira edição, de nº 0, o caso do autor da “Coluna do Meio”. A criação do periódico influenciou na formação de outras organizações de lésbicas, gays, trans e travestis por todo o Brasil. Outro ponto importante deste caso foi o seu desdobramento final. Dois anos após a abertura do processo contra o jornalista, que vivia a possibilidade de ser preso a qualquer momento, chegou sua absolvição em 12 de março de 1979, o que colocou um ponto final no clima de tortura psicológica a que vinha sendo submetido até então. Uma brecha jurídica para a defesa dos homossexuais e da luta contra a censura e a discriminação, fato que demonstra que a conjuntura política brasileira, apesar das suas contradições e ameaças de retrocesso, avançava ainda que lentamente, a caminho da redemocratização. O juiz Regis de Castilho Barbosa, da 14ª Vara Criminal da Comarca de São Paulo, proferiu a absolvição fundamentando que:

a justiça “não tem como escopo abrigar exigências extraordinárias de um pudor hipertrófico [...] em virtude de princípios particularmente rígidos”. [Na sentença, o juiz] Diz claramente que não é doutrinação o fato dos homossexuais “procurarem se

impor como segmento estruturado dentro da sociedade” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 11, p. 3).

Em dezembro de 1977, aproveitando a repercussão do caso, a revista *IstoÉ* publicou uma reportagem sobre a “imprensa gay” (como chamaram), citando o processo a Celso Curi, a quem considerou um símbolo de resistência homossexual do país. Além do mais, a *IstoÉ* citou na reportagem o periódico *Gente Gay*³⁶ e deu destaque ao jornal que ainda seria lançado, nossa fonte principal para esta pesquisa, *O Lampião da Esquina*³⁷. Destacava-se na matéria a chegada de um cidadão estadunidense que participaria do evento de lançamento oficial daquele jornal, tratava-se de Winston Leyland, editor chefe do jornal *Gay Sunshine*, o periódico estadunidense mais importante, naquele momento, para a comunidade LGBT+ mundial, embora tratasse mais de questões do movimento gay dos EUA.

No ano de 1978, quando *O Lampião da Esquina* estava distribuindo sua edição de nº 0, órgãos de inteligência do Exército, da Polícia Federal e do Ministério da Justiça iniciaram o processo acusatório contra o jornal e todos os que foram mencionados na reportagem da revista *IstoÉ*, além dos autores da matéria. De fato, todos foram enquadrados na Lei de Imprensa (BRASIL, 1967) e pelo Decreto-Lei nº 107, de 26 de janeiro de 1970, e um processo contra eles foi aberto. Sobre o *Lampião*, seus integrantes são também nominados no processo:

anúncio, com grande destaque, do lançamento de novo e importante jornal "gay" - tabloide, 32 páginas, âmbito nacional, 10 mil exemplares - entusiasticamente defendido por AGUINALDO SILVA, jornalista e escritor. Da direção da referida publicação farão' parte além do já citado AGUINALDO SILVA, DARCY PENTEADO, GASPARINO DA MATA, FRANCISCO BITTENCOURT, CLOVIS MARQUES, JEAN CLAUDE BERNARDET, PETER FRY (UNICAMP), ADÃO ACOSTA, LEO GILSON RIBEIRO e JOÃO SILVÉRIO TREVISAN.³⁸

Esse documento foi classificado como sigiloso pelo Ministério da Justiça, Divisão de Segurança e Informações, e teve início na data de 11 de janeiro de 1978. A origem é do Centro de Informação do Exército (CIE). A começar pelo título do documento, podemos verificar que ideias higienistas que tratavam a homossexualidade como doença ainda persistiam entre os

³⁶ “Surgiram [...] inúmeros periódicos que circularam no Rio de Janeiro como, por exemplo, as publicações *Gente Gay*, *Subúrbio à Noite*, *Eros*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, entre outros títulos. Todos, em comum, tiveram uma curta duração” (CARVALHO, 2019, p. 3).

³⁷ “O *Lampião* foi tema de duas páginas em uma revista que ocupava lugar de destaque na imprensa brasileira, a *IstoÉ*. Além do texto, havia uma foto do coquetel de lançamento do jornal na Livraria Cultura, na Avenida Paulista, em São Paulo. Trata-se de uma fotografia memorável porque contém boa parte dos jornalistas que formavam o *Lampião*, vinculando o periódico diretamente entre eles e à homossexualidade” (MAIOR JR., 2019, p. 198).

³⁸ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_TT_0_MCP_PRO_1135_d0001de0001. 11 de janeiro de 1978. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>. Acesso em: 23 jun. 2021.

militares da DNS. O termo “homossexualismo” apresenta o sufixo “ismo” que, como nesse caso, era usado para designar doenças.³⁹

Parte das conclusões da peça acusatória do processo permite verificar que os militares associavam a homossexualidade ao comunismo e à esquerda. O documento, que contém 68 páginas, apresenta um acompanhamento detalhado desde antes do lançamento até os primeiros meses de distribuição do *Lampião da Esquina*, com endereços tanto da Lampião Editora de Livros, Revistas e Jornais, como da Esquina Editora de Livros, Revistas e Jornais, continha também nos autos os nomes e profissões de alguns dos envolvidos no conselho editorial; havia o histórico de jornais e revistas que já abordaram, em alguma edição, o tema da homossexualidade de maneira positiva (o que caracterizava “apologia ao homossexualismo” para os militares), além de uma lista com nomes de travestis que participaram de um concurso de beleza em Manaus. Esses detalhes demonstram o intenso e amplo monitoramento ao que diz respeito a população LGBTQ+, seus veículos de comunicação, atividades públicas e opiniões de qualquer jornal ou revista que tratasse as homossexualidades de maneira minimamente positiva, tudo isso independente da abertura política. De acordo com um dos informes contidos dentro do processo e fazendo o recorte daquilo que interessa ao nosso trabalho, a inteligência da ditadura expõem como uma das tantas conclusões, o seguinte:

- a. mais do que a propaganda do jornal a ser lançado, é notado um esquema de apoio à atividade dos homossexuais. Este apoio é baseado, em sua quase totalidade, em órgãos de imprensa sabidamente controlados por esquerdistas. Aliando-se a este fato a intenção dos homossexuais de se organizarem em movimentos e de “ocupar um lugar certo - inclusive politicamente” - pode-se estimar alto interesse comunista no proselitismo em favor do tema;
- b. causa estranheza que reportagem dessa natureza seja publicada em revista de venda livre nas bancas, sem qualquer restrição quanto a idade de eventuais leitores. Se é verdade que maior liberdade foi dada a imprensa dentro de uma diretriz política não é menos verdade que o uso exagerado dessa liberdade, deve ser coibido quando estão em jogo preceitos morais e éticos que são o sustentáculo da família brasileira, principal célula de resistência' ao avanço de ideologias espúrias.⁴⁰

Sobre *O Lampião da Esquina*, retornaremos no próximo capítulo outros detalhes acerca desse processo nº 100045s, de 18 de janeiro de 1978. No entanto, cabe informar que os editores do *Lampião*, ao serem intimados pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro a depor em setembro de 1978, passaram a contestar esse processo nas páginas do

³⁹ O sufixo “-ismo” significa “doença”, uma “patologia”. Com isso, em 17 de maio de 1990, a Assembleia Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) aprovou e oficializou a retirada do Código 302.0 (homossexualismo) da Classificação Internacional de Doenças (CID), declarando que “a homossexualidade não constitui doença nem distúrbio” (DIA..., 2014, texto digital).

⁴⁰ ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_TT_0_MCP_PRO_1135_d0001de0001. 11 de janeiro de 1978. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>. Acesso em: 23 jun. 2021.

próprio jornal, iniciando um processo de resistência formado por redes de apoio e solidariedade no meio artístico, com militantes da causa, políticos e inclusive internacionalmente, contando com o apoio da *International Gay Association*, uma associação “composta por diversas organizações homossexuais mundo afora, que por meio de cartas direcionadas ao ministro da justiça Armando Falcão, pressionaram o governo pelo arquivamento do processo” (LOPES, 2019b, p. 8).

Em novembro de 1979, o *Lampião* estampou na capa a seguinte manchete: “Somos todos inocentes”. Simultaneamente, além do processo e de todos os problemas que ele acarretou na vida dos acusados, grupos paramilitares passaram a atacar bancas de revistas que vendiam livros considerados de esquerda e jornais de oposição à ditadura, como era o caso do *Lampião*, fato que contrastava com o contexto de revogação do AI-5 (outubro de 1978) e com a proposta de “abertura” do final dos anos 1970. De qualquer forma, o pedido de arquivamento do processo feito pelo Ministério Público foi acatado pela 4ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro em formato de absolvição, uma vitória impensada no início desta mesma década de 1970.

1.5 Legislação utilizada contra a população LGBT+ durante a ditadura

Como vimos, o Golpe de Estado de 1964 foi orquestrado e dado em nome do capitalismo e da Segurança Nacional contra o comunismo, partindo de discursos e ações acerca da proteção dos valores morais da família tradicional, cristã e ocidental, sob a lógica da geopolítica da Guerra Fria. As próximas páginas apresentam uma análise dos desdobramentos repressivos concretos a partir das diretrizes moralizantes que assolaram o Brasil durante a ditadura.

A partir da aplicação da censura, a ditadura de Segurança Nacional oprimiu as pessoas homossexuais, ainda mais, de se expressarem, mesmo sem haver uma legislação específica contra as pessoas homossexuais. Contudo, como vimos, as publicações com conteúdo LGBT+ (livros, peças de teatro, músicas, televisão) estavam sujeitas ao enquadramento criminal enquanto obras “atentatórias à moral e aos bons costumes” desde o século XIX. Outro enquadramento foi em relação ao controle das “diversões públicas”, nascido durante o período varguista e com continuidades na legislação brasileira com a aprovação da Lei de Imprensa, a Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967. Assim, a liberdade de manifestação do pensamento e de informação foi severamente reprimida. Tal legislação passou a ser utilizada para acabar com os bailes já tradicionais das travestis e transexuais, com a presença massiva do público LGBT+, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, mas também em todo o Brasil durante o

Carnaval. A Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967 coloca que “é livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer” (BRASIL, 1967, texto digital). Além disso, temos o seguinte:

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitos à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o Governo [sic] poderá exercer a censura sobre [sic] os jornais ou periódicos e empresas [sic] de radiodifusão e agências noticiosas nas matérias atinentes aos motivos que o determinaram, como também em relação aos executores daquela medida.

Art. 2º. É livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, salvo se clandestinos (art. 11) ou quando atentem contra a moral e os bons costumes (BRASIL, 1967, texto digital).

De acordo com o artigo acima, a circulação de periódicos poderia ser restringida quando estes atentassem à moral e aos bons costumes. Como discutido, a moral e os bons costumes defendidos pela ditadura são aqueles que respeitam as tradições cristãs e ocidentais do mundo capitalista, excluindo, dessa forma, as populações LGBT+, as prostitutas, as pessoas adeptas de religiões de matriz africana, ou tudo o que não se enquadrava em determinados padrões ou afrontava a lógica da moral “carola” vigente dos militares no poder.

O Artigo 61 da Lei de Imprensa evidencia o controle moral e dos costumes imposto pela ditadura, ao definir quais os impressos sujeitos a apreensão:

Art. 61 - Estão sujeitos à apreensão os impressos que:

I - Contiverem propaganda de guerra ou de preconceitos de raça ou de classe, bem como os que promoverem incitamento à subversão da ordem política e social.

II - Ofenderem a moral pública e os bons costumes. [...]

§ 6º - Nos casos de impressos que ofendam a moral e os bons costumes, poderão os Juízes de Menores, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público, determinar a sua apreensão imediata para impedir sua circulação (BRASIL, 1967, texto digital).

O aparato repressivo foi remodelado de forma a atingir a cidadania, direta e indiretamente, enquanto a propaganda política estatal, reforçada pela ação cúmplice dos grandes meios de comunicação corporativos, garantia a conquista dos “corações e mentes” da população brasileira. O sistema educativo, a partir de uma pedagogia autoritária e moralizante, complementava tais ações. A disseminação, em todo o sistema de ensino, dos valores da DSN e da tradição conservadora era garantida através das disciplinas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira e Estudos dos Problemas Brasileiros, respectivamente no Primeiro Grau, Segundo Grau e no ensino superior (KOCH, 2019).

As práticas repressivas da ditadura marginalizaram e criminalizaram milhares de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis. Prisões arbitrárias, tortura, censura, humilhações, extorsões e a regulação de corpos também atingiram essa população. As forças de segurança foram acionadas em prol dos interesses da moralidade para a proteção da família tradicional, aquela compreendida como heterossexual, composta por um homem, uma mulher, seus filhos e voltada para a procriação. Família tradicional cujos valores, segundo os militares, os comunistas queriam subverter e eliminar.

A materialização da “proteção” à família tradicional e aos costumes conservadores se deu através principalmente, da Lei de Imprensa (BRASIL, 1967), mas também a partir da Constituição de 1967, através das quais replicaram-se leis estaduais e municipais com semelhante teor moralista. Outro instrumento crucial que também contribuiu para a cruzada moralista foi o guarda-chuva conformado pela Lei de Segurança Nacional, por meio do Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969 (BRASIL, 1969), pois, para o sistema e os órgãos de informação, a prostituição, o vício e a prática sexual homoafetiva levavam à indiferença, o que abriria caminho para a própria subversão. Diversos indícios jurídicos foram tomados com esse fim, por exemplo:

o Código Brasileiro de Telecomunicações (Decreto-lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967); a Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 314 de 13 de março de 1967), a Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/67) a Lei da Censura Prévia (Decreto-Lei nº 1077 de 26 de janeiro de 1970) e o ato normativo que tornou possível a expulsão de professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensinos públicos e particulares por atos contra a moral e bons costumes (Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969) (LOPES, 2020, p. 238).

Perseguições específicas contra travestis e outras minorias sexuais eram efetuadas pelas Delegacias de Costumes, como a de Belo Horizonte⁴¹, ao longo dos anos de 1960, inclusive, antes do golpe de Estado. A ditadura deu continuidade a essas práticas e lhes deu maior dimensão e suporte ideológico (o discurso anticomunista sob a DSN); Delegacias Seccionais, como as da cidade de São Paulo, a partir da segunda metade dos anos 1970, também se especializaram nessas ações. Além delas, outros mecanismos jurídicos foram empregadas para

⁴¹ A atuação das polícias civil e militar sobre gays e travestis em Belo Horizonte, ao longo da década de 1960, sempre foi visível. Certa campanha de hostilização foi desencadeada por meio de batidas policiais nos locais frequentados por aquele público; de operações de saneamento e limpeza de vias públicas, como foram chamadas essas iniciativas; de leis e portarias que regulamentassem certas atividades artísticas; do fechamento de bares e boates de frequência predominantemente daquele segmento [entre 1963 a 1969]. “[...] É notório que o acirramento dessas ações se deu por conta da instalação de um governo ditatorial civil-militar a partir de 1964 e, sobretudo, a partir do impedimento de uma série de direitos político-sociais quando da imposição do AI-5” (MORANDO, 2019, p. 53).

enquadrar homossexuais no âmbito federal, estadual e municipal, como as leis contra a vadiagem, contra o atentado ao pudor público, abuso e corrupção de menores.

A diretriz da “moral e dos bons costumes” foi assim replicada tanto em manuais da censura como em leis federais, estaduais e municipais que visavam regular as sexualidades no espaço público. [...] Não apenas dispositivos com o mote da “moral” e dos “bons costumes” foram utilizados, mas que também foram mobilizados instrumentos legais de abrangência federal e local contra a vadiagem, atentado ao pudor público e abuso e corrupção de menores, que foram usufruídos como preceitos para encarcerar e fiscalizar a sexualidade nos grandes centros urbanos (LOPES, 2020, p. 238).

No que se refere à liberdade de expressão e informação, a Lei de Censura Prévia, com o Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, como já vimos, permitia ao Ministério da Justiça, via Polícia Federal e órgãos de segurança, fiscalizar e suspender previamente qualquer produto cultural de rádio, televisão e imprensa, podendo requerer sua suspensão imediata (BRASIL, 1970, texto digital). É possível verificar na Lei de Censura Prévia que, além de não serem toleradas críticas políticas ao governo, também não eram permitidas publicações contrárias à moral e aos bons costumes assumidos pela ditadura. Sem uma definição precisa do significado de moral e bons costumes, no entanto, tal subterfúgio confundia e aumentava a insegurança da população. Ainda assim, os valores cristãos, ocidentais e conservadores eram constitutivos da sociedade brasileira desde antes da Guerra Fria.

1.6 A repressão aos homossexuais durante a ditadura

Durante todo o período da ditadura houve repressão e perseguição à população homossexual. Da pouca documentação conhecida a respeito, temos aquela que trata da cidade de Belo Horizonte, onde a violência policial contra os homossexuais era exercida de forma sistemática mesmo antes da ditadura, embora posteriormente o processo tenha sido ainda mais incrementado. Conforme Luiz Morando (2019, p. 57),

antes mesmo do Golpe militar de 1964, em novembro de 1963, o Secretário de Segurança pública de Minas, Caio Mário da Silva Pereira, definiu uma campanha de moralização que mobilizou elementos do Exército, da Base Aérea, da Polícia Militar e da Delegacia de Repressão ao Furto de Veículos. A intenção era livrar principalmente a Praça Raul Soares dos maus elementos, maconheiros, ladrões de carro, aliciadores de meninas, “mulheres do *trottoir*” e “invertidos sexuais”. Poucos dias antes, a Delegacia de repressão à Vadiagem iniciara uma blitz contra os anormais, detendo “30 invertidos sexuais na Praça Raul Soares”.

No ano de 1965, o *Diário de Minas* noticiou um fato ocorrido na cidade de São Paulo quando o diretor da Divisão de Divertimentos Públicos baixou “uma portaria estipulando que as exposições de nu artístico, *strip-tease* e travestis” só poderiam “ser feitas em teatro sob severa fiscalização em que se resguarde o decoro público e o respeito à sociedade” (MORANDO, 2019, p. 54). Em Minas Gerais, no mesmo ano, a polícia estava autorizada a deter os homossexuais, transexuais e travestis que saíssem às ruas usando batom, calças justas ou maquiagem. Segundo o *Diário de Minas*, esta ação fazia parte do mais novo “plano de moralização da cidade” do delegado Francisco de Assis Gouveia da Delegacia de Costumes da cidade (MORANDO, 2019, p. 55).

Em 1967 o Serviço de Censura e Diversões Públicas da Polícia Federal proibiu, mediante portaria, as apresentações de striptease e travestis em clubes na televisão. Portanto, pessoas trans que sobreviviam daquelas apresentações passaram a ser impedidas de prover seu sustento, o mercado de trabalho para essas pessoas, à época (e até os dias de hoje), não oferecia maiores possibilidades de trabalho; a maior parte trabalhava na prostituição por obrigação. Algumas daquelas partiram para o exterior (o que denota uma modalidade específica de exílio). Mas, e aquelas que não puderam ir? Ser invisível no presente e ainda ficar invisível para a história é um destino traumático, cujos resultados cruéis e violentos são perceptíveis na sociedade brasileira.

Durante os anos 1970, segundo Rafael Freitas Ocanha (2019, p. 150), “ocorre um aprimoramento do policiamento ostensivo com maiores incursões sobre os territórios ocupados por LGBTs”. Em São Paulo, desencadearam-se operações contra a presença de homossexuais em espaços públicos do centro da capital. As mesmas ficaram conhecidas como “Operações Rondão”, cada qual com um objetivo específico. Uma das mais emblemáticas foi a “Operação Sapatão”.

De fato, no ano de 1976, em São Paulo capital, foi baixada a Portaria 390/76, que autorizava a prisão de todos os travestis do centro da cidade. De acordo com a Comissão da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva” (2015), entre 14 de dezembro de 1976 e 21 de julho de 1977, 460 travestis foram detidas. A portaria exigia a elaboração de um cadastro das mesmas, com imagens, em cujas informações fosse possível à repressão mensurar a periculosidade dos ditos “pervertidos”. Segundo Ocanha (2019), o delegado Guido Fonseca realizou estudos criminológicos com as travestis. Na década de 1970, cresciam os tratamentos hormonais e também as cirurgias de readequação de sexo, procedimento pelo qual alguns médicos, inclusive, foram processados pelo Ministério Público, embora tenham sido absolvidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Muitas pessoas trans da cidade de São Paulo também foram detidas

para os estudos de Guido Fonseca, que “preocupou-se somente em analisar os lucros com a prostituição e via as transexuais operadas como menos rentáveis no mercado, já que não poderiam penetrar clientes passivos” (OCANHA, 2019, p. 152).

Em 1979, pela primeira vez após mais de vinte anos, um civil assumiu a Secretaria de Segurança Pública em São Paulo, o desembargador Octávio Gonzaga Jr. De acordo com Ocanha, sua posse era vista como mais um sinal da abertura política. Em 1980, a grande mídia, que nunca deixou de demonstrar seu conservadorismo, dá mais uma demonstração disso, como o jornal *O Estado de São Paulo*, que em 21 de fevereiro de 1979 apresentou uma série de reportagens depois do assassinato de um antiquário por travestis na cidade de São Paulo.

a publicação trazia o título “Perigo à invasão dos travestis” [...] Dois dias depois, as polícias civil e militar lançam um plano conjunto para retirar as travestis das ruas [...] o jornal assumiu o papel de porta-voz de membros da polícia civil e militar que pretendiam ganhar prestígio junto ao Secretário de Segurança Pública com os planos de combate às travestis. [...] novidades do plano eram as implantações de uma zona de confinamento de travestis nas áreas da Boca de Lixo e da Boca de Luxo e de um presídio destinado somente a travestis, o do Hipódromo, que estava desativado desde uma rebelião. Para confinar as travestis neste gueto, a primeira etapa era prender todos as travestis da cidade e aconselhá-las a frequentar somente as bocas (OCANHA, 2019, p. 160-161).

Na sequência, em maio de 1980, o delegado José Wilson Richetti assumiu a Delegacia Seccional do centro de São Paulo e, no dia 22, colocou em prática a “Operação Cidade”, que deteve em um só dia 172 pessoas “homossexuais, prostitutas, travestis e um individuo com posse ilegal de arma”, conforme o jornal *O Estado de S. Paulo*, em 27 de maio de 1980 (OCANHA, 2019, p. 161). Isto é, tratava-se de mais uma operação contra a população LGBTQ+ e contra as prostitutas, que organizaram como resposta uma manifestação queimando um boneco ilustrativo de Richetti, demonstrando que, apesar de tudo, estavam de alguma forma organizadas em resistência.

Poucos dias depois, em 9 de junho, um grupo liderado pela atriz Ruth Escobar, representando a Frente da Mulher Feminista, junto de três deputados estaduais (Eduardo Suplicy, Irma Passoni e Fernando Moraes) e o deputado federal Audálio Dantas, visitaram a carceragem do 3º Distrito onde atuava o delegado Richetti.

O motivo da visita era uma denúncia, colhida pela Frente da Mulher Feminista, de que 40 mulheres estavam presas sob condições precárias. Proibida de entrar por ordem de Richetti, a equipe pediu apoio ao seu superior, o delegado diretor do DEGRAM Rubens Liberatori, que manteve a posição anterior. Richetti alegou que a visita causaria um grande alvoroço (OCANHA, 2019, p. 164).

É possível perceber algumas mudanças e algumas continuidades na conjuntura brasileira em relação à repressão nesse momento comparando com o período anterior. Entre as mudanças, observamos a possibilidade dos movimentos sociais se organizarem, até se articulando com parlamentares, reivindicando direitos. As continuidades, por outro lado, aparecem nas ações policiais de repressão aos homossexuais e travestis e na permanência de Richetti e do seu superior nos cargos, ou seja, a arbitrariedade das autoridades e a violência estatal continuavam vigentes, mesmo no contexto da “abertura”. Todavia, progressivamente, os movimentos sociais que se articulavam e se uniam solidariamente contra a violência de Estado. Em 15 de novembro de 1980, outro “rondão”, denominado “Operação Sapatão”, entrou em ação:

Com a “Operação Sapatão”, o foco da vez foram os principais bares frequentados pelas lésbicas: Ferro 's, Cachação, Último Tango e Canapé. Ainda que estivessem portando documentos regulares, 200 lésbicas foram detidas com o argumento de que “é tudo sapatão”. Uma nota na edição número 31 do *Lampião* denuncia que as lésbicas tiveram que pagar os policiais para serem liberadas (LAMPIÃO DA ESQUINA, nº 31 1980, 16), vítimas da extorsão e corrupção da polícia, legitimada pela lesbofobia institucionalizada (KUMPERA, 2018, p. 8).

Essa ação não teve o mesmo acompanhamento por parte das grandes mídias, e apenas *O Lampião da Esquina*, entre os jornais alternativos, noticiou o caso. Em relação às operações que tiveram as lésbicas (pobres) como alvo, um exemplo levantado por Marisa Fernandes demonstra o recorte de classe nas operações comandadas pelo Delegado Richetti e, provavelmente, por muitos outros agentes da repressão estatal:

pararam dez viaturas da polícia em frente à porta da boate Moustache, de frequência exclusivamente lésbica. [...] Richetti foi recepcionado por um dos donos da casa noturna que, ao ver tantas viaturas paradas à porta da boate, solicitou ao delegado que estas fossem estacionadas mais abaixo [...]. Isso porque os fregueses que chegassem poderiam não entrar na casa [...]. O delegado entrou na Moustache e deparou-se com uma casa frequentada por mulheres lindíssimas em um ambiente luxuoso. Após conversa particular, entre delegado e o proprietário que o recepcionou, Richetti agradeceu e, pedindo desculpas ao seu anfitrião, retirou-se do local. Sabia o delegado que os lugares “nobres” têm seus centros de poder, que mantinham laços estreitos com o poder instituído, laços que chegavam a se confundirem (FERNANDES, 2019, p. 136).

Não há provas concretas sobre casos de suborno nas ações como esta da boate Moustache. No entanto, alguns depoimentos sobre as extorsões às lésbicas e travestis detidas nessas operações afirmam que só saíam da prisão após o pagamento de propina aos agentes. Podemos levantar a hipótese de que, no caso dos locais “luxuosos”, poderia haver algum sistema de troca de favores; no entanto, este debate é tema para outra investigação.

Ressaltamos que a ação policial que mais prendeu lésbicas foi a Operação Sapatão, que ocorreu em um sábado. O tratamento às lésbicas de baixo poder aquisitivo pode ser compreendido de forma diferente daquele praticado pelos agentes policiais nos “estabelecimentos de luxo”. O Relatório Final da Comissão da Verdade de São Paulo resgatou essa realidade:

As lésbicas também foram alvos das ações repressivas do Estado e de estabelecimentos comerciais, mas há ainda menos registros dessas histórias particulares. O jornal *Lampião da Esquina* chegou a publicar informações sobre as operações do delegado Richetti nos bares Ferros, Bixiguinha e Cachação [que ficam no centro da cidade]. A chamada Operação Sapatão, realizada no feriado de 15 de novembro de 1980, deteve todas as frequentadoras destes estabelecimentos. Mesmo portando documentos regularmente, as mulheres foram detidas sob o argumento “você é sapatão”. As lésbicas detidas denunciaram ao jornal que foram extorquidas por agentes públicos para serem liberadas (CNV, 2014, p. 20).

A legislação da ditadura, por sua vez, acompanhou o preconceito historicamente construído contra esse grupo social, do qual as pessoas LGBTQ+ fazem parte. A pauta moralista também causou e justificou perseguições, prisões, censura e extorsões antes, durante e depois da ditadura. O conservadorismo já estava presente antes das diretrizes da DSN adquirirem a importância e centralidade que a ditadura lhe garantiu. Em última instância, a combinação do machismo ancestral com as diretrizes da DSN acabou reverberando uma perspectiva, através do uso da educação e propaganda política (com significativa contribuição da mídia corporativa), profundamente autoritária que fundamentou, com relativo sucesso, a formação de cidadãos “dóceis” acríticos e reprimidos em seus desejos e nas suas liberdades, sem deixar de haver resistência à essa moralidade como vimos ao longo do trabalho. A população brasileira, que fazia parte da nação apregoada e defendida pela ditadura, devia, como forma de agradecimento a ela, permanecer “apolítica”, submissa e confiante nas intenções das diversas administrações dos generais-presidentes-ditadores. Já aquelas parcelas de população consideradas com o perfil de inimigo interno (ou suspeitos de sê-lo), foram tratadas com graus diversos de ameaça e violência, entre uma constante hostilidade, até o sequestro e a execução. O silêncio sobre esses crimes e/ou negação foram marcas inerentes ao período. As mulheres lésbicas, e de forma mais ampla, o universo LGBTQ+, foram alvo direto de algumas dessas modalidades de violência (sexual, física, simbólica, moral, jurídica, extorsão, psicológica, censura, interdição etc.).

Buscamos salientar, neste subitem, alguns dos instrumentos jurídicos e das ferramentas policiais acionadas na repressão aos LGBTQ+ durante a ditadura. Mesmo considerando que a opressão e repressão do Estado a essa população ocorreu em todos os períodos da História do Brasil, durante a ditadura tivemos a especificidade da DSN ter embasado, em parte, uma prática

estatal sistêmica de enquadrar as pessoas homossexuais como “subversivas”, inimigas da nação e indesejadas, vinculando-as a uma suposta estratégia de captação de jovens do MCI e de desmoralização da instituição da família.

2. DITADURA, INIMIGO INTERNO E MULHERES LÉSBICAS

2.1 Inimigo interno e moralidade na Doutrina de Segurança Nacional

No capítulo anterior vimos que no Brasil a opressão às pessoas LGBTQ+ foi historicamente marcada pelas justificativas de cunho religioso, moral, criminal e eugenista. Durante a ditadura, a partir da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), houve um significativo aumento nas justificativas da perseguição a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, enquadrando-os como potenciais “inimigos internos”, isso por ser a homossexualidade, a partir das teorias dos militares, uma tática para captar adesões ao comunismo.

Um relatório produzido pelo SNI, disponível no SIAN, sobre o grupo Alicerce da Juventude Socialista (AJS) no ano de 1983, em plena abertura política, (documento que já abordamos brevemente no capítulo anterior) revela que comunistas trabalhavam com uma tática chamada pelos militares de “violência psicológica”. A mesma focava, supostamente, na desmoralização da instituição da família. Em termos gerais, o “assunto” na capa do relatório informava: “Alicerce da Juventude Socialista (AJS) promove a desagregação familiar”. O relatório analisa os jornais da organização trotskista AJS, de importante adesão na juventude secundarista. Entendemos ser importante observar a justificação dada pelos militares para provarem suas teses sobre as táticas comunistas que teriam o propósito de “promover a desagregação familiar”.

Particularmente quanto à subversão, que alguns *"liberais"* e ingênuos dizem extinta, destacam-se, dentre outras, três falácias persuasivas, destinadas a angariar o apoio da sociedade à causa comunista: - a inculcação da descrença no Governo e no regime; - a *"conscientização"* de que *"só o socialismo resolverá de vez os nossos problemas"*, inevitavelmente ligada ao "axioma" da *"inevitabilidade da revolução"*, preferencialmente, no caso do BRASIL, deflagrada a partir de uma *"greve geral insurrecional"*; e - o solapamento progressivo de todos os valores morais e espirituais em que se assenta a sociedade democrático capitalista, enfraquecendo-a de maneira a, em futuro ainda não previsível, não ser mais capaz de oferecer resistência à investida comunista, e, mesmo, aplaudi-la. Desses valores, o fundamental, como se afirmou linhas atrás, ainda é a família - e é precisamente nessa célula que os comunistas [...] estão atuando cada vez mais intensamente.⁴²

Fica evidente a tese defendida pelos militares com relação ao que eles chamam de “solapamento progressivo de todos os valores morais e espirituais” da sociedade capitalista e

⁴² ARQUIVO NACIONAL. BR.DFANBSB. V8. MIC.GNC.AAA. 83035819. 08 de agosto de 1983. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>. Acesso em: 24 nov. 2021.

da moral cristã, essa seria parte da estratégia revolucionária para a implementação do comunismo. Nesse sentido, a homossexualidade contribuiria para abalar os pilares da família cristã (estruturada a partir de um homem, uma mulher e filhos) uma das bases do sistema capitalista. Abalado esse pilar os militares entendiam que a ideologia comunista passaria a ser aceita sem grande resistência e assim, a revolução socialista ganharia maior apoio da sociedade. Contudo, quando aprofundamos na literatura revolucionária, seja marxista, libertária, socialista ou outra, não encontramos esse tipo de pensamento ou método, o que nos indica que aquela tese dos militares nada mais é do que um recurso retórico destinado a confundir a população e disseminar terror nos setores pouco informados e ou anticomunistas. Afinal, propagar que os homossexuais vão destruir a família, que o comunismo vai acabar com os cristãos entre outras falácias, é parte de uma guerra psicológica para impedir que a sociedade, em geral, se aproxime daquelas ideias, além de ser também, parte do método de combate moral a toda diversidade.

Em comparação com os períodos anteriores da história brasileira, o autor Benjamin Cowan demonstrou como a repressão da ditadura

[via] na homossexualidade um componente de um complô mais amplo, inspirado pelo comunismo internacional e baseado na dissolução moral para destruir o Brasil do interior” [...]. O que diferenciou as perspectivas sobre homossexualidade por parte da direita, especialmente aqueles que vinham de dentro da ditadura, foi a inclinação em ver o comunismo e os inimigo da *segurança nacional* atrás do comportamento e, ultimamente, o movimento homossexual. A associação da homossexualidade [...] e transgressões estereotipadas das normas de gênero, com a subversão esquerdista, a degenerescência e o comunismo internacional já datava de várias décadas no Brasil, vinda do início do anticomunismo nacional. Quando o golpe chegou, em 1964, as forças policiais puderam recorrer a uma tradição de vincular atividade homossexual não só com patologia, mas também com ameaças à segurança e à viabilidade do Brasil. De fato, ideólogos famosos e até celebrados refletiram essa linha de pensamento nas instituições mais exaltadas da teoria e planejamentos militares – *Defesa Nacional*, a Escola Superior de Guerra e outros fóruns (COWAN, 2019, p. 49).

Consta nos documentos repressivos, principalmente aqueles produzidos pelo SNI, que, para a caserna, existiria um Movimento Comunista Internacional (MCI) que objetivava seduzir os jovens para a luta comunista a partir, também, da homossexualidade. Na prática, os militares sob a DSN interpretavam a escolha dos jovens para as fileiras da militância de esquerda em termos morais e sexuais. Ou seja, as homossexualidades seriam utilizadas pelo MCI como uma forma de “aliciar” os jovens homossexuais não pela sua libertação sexual, mas como forma de estimular a decomposição/degeneração da família burguesa, base da sociedade capitalista. Nesse sentido, a permanente atualização da tática de criar pânico na sociedade, a partir da ideia de que o comunismo visava a destruição da sociedade cristã ocidental, foi fundamental para a manutenção do *status quo* do regime. Na prática, de acordo com Antônio Mauricio Freitas

Brito, esse pânico assentava-se na ideia de que havia: “uma conspiração comunista dirigida por Moscou. Tal conspiração visava afastar os estudantes do convívio familiar, manipular as moças, desagregar a família e fomentar a corrupção dos costumes para destruir a civilização ocidental” (BRITO, 2019, p. 13).

De forma geral, trata-se da dimensão moral e sexual do anticomunismo, que se complexificou a partir dos anos 1960, principalmente no ano de 1968.

Essas representações têm conexão com uma tradição anticomunista e conservadora construída desde meados do século XX, devendo ser contextualizadas com a atmosfera da Guerra Fria e conectadas com eventos do “tempo curto”, especialmente as turbulências mundiais em 1968 e as transformações na sociedade brasileira no tempo da ditadura (BRITO, 2020, texto digital).

O Brasil não estava imune às transformações que o mundo passava. Como vimos no capítulo anterior a efervescência cultural e política contra o autoritarismo conservador, a sociedade de consumo, os padrões definidos para mulheres e homens, o racismo instituído, as guerras, as questões climáticas, de sexualidade, entre outras pautas, também atingia os jovens brasileiros apesar da ditadura estabelecida desde 1964. Eram imagens que percorriam o mundo, como o Maio de 1968 de Paris, as contestações nos EUA contra a Guerra do Vietnã e a organização da resistência da população preta, das LGBTQ+ e mulheres, dentre outras. No Brasil, contudo, a direita conservadora e anticomunista, junto aos militares, estava atenta aos acontecimentos e articulando um projeto político de nação a fim de combater o que caracterizava como tática do MCI para ganhar a juventude e acabar com a moral cristã e os “bons costumes” da sociedade.

Em sintonia com a tradição anticomunista, o militar [general Albuquerque Lima] e o CSN [Conselho de Segurança Nacional] operavam com a *teoria da conspiração* culpando um estado indesejável de coisas por uma conspiração desenvolvida por um grupo secreto. Essa chave de leitura dos protestos nacionais e internacionais foi um padrão recorrente, gerando a “conexão conspiratória” [...] as semelhanças nos protestos mundiais protagonizados por jovens evidenciavam um plano mundial organizado. Nessa acepção, nenhum acontecimento é aleatório, mas sim responsabilidade de alguém com má intenção - naquele caso, o movimento comunista internacional (MCI) - que o planejou (BRITO, 2020, texto digital).

Para a CNV, “os homossexuais eram vistos como parte da esquerda adversária e parte da subversão, o que enraizou uma perspectiva extremamente homofóbica pelas autoridades e pela própria população à época da ditadura militar” (SERRANO, 2020, p. 185). Para compreender essa postura dos setores golpistas que determinavam que os indivíduos não inseridos nos costumes daquela sociedade eram considerados um potencial perigo à nação,

precisamos entender o conceito de “inimigo interno” e seu vínculo com o contexto e a dinâmica da Guerra Fria. Já vimos que a ideologia da Segurança Nacional era o alicerce da ditadura. A DSN oferecia uma definição vaga do que seria esse inimigo interno, funcionando como uma espécie de brecha muito oportuna para que a definição se adaptasse a qualquer nação e situação em que convinha ser aplicada. Para entender por que as pessoas LGBTQ+, durante a ditadura, também eram enquadradas e consideradas subversivas (ou seja, inimigas internas), precisamos refletir sobre os novos métodos de repressão que, durante a Guerra Fria, passaram a ser utilizados contra os movimentos populares, revolucionários ou não.

Para Comblin (1978), a relação entre política e moral estava intrinsecamente relacionada. Durante a Guerra Fria, a ideologia de Segurança Nacional, advinda dos setores militares e de segurança dos EUA, difundiu uma ideia de anticomunismo muito preocupada com as contestações estudantis e juvenis, bem como com o modo de ser, vestir ou viver as diferentes sexualidades. Em outras palavras, os militares da DSN interpretavam a contestação política e cultural, e o modo de ser diferente daqueles costumes conservadores, como uma perigosa espécie de divisor de águas. Essa ideia de que havia uma crise moral nutria “os ideólogos da Segurança Nacional [que] colocam sempre, entre os objetivos nacionais, os valores morais ou espirituais: a regeneração moral da Nação, [...] os valores do ‘Ocidente’, ou do cristianismo” (COMBLIN, 1978, p. 235).

A Guerra Fria, nascida no pós-Segunda Guerra Mundial trouxe novidades quando comparada às guerras tradicionais que ocorreram anteriormente. Nelas, as Forças Armadas de cada país se organizavam para invadir e atacar territórios externos visando conquistar e derrotar o inimigo. Com a Guerra Fria e o processo de bipolarização entre o bloco capitalista, liderado pelos EUA, e o bloco comunista, dirigido pela URSS, a situação se alterou.

Nesse sentido, dentro do próprio território, cidadãos poderiam receber influência ou apoio do bloco contrário ao qual estava alinhado o governo do seu próprio país. Passando a ser considerado “inimigo” da pátria. No caso brasileiro, o Estado e os setores dominantes estiveram alinhados com o bloco capitalista, sob influência política, cultural e ideológica dos EUA, alinhamento que vinha desde o século XIX com a Doutrina Monroe. Apesar disso, o conjunto da sociedade também abrigava cidadãos que questionavam o status quo vigente defendendo projetos e ideais de cunho reformistas ou socialistas. Tais indivíduos, no contexto da ditadura passaram a personificar a noção de “inimigo interno”, que segundo a DSN, deveria ser combatido pelas forças de segurança dentro das próprias fronteiras nacionais. Considerando que qualquer cidadão poderia ser enquadrado como inimigo, disseminava-se um cenário de

incerteza e medo, de guerra total em busca daqueles e daquelas que representavam “perigo” para os interesses da nação, enrustidos na insígnia da segurança nacional:

as Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul criaram o “inimigo interno” – chamado genericamente de “subversivo”– e adotaram amplamente uma política repressiva baseada no Terrorismo de Estado, que ultrapassou os limites da “repressão legal”, permitida pelo arcabouço jurídico - constitucional, utilizando “métodos não convencionais”– tais como o sequestro, a detenção ilegal, a tortura, o assassinato e o desaparecimento de opositores e seus cadáveres–para aniquilar a oposição política e o protesto social, fossem estes armados ou não. Como pano de fundo, tais regimes constituíram pressuposto essencial para a readequação das respectivas economias nacionais aos novos ditames do capitalismo mundial (BATISTELLA; PADRÓS, 2019, p. 358).

Tornou-se necessário, dessa forma, a elaboração de uma burocracia repressiva, complexa e reagente, para colocar em prática o projeto político baseado na DSN. Nesse sentido, segundo Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 72),

uma das primeiras medidas de institucionalização do novo Estado foi a criação do Serviço Nacional de Informações. O presidente Castelo Branco instituiu que o SNI não seria uma política secreta, mas um modelo de “aparelhar melhor o Poder Executivo, mantendo-o bem informado sobre o que se passa no país, para que possa agir com acerto e oportunidade”. E acrescentava: “O SNI não tem qualquer paralelo com órgãos de propaganda ou doutrinação. Nem há porque se queira enxergar nele a instituição de um aparelho de espionagem terrorista”. Quaisquer que tenham sido as intenções iniciais, a dinâmica e a busca de segurança absoluta efetivamente transformaram o SNI numa agência de espionagem dos cidadãos: numa situação em que se verificava impossível isolar o “inimigo interno”, todos eram suspeitos.

A justificativa do ditador Castelo Branco, citado por Alves, é o exemplo prático de uma das características do poder executivo da ditadura: a dissimulação. O SNI espionou milhares de cidadãos brasileiros, contribuindo com informações para a censura, para moldar leis contra a moral e os costumes, bem como para servir aos órgãos policiais os dados necessários para localizar e neutralizar organizações da oposição. De forma geral, foi uma estrutura que centralizou, integrou e alimentou organizadamente o conjunto dos serviços de informação e repressão. O uso da informação como ferramenta de repressão esteve por detrás dos atos de sequestros, tortura, execução e desaparecimento de opositores (os “inimigos internos”) e foi utilizado para paralisar a oposição interna e garantir a estabilidade do modelo de Estado implementado pelo Golpe de 1964.

Não só guerrilheiros e guerrilheiras, ativistas políticos, comunistas, sindicalistas, lideranças trabalhistas ou intelectuais foram alvos diretos da ditadura. Centenas de travestis e transexuais foram detidas, e outras pessoas LGBTQ+ foram censuradas, presas ilegalmente e extorquidas, assim como a população negra reprimidas em suas festas ou os moradores e

moradoras das periferias das grandes cidades, sobretudo se estivessem sem carteira de trabalho⁴³. Todas essas pessoas, marcadas pelos “estigmas” de ser “subversivo”, ser homossexual e por isso percebidos como alguém que ia contra a moral e os bons costumes. Pessoas pobres, moradores das periferias, desempregados, negros e indígenas, eram abordadas de forma violenta e, muitas vezes, detidos sem qualquer justificativa. O conceito de “inimigo interno” teve utilidade política na luta contra o comunismo, mas, em última instância, também foi utilizado pela ditadura para reprimir diversos comportamentos, ideologias e estereótipos, como forma de garantir e reforçar a manutenção do status quo em todas as instâncias da vida da população, militante ou não. Nesse sentido, a DSN flexibilizou a figura do “inimigo interno” e, dessa forma, junto com o TDE,

procurou eliminar os focos que ameaçavam os interesses que defendia, enquadrar a sociedade dentro das premissas do novo padrão de comportamento político desejado e moldar as instituições a fim de obter obediência ou apatia ante a imposição de novos princípios gerais tomados, por exemplo, da Doutrina Francesa e da Doutrina de Segurança Nacional. Para tanto, impôs a ordem, a autoridade e consagrou a impunidade. No seu funcionamento, flexibilizou a figura do “inimigo interno” e transformou numerosos setores da população em potenciais inimigos, aumentando o desconcerto, perturbando as situações mais cotidianas, alterando pautas de conduta social e naturalizando formas de controle disseminadas tanto na dimensão pública (espaços escolares, profissionais, de lazer), quanto no âmbito privado da cidadania. Além das ações dirigidas a alvos seletivos (a luta armada, os partidos de esquerda, as direções das organizações), sensações de medo e de paralisia atingiram a população em geral, através de canais condutores de uma “violência irradiada”, o que facilitou a manutenção do *status quo* (PADRÓS, 2014, p. 13).

A partir de uma indefinição consciente e constantes sobre os critérios exatos para definir quem seria o “inimigo interno” foi possível à ditadura reprimir amplos setores da sociedade, com justificativas que extrapolavam posturas ideológicas mais restritas. Entendemos que toda a perseguição com justificativas morais foi, também, política; as pessoas LGBT+, negras e indígenas, que foram criminalizadas e perseguidas por ser quem eram, independentemente de ideal político, sofreram também a violência estatal. Essa perseguição buscou impor ideias e práticas que fizeram parte de um projeto político de sociedade baseada em práticas que sustentavam um modo de produção baseado na exploração, opressão, discriminação e segregação (QUINALHA, 2017, p. 25).

⁴³ “durante a ditadura militar estar empregado, trabalhando, significava que a pessoa era bem vista pela sociedade e pela polícia da época. Não era rotulado de “vagabundo” e, logo, não pertencia ao comunismo e não era contra o governo. [...] Somente eram consideradas pessoas de bem aqueles que tinham carteira de trabalho assinada, sendo os demais rotulados pela polícia e pelo governo de comunistas” (VILELA, 2012, p. 4).

O TDE como sistema de dominação e disciplinamento vinculado à dinâmica capitalista foi utilizada pelos setores economicamente dominantes, quando perceberam ameaças e fortes questionamentos em determinadas conjunturas. Como sistema de repressão que ultrapassou os limites da legalidade, utilizou intensivamente as instituições coercitivas do Estado “e o crescimento do fluxo de informação produzido pelos serviços de inteligência [...] [foram] concomitantes ao [...] enfraquecimento [da] fiscalização e de informação da sociedade” (PADRÓS, 2007, p. 1). A DSN, base ideológica da ditadura, foi a cobertura para justificar o uso desse grau de violência estatal no sentido de combate imprescindível para salvar a sociedade do “perigo comunista”. Todas as esferas da vida, pública e privada, durante a ditadura estruturada pela DSN foram atingidas. Ou seja, social, política, cultural ou economicamente a vida de toda a população brasileira foi, de alguma forma, em maior ou menor medida, afetada pela violência do Estado. Assim,

As Forças Armadas funcionaram como ordenadoras do sistema social diante da falência das instituições da democracia representativa e do sistema político em geral, além de serem a garantia suprema da unidade nacional ameaçada pelos efeitos desagregadores do “perigo comunista”. A DSN, ao ser incorporada como fundamento teórico da proteção da sociedade nacional a partir de um Estado que precisava esconder sua essência antidemocrática, configurou um “estado de guerra permanente” contra o suposto e difuso “inimigo interno”. Embora os defensores da doutrina proclamassem agir em defesa da democracia, consideravam, no fundo, que esse regime era fonte geradora de desordens por permitir manifestações dos setores desconformes com a ordem vigente, a qual devia ser protegida através de todos os meios disponíveis (PADRÓS, 2007, p. 2).

2.2 O processo de organização das mulheres lésbicas durante a Abertura Política

A ditadura foi marcada, como vimos, pela utilização do TDE com o objetivo de perseguir, silenciar, aniquilar e suprimir as oposições dos setores populares e minorias sociais “malquistas” pelo sistema dominante, através do uso do medo como ferramenta de coação. Dentro desse contexto, as mulheres lésbicas também foram atingidas por essa lógica, o que se somava à marginalização anulada durante séculos de imposições preconceituosas e patologizantes sobre seus corpos, criminalizando sua existência.

Para o sistema capitalista, que tem no patriarcado um dos braços essenciais de sustentação, ser lésbica não é considerado normal ou natural. Assumir a lesbianidade durante a ditadura, causava uma série de reações homofóbicas, tanto na sociedade em geral quanto, inclusive, em parte das organizações da esquerda. Simultaneamente a essas questões, havia uma autocensura, por parte das pessoas LGBT+, assumida como um mecanismo de defesa face a

uma sociedade permeada de preconceitos e moralismos. A opressão começava com o uso da palavra “lésbica”, pois, frente ao preconceito da sociedade, essa palavra era impronunciável e difícil de ser assumida, afinal “ser, descobrir-se, identificar-se com um “palavrão” [não era fácil]” (IRE; SILVA; LENZI, 2019, p. 191). Como relatado em diversos testemunhos, a identificação de mulheres homossexuais com a palavra “lésbica”, especialmente nos idos da década de 1970, era atravessada por sentimentos de “receio, medo e vergonha”.

As escolhas de jovens mulheres durante o período ditatorial tinham os limites que uma sociedade conservadora e autoritária dá, limites que estão sujeitos aos recortes de classe social e raça/etnia; e passíveis de distensões e rompimentos pela ação e reflexão das sujeitas envolvidas. Num contexto histórico em que suas expressões e experiências se davam de forma muito mais reservada, as “entendidas”, por exemplo, não reivindicavam uma categoria para além do seu círculo afetivo aparentemente intransponível e invisível. O que, por vezes, parece ser meramente conservador, pode ser visto como um modo de autoproteção eficiente. Ser entendida, para algumas lésbicas, soava menos pejorativo, mais sóbrio, recatado ou reservado (IRE; SILVA; LENZI, 2019, p. 190).

O medo da perseguição estatal (expressa através da censura e violência policial), do preconceito da sociedade, das pressões da autocensura e do peso da opressão secular sofrida, fazem parte do que constituiu ser lésbica durante a ditadura. Além disso podemos considerar tais medos como parte fundamental dos elementos que constituem as condições subjetivas e também objetivas que levaram as mulheres lésbicas a se organizarem para enfrentar toda opressão sentida, por elas, no próprio corpo. Nesse sentido, da distensão política da ditadura, no final da década de 1970, impulsionou a organização dessas mulheres, contribuindo assim para a articulação de um movimento que tinha como cerne a busca por respeito e liberdade de (auto)expressão. Contudo, não podemos separar a organização das mulheres lésbicas do contexto de articulação de todas as pessoas LGBTQ+ que se uniram para combater o preconceito naquele momento.

2.2.1 Nasce o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual

Em 1978, mesmo ano de fundação de *O Lampião da Esquina*, alguns homens assumidamente gays sentiram a necessidade de reestruturação de um grupo que já vinha, esporadicamente desde 1976, discutindo sobre a libertação homossexual, configurando um espaço incipiente de “surgimento de novas ideias, de duas tentativas de convocação de um Congresso de Homossexuais no Rio de Janeiro em 1976 e 1977” (MACRAE, 2018, p. 166).

Esse coletivo, inicialmente autodenominado Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, teve a primeira aparição pública na forma de uma carta enviada ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo em protesto sobre a forma preconceituosa e sensacionalista que o jornal *Diário de Notícias* abordava o tema da homossexualidade: “a ideologia exposta no Notícias Populares visa manter a imagem do homossexual-criminoso-trafficante-corruptor e, como se tudo isso não bastasse, doente, e doente que não quer ‘sarrar’” (MACRAE, 2018, p. 173). Cópias da carta foram entregues à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), à Comissão de Justiça e Paz, à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à Sociedade Interamericana de Imprensa (SII). No texto, o grupo contestava princípios políticos importantes como, por exemplo, a afirmação de que sua condição de opressão não mudaria com concessões parciais, mas que “ela mudará quando mudar o sistema todo” (MACRAE, 2018, p. 175). Dentro dessa perspectiva, a referida carta pode ser percebida sob a ótica de uma visão coletiva que almejava a libertação dos direitos dos homossexuais como parte de uma luta também antissistema. Entretanto, segundo Macrae, essa afirmação não era consenso dentro do grupo e que, com o passar dos anos, o debate estratégico e de como deveria ser o método organizativo tornaram-se parte das divergências que culminaram com os rachas na organização.

O Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais foi convidado para participar de uma semana de debates promovida pela Universidade de São Paulo (USP) que aconteceu em fevereiro de 1979, sobre “o caráter dos movimentos de emancipação”. A partir deste convite (que se deu em dezembro de 1978), o coletivo renomeou-se como “Grupo Somos de Afirmação Homossexual” (em referência ao periódico já extinto (1971-1976) da Frente de Libertação Homossexual⁴⁴ da Argentina, que se chamava Somos). O Grupo Somos, ou apenas Somos, como passou a se chamar, era composto primeiramente por homens assumidamente gays, militantes de diversas correntes políticas, sendo que alguns pertenciam à organização clandestina, CS.

Alguns membros do Somos questionavam certas estratégias de luta e como deveriam agir. Por exemplo: qual método de aproximação com as massas, com a luta dos setores operários

⁴⁴ “un grupo de obreros, migrantes del interior del país y sindicalistas del gremio de las telecomunicaciones fundan “Nuestro Mundo”. Éste fue el primer grupo de activismo político homosexual latinoamericano, que se nucleará en 1971 junto con otros grupos de intelectuales y activistas en el Frente de Liberación Homosexual (FLH). [...] [la revista] Somos, [fue] la última de sus publicaciones” (INSAUSTI, 2019, p. 1).

e com as pessoas pertencentes ao chamado “gueto gay”⁴⁵. Alguns integrantes que não concordavam com essa aproximação ao “gueto gay”, foram considerados prepotentes e de atitudes elitistas. Todavia, essa ideia pode ser considerada elitista porque as pessoas que frequentavam o “gueto gay” não participavam do mesmo debate político, sendo incoerente impor a elas o “sair do armário”, tendo em vista que as consequências advindas de tais posicionamentos poderiam ocasionar a perda de emprego, de moradia e do convívio familiar, dentre outras, com pesos distintos para gays de classes sociais, gênero e cor diferentes. Dessa forma, permanecer no “gueto gay” era importante para muitos, sendo este um espaço compartilhado entre os iguais onde havia uma particular liberdade de ser LGBTQ+, o que não ocorria em outros espaços sociais. Para alguns membros do Somos, a ideia era considerada prepotente por não ter havido um diálogo do grupo junto ao “gueto gay”, através de alguma aproximação ou debate de articulação conjunta da população LGBTQ+ de diferentes classes.

Como retratou Edward Macrae (2018, p. 183), “recusando-se a reconhecer a natureza altamente heterogênea da população homossexual, concebiam a sua atuação como sendo a de defender os legítimos interesses desse setor”. Apesar disso, os integrantes, em sua maioria, tinham consciência de que não poderiam se afastar da “massa” dos homossexuais que, afinal, dava legitimidade à atuação política do Somos. Apesar desses debates internos do grupo, de forma geral as organizações da esquerda brasileira não comportavam reivindicações que surgiam setorializadas na classe trabalhadora, como debates sobre gênero, raça e sexualidade. Portanto, naquele momento, o primeiro grupo de homens gays organizados não conseguiu contar com o apoio e adesão das organizações de esquerda.

2.2.2 As lésbicas no Somos: Grupo de Afirmação Homossexual

Em março de 1979, o Grupo Somos de Afirmação Homossexual se abriu para acolher outros setores da população LGBTQ+. Nesse momento, entrou para a organização um número

⁴⁵ O chamado “gueto gay” tem uma conotação dupla. Por um lado, é o espaço de sociabilidade permitido aos LGBTQ+ no período da ditadura, composto por bares e espaços públicos em que aquela população é “aceita”. Por outro lado, é um espaço de segregação social e que, na cidade de São Paulo durante os anos 1970, era bem marcada em locais do centro da capital. Contudo existia um limite muito visível entre um local onde a população LGBTQ+ era “aceita” e a repressão estatal, afinal, as “operações limpezas” do delegado Wilson Richetti no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, encarceraram centenas de lésbicas, gays e principalmente travestis que frequentavam o “gueto gay”. “[...]. Enquanto configuração transgressora das normas da cidade, ele [o gueto gay] pode criar um reconhecimento simbólico a fim de reivindicar o reconhecimento da homossexualidade como uma das sexualidades possíveis e não menos respeitável. Por outro lado, enquanto configuração subversiva ao princípio do contato, ele cria distância, separação, evitando a copresença com diversidade” (ALMEIDA, 2018, texto digital).

de dez mulheres lésbicas. Numa reunião em que o grupo foi dividido em subgrupos com o objetivo de permitir uma forma mais igualitária na organização, foi decidido que as mulheres estivessem distribuídas no maior número de subgrupos para que, assim, os debates pudessem ser feitos a partir da visão dos dois sexos. De acordo com Macrae (2018), no momento da divisão dos grupos, as mulheres deram total apoio à forma como foi feita, porém, com o tempo, esse método mostrou-se incapaz de abranger as pautas das lésbicas por estarem em minoria nos subgrupos.

Durante uma das reuniões mais bem-sucedidas do Somos, na qual participaram quarenta e cinco pessoas (incluindo dezessete lésbicas), duas pautas importantes foram discutidas: a) o reconhecimento da especificidade da problemática das lésbicas e da dupla opressão destas, enquanto mulheres e enquanto lésbicas; b) o apoio à marcha do 1º de Maio de 1980 dos operários do ABC paulista, que estavam em greve contra a intervenção nos sindicatos. Destacamos a discussão sobre estas duas pautas por dois motivos: 1) pelo foco sobre a articulação das mulheres lésbicas em coletivos organizados e para compreender, também, o debate sobre a união ou não entre as lutas contra a opressão e a exploração da classe trabalhadora; 2) pelo surgimento de embates antagônicos que terminariam em um racha no Somos.

Até então, o Somos não havia participado das manifestações dos trabalhadores e trabalhadoras contra a ditadura por direitos trabalhistas. No entanto, havia um grupo interno que pressionava para que isso mudasse. Tal grupo era liderado pelos militantes da CS, a qual possuía um subgrupo chamado Fração Homossexual da CS, que já debatia esse tema. A insistência para que o Somos não participasse das manifestações de massa resultava das posições autonomistas de outra parte do grupo liderada por João Silvério Trevisan, escritor, dramaturgo, cineasta, jornalista e um dos fundadores do Grupo Somos. Portanto, segundo essa posição, os homossexuais não deveriam ser associados a partidos políticos ou sindicatos contrapondo-se a quem defendia que estar nas ruas em solidariedade aos trabalhadores e contra a ditadura era também lutar contra a opressão aos próprios LGBT+.

Dentro do recém-nascido movimento homossexual, as mulheres lésbicas tinham dificuldade em abordar suas pautas, muito por conta do machismo reproduzido pelos companheiros homens gays da organização. Dentro do movimento feminista, a luta também foi dura, pois era um espaço político muito marcado por mulheres de classe média e heterossexuais, o que dificultou sensivelmente a vivência das mulheres lésbicas e bissexuais. Havia muita preocupação entre as mulheres heterossexuais, que se defendiam do estigma dirigido contra elas, por setores hostis, de serem “machorras” e “mal-amadas”. Elas não gostavam de ser

chamadas de “machorras” ou lésbicas o tempo todo, só por serem feministas. Tal pressão (produto do machismo e lesbofobia) levava essas mulheres heterossexuais a evitar maior convivência pública com as lésbicas para, justamente, evitar esse estigma. Além disso, as lésbicas também eram rebaixadas e silenciadas pela ignorância e por linhas políticas homofóbicas assumidas por algumas organizações de esquerda.

Importante frisar que, embora os homossexuais estivessem sendo enquadrados como fruto da subversão esquerdista, estes indivíduos eram discriminados também pela esquerda à época, tendo em vista que as noções moralistas e homofóbicas estavam enraizadas na sociedade em geral [...]. Porém, é necessário distinguir o atraso na aceitação da esquerda quanto aos homossexuais e as varreduras sociais realizadas pelo Estado no período ditatorial, justificadas pela restauração da moralidade brasileira (SERRANO, 2020, p. 190).

Ainda no ano de 1979, as lésbicas que se haviam juntado ao Somos no início deste ano, seis meses depois constituiriam o Grupo Lésbico Feminista (LF), uma fração para atuar dentro do Somos e que, mais tarde, outro um racha interno, transformar-se-ia no Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF).

O início do Somos é marcado pela sua formação mista, tendo gays e lésbicas atuando juntos, porém, as mulheres passaram a se organizar em um subgrupo, pois identificaram práticas machistas entre os homossexuais masculinos, dessa forma criaram o Grupo Lésbico Feminista, já que “a discussão surgida em torno da questão do machismo levou as lésbicas a organizarem-se como uma semi-autonomia dentro do grupo, para poderem colocar as suas questões específicas (GOMES; ZENAIDE, 2019, p. 11).

2.3 O movimento homossexual, a esquerda e os movimentos sociais

Entre 1978 e 1980, ocorreu a retomada das manifestações de massa da classe trabalhadora, principalmente no setor automobilístico, metal mecânico e bancário. Os estudantes, por sua vez, uniram-se às greves que explodiram no Brasil durante o ano de 1979. Movimentos políticos da população negra retomaram sua organização e, estrategicamente, criaram o Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. Cabe lembrar que, desde o Golpe de 1964, os múltiplos movimentos da população negra haviam sido desarticulados. Segundo Lélia Gonzalez (VIANA, 2006, p. 78), suas lideranças caíram em uma semi clandestinidade em função da repressão, ficando isoladas das suas organizações. A retomada das ruas pelo movimento negro e estudantil, assim como o surgimento do movimento de mulheres, foram importantes para o surgimento do movimento homossexual organizado.

No caso do movimento das mulheres, que estava em ascensão no mundo, vivia manifestações importantes durante a década de 1960 e 1970; no Brasil as mulheres destacavam-se, também, na luta pela Anistia e pela reivindicação na busca por informações sobre os desaparecidos políticos (o embrionário Movimento dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos). Em ambos os casos, foram liderados por mulheres.

O movimento homossexual, que também havia surgido nesse contexto, se envolveu na luta dos setores marginalizados da classe trabalhadora, participando na organização de manifestações contra a violência policial e, em conjunto com o MNU, contra o racismo. Um fato importante a destacar ocorreu no ato de 1º de maio de 1980, na cidade de São Bernardo do Campo no ABC paulista. Nesse ato aproximadamente 50 gays e lésbicas organizadas, participaram de uma marcha em direção ao Estádio Vila Euclides e que, ao entrar no local com suas faixas, foram aplaudidos fervorosamente pelos trabalhadores presentes. Sobre essa iniciativa, James Green (2019, p. 182) afirma que foi um dos marcos históricos da luta do movimento homossexual contra a ditadura:

quando os militares intervieram nos sindicatos do ABC durante a greve geral do setor metalúrgico [...] um grande número de membros do Somos [...] incentivou a participação de cinquenta gays e lésbicas no Primeiro de Maio em São Bernardo do Campo. Com a cidade industrial cercada pelo II Exército [...] as lésbicas e gays que resolveram engrossar as atividades em solidariedade com os trabalhadores em greve levaram com eles a São Bernardo do Campo duas faixas enormes, de seis metros de extensão cada uma. A primeira faixa declarava com letras grandes “Contra a intervenção nos sindicatos do ABC” e foi assinada pela “Comissão de Homossexuais Pró 1-Maio”, a outra dizia “Contra a discriminação do/a Trabalhador/a homossexual”.

Figura 4 – Homossexuais pró-1º de maio, em 1980



Fonte: Uchoa (2021).

No Brasil da ditadura, a população LGBT+ fez seu movimento de resistência, atingindo a etapa coletiva de organização no final da década de 1970, quase dez anos depois de outros

países que viviam ondas fortes de reivindicações semelhantes, como nos EUA, na França e Argentina.

Importante frisar que, em 1969, movimentos LGBTI+ estavam sendo difundidos por diversos países, com destaque para a Revolta de Stonewall, que ocorreu em 28 de junho de 1969 e foi crucial para o empoderamento LGBTI+ e incentivo à estruturação de movimentos LGBTI+, que visam lutar por seus direitos no mundo todo [...] Porém, a repressão ditatorial aos homossexuais no Brasil retardou estes movimentos, que acabaram sendo esmaecidos em razão da manutenção da tradição de valores conservadores (SERRANO, 2020, p. 190).

A partir do lançamento do jornal *O Lampião da Esquina* em 1978, iniciou-se o movimento para formar organizações de luta pelos direitos da comunidade LGBT+, em uma articulação contra a ditadura e pela democracia. Após cerca de seis meses da adesão de militantes lésbicas junto ao Grupo Somos, percebendo a necessidade de uma articulação de mulheres mais consistente dentro da organização, as mesmas criaram a fração Lésbico-Feminista (LF), para organizar as mulheres e inserir o feminismo na organização geral. O núcleo LF rompeu com o Somos em 1980 para formar o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), organizado a partir do jornal *ChanaComChana* (1981-1987)⁴⁶. Apesar da ruptura, a separação não impediu que as organizações mantivessem relações de proximidade.

Apesar de a divisão só ter ocorrido em abril de 1980, a entrada de diversas mulheres em um grupo até então quase que exclusivamente masculino, no início de 1979, já vinha expondo os problemas de machismo e sexismo dentre os homens gays do Somos. Assim, as lésbicas, cada vez mais próximas ao movimento feminista que se rearticulava nesse mesmo momento, foram adotando uma auto-organização dentro do coletivo mais amplo. Após esse outro racha, apenas algumas poucas lésbicas permaneceram no Somos por acreditarem que o coletivo misto era um espaço mais adequado de militância para mulheres. Segundo elas as lésbicas que romperam com o Somos], “dada a especificidade da discriminação que sofremos, enquanto mulheres e homossexuais, consideramos o processo de afirmação somente possível em reuniões separadas das dos homens”, acrescentando que “a participação de lésbicas em grupos mistos tem impedido o desenvolvimento de uma consciência feminista, essencial, a nosso ver, para o próprio M.H. [Movimento Homossexual]” (QUINALHA, 2017, p. 207).

O movimento LGBT+, assim, se organizou a partir da necessidade de combater a opressão sobre a condição de vida imposta. O modelo organizativo adotado pelo movimento estava alinhado a uma concepção de ruptura com métodos considerados autoritários, a exemplo

⁴⁶ “São Paulo, janeiro de 1981. Foi dado o primeiro passo da imprensa lésbica nacional. Um jornal com aspecto de fanzine e nome chamativo convidava as leitoras ao longo de quatro páginas, procurando despertar nas lésbicas o interesse sobre sua condição de opressão. Mais do isso, essas páginas foram publicadas com a intenção de quebrar o silêncio e dar um sopro de esperança a centenas de mulheres. Através da escrita, elas se posicionavam publicamente para falar sobre a marginalização a qual estavam submetidas e, principalmente, mostrando às demais que elas não estão sozinhas” (BATISTA, 2020, p. 10).

da disciplina mais “militarizada” das organizações tradicionais da esquerda, fato que afastou muitos LGBTQ+ assumidos das organizações da esquerda (GREEN, 2018). Alguns setores anarquistas já teciam essas críticas e tentavam equilibrar métodos disciplinares e militarizados com uma visão mais horizontal de organização.

Entre os anos de 1960 e 1970, expandiu-se, em âmbito mundial, uma onda de críticas antiautoritárias e de ruptura com a ortodoxia vigente da esquerda tradicional, dentro da qual havia movimentos que defendiam uma individualidade exagerada, (como o movimento hippie, por exemplo, marcado pela contestação dos costumes).

A exemplo do processo de organização do Grupo Somos, podemos observar que a organização política das pessoas LGBTQ+ no Brasil da ditadura passou, primeiro, por conseguirem se encontrar publicamente, posteriormente articularem-se em uma comunidade, e sintetizarem uma identidade comum para então organizarem-se de forma conjunta na luta contra a opressão em um processo de auto-organização política em busca de direitos, aliado e pela redemocratização da sociedade brasileira. A partir de 1980, diversas organizações marxistas e de esquerda em geral passaram a incluir no seu interior setoriais, secretarias e frações de defesa das reivindicações e dos direitos da população LGBTQ+.

2.4 “Abertura”, resistência e repressão aos LGBTQ+

O Brasil teve um processo de transição da ditadura para a democracia complexo, tortuoso e sem atuação da justiça para a punição aos crimes cometidos por agentes do Estado. A segunda metade do ano de 1970 foi marcada por intensa crise econômica, social e política. Antes da crise econômica, porém, parte da burguesia nacional e internacional aumentou consideravelmente seus lucros com o denominado “milagre econômico”, possibilitado devido a um arrocho salarial, aumento das horas de jornada de trabalho, e intensificação da precarização da vida da classe operária. Um grande indicativo desta precarização é o aumento exponencial do número de acidentes de trabalho se comparado a períodos anteriores da história no Brasil (MOURA, 2015). Além disso, esse mesmo período foi marcado pelo fechamento mais intenso da ditadura, considerado o auge da repressão às oposições, principalmente das organizações clandestinas de resistência. Tal relação – aumento do lucro empresarial e aumento da repressão política – se organizou enquanto parte do projeto político dos militares e das burguesias da DNS. De forma geral, o período do “milagre econômico” sintetizou maior

concentração de riqueza nas mãos das classes dominantes simultaneamente aumento do arrocho salarial e da repressão política sobre importantes setores da população.

A crise mundial do petróleo de 1973 expôs a fragilidade do modelo econômico adotado pela ditadura para o Brasil. Nesse momento, segundo Mendonça, o pacto entre setores golpistas das Forças Armadas e da grande burguesia (banqueiros, burguesia industrial e setor agrário) que desencadeou o Golpe de 1964, não sustentava mais consenso, tornando as tensões visíveis entre esses setores e os setores médios e populares. Estes, por sua vez, passaram a disputar também os espaços de poder exigindo maior participação nas decisões políticas.

Tal pressão levou a ditadura a apresentar um projeto de distensão “lenta, gradual e segura”, que culminaria, segundo seus criadores, em uma “democratização” do regime. Comandado pelo presidente Ernesto Geisel, esse processo de abertura se deu, portanto, “dentro da ordem”; foi, como defendem alguns autores, uma transição tutelada pelos militares. Vale ressaltar que entre estes, tampouco havia consenso sobre como ou quanto se poderia “abrir”; havia ainda aqueles que resistiam à mudança. [...]. Apesar dos discursos em torno de uma suposta democratização, houve a manutenção do aparato repressivo e de mecanismos para barrar qualquer oposição mais sistemática ao regime, como a Lei Falcão e o Pacote de Abril. [...] Esse período foi marcado [...] de assassinatos e desaparecimentos [...] em torno de 108 militantes da resistência foram mortos entre 1974 e 1978. Ainda segundo a Anistia Internacional, entre meados de 1975 e 1976, mais de duas mil pessoas foram detidas em todo território nacional (PADRÓS; GASPAROTTO, 2014, p. 36).

Com a crise dos setores dominantes, os subalternos procuravam e encontravam uma brecha para voltar a se organizar, reivindicando direitos e pressionando a ditadura. A violência policial contra a população homossexual, contra as prostitutas e contra a população negra nas ruas dos centros e das periferias das grandes cidades ganhou maior intensidade justamente neste período da “política de distensão da ditadura”⁴⁷, o que converge com o exposto acima por Padrós e Gasparotto (2014) em relação à manutenção dos órgãos repressivos ativos no período da chamada “abertura”. As ações paramilitares também persistiram, a exemplo, especialmente, dos ataques com bombas às bancas de revistas que vendiam jornais da imprensa alternativa. Tudo isso demonstra os limites da política de distensão da ditadura proposta e controlada pelos militares

Um dos atores que difundiu intensamente este anticomunismo foi o general Ferdinando de Carvalho, membro da rede de radicais da “linha dura”, responsável

⁴⁷ A política de “distensão” da ditadura, iniciada com o ditador Geisel, faz parte daquilo que Maria Helena Moreira Alves caracteriza de a “terceira etapa de institucionalização do Estado de Segurança Nacional”. Durante o período posterior, quando do ditador Figueiredo, a autora afirma que foi ampliado “a política de liberalização, permanecendo, entretanto, obediente aos parâmetros da ‘democracia forte’ estabelecidos por Geisel. Como a política de ‘distensão’, a de ‘abertura’ compreendia uma série de fases de liberalização, planejadas e cuidadosamente controladas pelos estrategistas políticos do Estado” (ALVES, 1984, p. 225).

pelo Inquérito Militar do Partido Comunista Brasileiro em 1964 e que depois ambicionou escrever literatura [...]. O livro *Os Sete matizes do rosa* expressa o anticomunismo moral sexual. Em um dos fragmentos, o pai de um dos personagens afirma que o filho foi para um festival de rock “que terminou em um bacanal de nudismo e perversões [...]. Participavam da festa moças e rapazes de famílias distintas. A música excitante e erótica servia para criar um ambiente de licenciosidade e depravação”. Concluía que o evento “foi organizado pelos comunistas para atrair os jovens” [...]. Esse livro foi apresentado pela Editora da Biblioteca do Exército como “uma forma inteligente de combate”, pois “a conjuntura o exige, sem reboços”. Possivelmente, as exigências da conjuntura se referiam às novas tensões com a reorganização da oposição ao regime, a emergência de novos sujeitos - o movimento feminista, o movimento gay e o movimento negro, dentre outros exemplos - e o projeto de distensão política dirigido por Geisel (BRITO, 2020, texto digital).

Inseridas nesse processo, a organização política de mulheres lésbicas se materializou em 1979, pelo menos um ano mais tarde em comparação aos homens gays. Essa defasagem se deu devido à especificidade da sua opressão, a qual sobrepuja diferentes condições de marginalização social: cor, classe e gênero. Além disso, a batalha diária pela sua sobrevivência e dos seus, historicamente, colocou a maioria das mulheres como linha de frente de sustentação familiar, o que ocupa praticamente todo o tempo de suas vidas. Inclusive, esse “atraso”, é parte do debate que elas próprias trazem quando organizaram a primeira reportagem que saiu na mídia brasileira sobre sua condição. Escrita e organizada por um coletivo de 25 mulheres lésbicas, independentes e pertencentes a diversos grupos político, a matéria foi publicada n’*O Lampião da Esquina* em 1979. Tal reportagem essa que será o foco de análise do próximo capítulo. De forma geral, as páginas por elas escritas no *Lampião*, associadas a todo o processo de organização daquele texto, fazem parte dos primeiros passos da organização política das mulheres lésbicas brasileiras em busca por alternativas para a libertação das opressões das quais eram (e são) vítimas.

3. IMPRENSA ALTERNATIVA, *O LAMPIÃO DA ESQUINA* E A LUTA DAS MULHERES LÉSBICAS

3.1 *O Lampião da Esquina* e a imprensa alternativa

Na década de 1970, a imprensa alternativa surgiu como um dos pólos de resistência contra a ditadura em um contexto de censura à imprensa. Enquanto meio alternativo à grande mídia, possuía como característica comum a postura contrária à ditadura e um perfil contra hegemônico diante dos grandes veículos de informação. Foram mais de 150 “nanicos”, como também eram chamados os veículos da imprensa alternativa durante a ditadura, circulando entre o final da década de 1960 e 1980 (KUCINSKI, 1991).

O mais antigo, *O Pasquim*, nascido em 1969 na cidade do Rio de Janeiro, influenciou grande parte dos que surgiram posteriormente. O semanário começou com uma tiragem de 28 mil exemplares, logo se tornou um dos maiores fenômenos de público, alcançando médias de venda de 100 mil unidades por semana (maior que as vendas das revistas *Veja* e *Manchete*) e chegando a 250 mil exemplares (sem assinaturas, somente com vendas nos pontos de venda e bancas de jornal). Alguns autores, inclusive, apontam *O Pasquim* como um dos primeiros jornais a politizar a homossexualidade, e/ou, ao menos, tirá-la das pautas policiais e patológicas, comuns na grande imprensa. Apesar disso, recebeu muitas críticas por causa de publicar matérias de conotações machistas e homofóbicas. Sobre *O Pasquim*, José Luiz Braga destaca algumas de suas características, que apesar de específicas, formaram a base do que foi a experiência de muitos outros nanicos:

O nível humorístico é obtido pela fusão de objetos considerados de natureza diferente: política e sexo, política e carnaval, prostituição e censura. A eficácia crítica é provavelmente decorrente de um rebaixamento (a nível de achincalhe) de temas a que nossa cultura jornalística atribui o qualificativo de ‘graves’. A carnavalização desses temas desarma a fachada de seriedade forçada que os sustenta, e abre espaço para a percepção do ridículo, da falsidade, ou do absurdo de algumas decisões ou de certas ‘realidades políticas’. Um aspecto adicional (não menos importante, porém) é que, ao amalgamar coisas da política e moralismos de classe média como objeto de seu ataque, *O Pasquim* desvenda um dos pontos de sustentação e manutenção do regime militar. Não terá sido por outra razão que o jornal foi tão perseguido como ‘atentatório à moral’. A abordagem por agregação de temas aparentemente independentes é assim uma das características principais da capa pasquiniana (BRAGA, 1991, p. 169-170).

Um dos pontos de maior controle que a ditadura impôs foi sobre a liberdade de expressão. A ação por parte da censura era sistemática, contando com uma complexa estrutura burocrática de controle. Assim, para muitos jornalistas de opiniões contrárias ao autoritarismo

estabelecido, a produção dos seus próprios veículos de informação (alternativos à grande mídia), foi uma maneira de tentar garantir o espaço de expressão não permitido pelos meios legais e institucionais ou empresariais. Por conta da censura, muitos jornalistas foram demitidos devido às suas críticas ao regime. Dessa forma, para muitos desses jornalistas de oposição, mesmo tendo perspectivas políticas diferentes, a abertura desses espaços alternativos possibilitou a sua continuidade profissional e certa militância política. Em relação a *O Pasquim* (1969-1991), entre outras temáticas importantes, a questão da sexualidade foi focada de forma paradoxal e um tanto ambígua:

Apesar das posições do jornal frequentemente deixarem transparecer uma visão de mundo “machista”, ele ousava tratar de forma irreverente assuntos raramente abordados pela grande imprensa de forma sisuda e altamente moralista. Usando uma linguagem informal, ele abordava o tema da homossexualidade e, durante certo tempo, até se referiu a um dos colaboradores como “a bicha do Pasquim”. Ao misturar em suas páginas matérias de crítica social “sérias” com aquelas que tratavam de aspectos do não conformismo sexual, O Pasquim contribuiu para dar também a estes uma aura “política”. [...] A perseguição, promovida pela tirania do regime militar, acabava levando à união de vertentes de pensamento e práticas bastante divergentes entre si. Forçados a conviver no estreito espaço permitido à oposição, os proponentes da crítica política e da crítica dos costumes acabavam se influenciando mutuamente (MACRAE, 2018, p. 141-142).

Para a ditadura, de acordo com a lógica da DSN, os jornais “nanicos” fariam parte das “organizações de frente” do projeto do comunismo internacional. Os editores de *O Pasquim*, por exemplo, chegaram a ser encarcerados durante meses, logo após a imposição do AI-5. Em novembro de 1970, policiais do Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) invadiram a redação do jornal, prendendo os editores que lá se encontravam, Maciel, Ziraldo, Francis, Jaguar, Grossi, Fortuna, Sérgio Cabral, Flávio Rangel; dentre os quais Tarso de Castro, que conseguiu fugir, e Martha Alencar, Chico Jr, Henfil, Millôr, que não estavam na redação, tiveram a missão de manter o jornal de maneira clandestina. A censura estava incomodada devido às críticas ao regime que *O Pasquim* produziu, além do “nanico” ter se tornado muito maior do que o esperado. Muitas regiões do Brasil foram alcançadas pelo periódico, muito por conta de sua linguagem acessível, pelo humor ácido e pelas memoráveis charges de Henfil, Millôr Fernandes e outros artistas. De forma semelhante, a repressão também atingiu os editores de outros jornais alternativos como ocorreu no período da abertura, com o *Lampião da Esquina*.

A partir da segunda metade de 1970, novos jornais de imprensa alternativa foram surgindo, dentro de um novo momento, correspondente ao projeto de distensão política controlada pela ditadura. Os jornais e revistas alternativas foram determinantes para difundir as

lutas e contestações que aconteciam no país durante aqueles anos. Neste sentido, foram fundamentais para o processo de redemocratização, servindo como uma ferramenta de comunicação, denúncia e apresentação de novas ideias, como instrumentos para a “criação de um espaço público reflexivo” (HEEREN, 2011, p. 29).

O público atingido pela imprensa alternativa, de forma geral, era restrito. De fato, ela não chegava à grande massa da população trabalhadora brasileira por algumas razões. Em primeiro lugar, devido à censura, que certamente restringia seu potencial de acesso. Além disso, a censura afetava economicamente esses periódicos, o que, conseqüentemente, era determinante para sua sobrevivência. Sem maiores recursos econômicos e ameaçados pelo regime, muitos jornalistas atuavam desde a condição da clandestinidade ou semi-clandestinidade. Assim, a situação dos jornais “nânicos” era muito precária. A apreensão das edições no momento do fechamento das gráficas aumentava as dificuldades diminuindo assim a sua circulação. O processo de encerramento das atividades da imprensa alternativa é abordado no trabalho de José Augusto de Castro Heren (2011, p. 30):

com a abertura, a grande imprensa não só foi recriando uma nova esfera pública, como o fez apropriando-se de temas até então exclusivos da imprensa alternativa, e contratando muitos de seus jornalistas. Opor-se ao governo deixou de ser monopólio da imprensa underground. Além disso, a retomada da atividade política clássica, no âmbito dos partidos e de seus jornais que após a decretação da anistia saíram da clandestinidade, esvaziou a imprensa alternativa de sua função de espaço de realização sócio-política.

A pesquisa de Bernardo Kucinski (1991) sobre a imprensa alternativa durante a ditadura no Brasil é basilar para a compreensão do tema. De forma geral, seu trabalho sistematizou e organizou um extenso levantamento dos jornais “nânicos” que nasceram naquela época. Contudo, sobre *O Lâmpião da Esquina*, que teve média de 15 mil exemplares por mês (sendo considerado um jornal de significativa tiragem e de dimensão visível), Kucinski pouco acrescentou. Não temos informação sobre os critérios que o autor teve ao fazer seu estudo sobre *O Lâmpião*, apesar de sua abordagem sobre o jornal ter parecido superficial tendo em vista que sintetizou quatro anos de existência em apenas um parágrafo. Além disso, verificamos uma visão equivocada sobre o momento final daquele que foi o principal veículo da “imprensa gay” no Brasil. Cabe aqui ressaltar que a crítica à moral conservadora e a luta pela libertação sexual não se resumiam a uma pauta de divisão interna da esquerda política do país, como alguns autores consideram, mas se tratava, de fato, de uma das esferas de luta contra a ditadura e seu sistema de forma geral.

Ao realizar um levantamento dos impressos que surgiram nesse sentido da crítica à moral conservadora, sobre *O Lâmpião da Esquina*, Kucinski (1991, p. 73) pontua:

Mais duradouro e menos sofisticado foi o Lâmpião de Esquina, mensal, com vinte mil exemplares, lançado por Aguinaldo Silva, um dos principais colaboradores de OPINIÃO [sic], fundador e conselheiro do MOVIMENTO [sic]. Sua bandeira era mais diretamente o homossexualismo, a defesa aberta e franca dos direitos das minorias sexuais. Contou com a colaboração de Jean Claude Bernardet, Darcy Pentead, Peter Fry e circulou num contexto em que o homossexualismo começou a ser assumido e aceito no Rio de Janeiro como em nenhuma outra cidade do mundo. O Lâmpião da Esquina começou elegante e terminou pornográfico com sua circulação coincidindo com a explosão pornográfica no país em decorrência da abertura e das pressões de uma demanda reprimida pela pornografia. Circularam 37 números, até junho de 1981. Assim como os jornais feministas, seus jornalistas foram se constituindo num grupo ativista específico. Chegavam a enviar um manifesto em defesa dos direitos dos homossexuais ao Congresso Internacional pela Anistia e Liberdades Democráticas, que então se realizava em Roma, subscrito também pelo “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”. O manifesto exigia, além do direito ao trabalho, o direito legítimo e inalienável ao prazer que é parte do seu direito à vida e à sobrevivência [...]. Acusavam a sociedade brasileira, inclusive “setores progressistas”, de consagrarem a “discriminação sexual”.

A análise sobre *O Lâmpião da Esquina* não está de acordo com a realidade do jornal. Segundo Kucinski, o *Lâmpião* começa “elegante” e termina “pornográfico”. No que consiste essa elegância a que Kucinski se refere? Desde o início, foi um jornal combativo quanto aos direitos da comunidade LGBTQ+. O que o autor considera “pornografia” no seu final, em realidade era parte de uma estética chamada *camp*⁴⁸, que não desfocou o jornal do seu objetivo central de combate aos preconceitos e ao Estado ditatorial. O jornal não abandonou as críticas à ditadura e à moral conservadora, mantendo até o seu fim uma linha editorial combativa, denunciando as violências praticadas pelo Estado e dando suporte à criação de redes de sociabilidade e solidariedade.

Em termos de conteúdo, no final de 1980 o jornal publica sua terceira Edição Extra contendo uma entrevista inédita com Manuel Puig e outra de Jean-Paul Sartre concedida à revista francesa *Gai Pied* reproduzida na íntegra pelo jornal, ambas fazendo reflexões sobre a questão gay. A publicação destas entrevistas indicam que o projeto político do jornal não havia mudado no decorrer dos anos. Em junho de 1981 saía o último número de *Lâmpião* (edição 37) também trazendo uma entrevista com o ensaísta, romancista e militante homossexual Guy Hocquenghem (HEEREN, 2011, p. 19).

⁴⁸ “*camp*, como adjetivo, esteve presente na modernidade, pelo menos a partir de 1909 [...] ‘Uma adesão a ações e gestos com ênfase no exagero, uma ostentação prazerosa, porém afetada’[...] *Camp* passou a significar uma espécie de gíria para designar o universo homossexual masculino, [...] também se aplica ao feminismo. [...] Ao desafiar os pressupostos da moda como manifestação tanto de colaboração e coesão quanto de ‘coação’ ou pressão social, *camp* se impõe como forma de resistência, a partir da construção de uma subjetividade apoiada nos ornamentos corporais e na exposição conspícua do corpo [...] [para] Jameson e Baudrillard, respectivamente, *Camp* se revela uma estética conceitual e política” (FAÇANHA, 2019, p. 249).

O movimento homossexual era também alinhado politicamente com MNU, participando de manifestações conjuntas e muitas lideranças do MNU participaram de reportagens para *O Lampião*. Além disso, a partir do surgimento do jornal, grupos de homossexuais (tanto de homens quanto de mulheres) começaram a se organizar e ganhar visibilidade pelo Brasil, como: grupos Eros e Libertos, que surgem em 1979, influenciados pelos debates públicos que o Grupo Somos vinha fazendo; o Grupo Gay da Bahia (GGB), que se tornou uma ONG e ainda está em atividade, entre outros grupos que ao longo da década de 1980 se formaram. Desta forma, podemos afirmar que a criação do jornal *O Lampião da Esquina*, contribuiu para motivar a população LGBT+ a organizar-se em diversos lugares do Brasil.

O impulso que levou a criação de *O Lampião da Esquina* se deu a partir da vinda de Winston Leyland ao Brasil, editor da revista *Gay Sunshine* dos EUA. De acordo com Macrae (2018), o jornalista João Antônio Mascarenhas reuniu em 1977 um grupo de jornalistas em sua residência para entrevistar Leyland para o *O Pasquim*. O entusiasmo que mobilizou tal fato resultou no movimento que concretizou, no ano seguinte, a criação de *O Lampião da Esquina*.

Realizaram-se várias reuniões e o grupo foi ampliado, para incluir alguns intelectuais que não haviam participado da reportagem para o Pasquim. As discussões serviram para revelar a existência de grandes diferenças de opinião entre os participantes, mas depois de algum tempo, estes resolveram deixar a teoria e passar à prática, produzindo o número zero, que saiu em abril de 1978 (MACRAE, 2018, p. 143).

A visita do editor estadunidense foi uma espécie de catalisador para um grupo de homens brasileiros, assumidamente gays, que se inspiraram pela experiência de luta dos militantes LGBT+ dos EUA, principalmente aquela desencadeada a partir de 1969 com a Revolta de *Stonewall*⁴⁹, marco histórico mundial na luta contra a opressão aos homossexuais.

A ideia de publicar um jornal que, dentro da chamada imprensa alternativa, desse ênfase aos assuntos que esta considera “não prioritários”, surgiu em novembro de 1977, com a primeira visita que Winston Leyland, editor do *Gay Sunshine* (revista homossexual americana), fez ao Brasil para divulgar seu livro intitulado *Now the Volcano: na anthology of latinamerican gay literature*. Antologia que contém textos de quatro escritores brasileiros: João Silvério Trevisan, Gasparino Damata, Aguinaldo Silva e Darcy Penteado. Este grupo de escritores costumava se encontrar no apartamento de Darcy Penteado para ler e discutir seu conteúdo. A partir destes

⁴⁹ “Origem da liberação moderna dos direitos de lésbicas e gays. A frase, originalmente escrita em inglês, está gravada em uma placa na frente da casa onde existia o bar *Stonewall Inn* no bairro Greenwich Village, em Nova York. Ali, em 28 de junho de 1969, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e *drag queens* revoltaram-se contra a forma truculenta e abusiva com que eram tratados pela polícia nova-iorquina, desencadeando uma série de embates que duraram dias e tornaram os protestos, conhecidos como Revolta de Stonewall, o mais importante acontecimento para a liberação do movimento homossexual e da luta pelos direitos da população LGBT+ nos Estados Unidos e em outros países do mundo” (CASTRO, 2019, texto digital).

encontros, outros amigos se juntaram ao grupo, somando onze militantes intelectuais que assumiram o que a mesma imprensa nanica chamaria depois de “compromisso histórico”. Assim, foi criado *Lampião* e ficou decidido que os onze idealizadores formariam um Conselho Editorial, encarregado de traçar e manter a linha editorial desta publicação (HEEREN, 2011, p. 47).

A sede do jornal era na cidade do Rio de Janeiro, tendo um núcleo de editores em São Paulo. A estrutura d’*O Lampião da Esquina* era basicamente esta:

Sua sede ficava em Santa Teresa, Rio de Janeiro, e era uma publicação de *Lampião*, editora de livros, revistas e jornais com distribuição mensal para todo o Brasil. O jornal teve trinta e sete edições sequenciais, três edições extras e a edição de número zero, totalizando 41 publicações. Os exemplares continham entre 16 e 20 páginas nas quais existiam colunas fixas que aparecem em todas as edições – Reportagem, Esquina, Bixórdia, Cartas na Mesa e Opinião – e seções eventuais: Ensaio, Tendências, Ativismo, Literatura e Colírio (TELES; MUNIZ, 2018, p. 2).

Para esta pesquisa, analisamos as edições de nº 0 até a de nº 12, quando o jornal completou um ano e publicou a primeira reportagem escrita por um grupo de mulheres lésbicas, edição essa que será analisada nos próximos subitens deste capítulo. Procuramos nessas edições referentes ao primeiro ano analisar os materiais publicados referentes às mulheres lésbicas. Através do editorial da edição nº 0, podemos compreender as intenções do jornal, tendo em vista que nessa edição o conselho editorial expôs o projeto político e os objetivos pretendidos com a publicação voltada para o público homossexual. A linha editorial da primeira edição norteou os quatro anos de existência do jornal e a circulação dos mais de vinte mil exemplares por mês que se espalharam pelo Brasil. Como um periódico da imprensa alternativa, pretendia ser um grito de “basta” à segregação imposta pela sociedade, que durante a ditadura, foi concretizada nos chamados “guetos”:

o que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição [...] lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico cristã deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz. A essa minoria, não interessam posições como as dos que, aderindo ao sistema - do qual se tornam apenas "bobos da corte" - declaram-se por led engano, livres de toda discriminação e com acesso a amplas oportunidades; o que LAMPIÃO [sic] reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito, o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou, o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização enquanto tal (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, n. 0, p. 2).

O que almejavam os editores do *Lampião* era, na sua essência, liberdade para viver como homossexuais. Era um grito por uma vida além dos guetos impostos por um modelo de segregação que enfrentaram durante a ditadura. Com o jornal, nasceu uma perspectiva de luta por libertação para parte da população LGBTQ+ brasileira, servindo como um ponto de confluência entre os movimentos negros, feminista, indígena e homossexual, enumerando também questões ambientais do movimento ecologista (o qual ainda não havíamos referido neste trabalho). A compreensão dos editores de *O Lampião da Esquina* demonstra que suas ideias estavam alinhadas ao combate imediato das opressões e que não bastava esperar pela “luta maior” (aquela voltada à derrubada do sistema capitalista), mas que era necessário a auto-organização e diálogo com outros grupos, pautas e lutas para viver com dignidade e ampliar as esferas de articulação da classe trabalhadora. É explícito, no primeiro editorial, a “linha” política por convergência com outros setores oprimidos, convergência esta que não encontrava espaço nas organizações tradicionais de esquerda. No editorial em questão, podemos visualizar a união desejada por essa vanguarda da luta política contra o preconceito, que implicava no envolvimento com outros setores oprimidos, nacionais e internacionais.

Para isso estaremos mensalmente em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias (LAMPÍÃO DA ESQUINA, 1978, n. 0, p. 2).

A intenção de “dar voz” a outros grupos explicita a proposta de abrir o jornal para a articulação de pautas de outros setores oprimidos pela ditadura. Efetivamente, tal proposta teve espaço principalmente com reportagens dedicadas à questão racial no Brasil, publicando diversas entrevistas com líderes e ativistas dos movimentos negros, como Abdias Nascimento, Lécya Brandão (também lésbica e militante da causa), além de Lélia Gonzalez (militante, intelectual e professora referência nos estudos sobre questões raciais e cultura negra no Brasil). Da mesma forma, foi n’*O Lampião da Esquina* nº 11, de abril de 1979, que foi publicado um dos primeiros textos deste jornal, para o conjunto da sociedade, sobre feminismo negro: *Mulher negra: um retrato*, de Lélia Gonzalez.

Lampião vinha, bem ou mal, significar uma ruptura: onze homens maduros, alguns muito conhecidos e respeitados intelectualmente, metiam-se num projeto em que os temas tratados eram aqueles considerados “secundários” – tais como sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismo – e a linguagem empregada era comumente a mesma linguagem desmunhecada e desabusada do gueto homossexual (TREVISAN, 2018, p. 317).

Na edição nº 4, de 25 de agosto de 1978, foi destaque na capa do *Lampião* uma reportagem sobre travestis. Destaca-se, ainda, uma matéria sobre a histórica reunião de ativistas negros e negras nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em um protesto contra o racismo ocorrido no Clube Tietê, que resultou na criação do MNU. Na matéria, uma entrevista de Clóvis Moura (sociólogo, cronista e importante militante da luta contra a discriminação racial) aos jornalistas João Silvério Trevisan e Aguinaldo Silva complementava a informação e a análise. Ainda na mesma edição, na coluna “Ensaio”, o jornalista João Silvério Trevisan apresentava o texto *Mulheres: o mito do prazer*, de Anne Koedt, autora que iniciou o movimento feminista de cunho socialista nos EUA nos anos 1960. Trata-se de um texto que avaliava a questão sexual e o prazer da mulher de uma forma científica, discorrendo sua anatomia, demonstrando que o orgasmo feminino podia ser alcançado sem uma figura masculina falocêntrica, o que abalava a “instituição heterossexual”. Desta forma, a liberdade sexual das mulheres podia significar, dependendo de como fosse conduzida, um problema para o sistema social e capitalista.

A sociedade machista, além de temer os motivos anatômicos que facilitam o amor entre as mulheres, teme também que elas mantenham relações mais humanas e completas entre si. A verdade é que o reconhecimento do orgasmo clitoral ameaça toda a instituição heterossexual: ele evidencia que o prazer sexual feminino pode ser obtido com os homens quanto com as mulheres entre si. Assim, a heterossexualidade deixa de ser um dado absoluto, para tornar-se apenas uma opção. A questão da sexualidade fica em aberto, extravasando os limites do atual sistema baseado na dicotomia macho-fêmea (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1978, n. 4, p. 12).

De forma geral, *O Lampião da Esquina*, como um periódico da imprensa alternativa, surgiu em abril de 1978, se constituindo um marco para o surgimento do movimento político organizado de uma parcela da população lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual, assumindo a pauta do combate ao preconceito, além de apoiar a luta do movimento negro, das mulheres feministas, dos direitos trabalhistas da classe trabalhadora e pelas liberdades democráticas, uma esfera de importante resistência à ditadura no período de redemocratização.

3.2 “O povo gay pode falar?”

Para Robert Howes (2010, p. 299), entre 1978 e 1982, ocorreu o “primeiro momento de euforia” do movimento político da população LGBTQ+ no Brasil. *O Lampião da Esquina* está

inserido nesse contexto e é considerado o “ponto de origem” de articulação das pessoas LGBTQ+ em território nacional. Sendo assim, podemos considerar que o *Lampião*, enquanto um jornal da imprensa alternativa

possuiu um caráter de formação social, que teve como objetivo funcionar como disseminador contra qualquer forma de estereótipos e desassociar a homossexualidade à marginalização social. O *Lampião da Esquina* veio a colaborar para a desmistificação de estigmas, tabus e preconceitos, assim como, para o crescimento da visibilidade do movimento LGBTQ na sociedade brasileira (SANTOS, 2015, p. 147).

Não houve surpresa, assim, quando, no ano do lançamento do jornal em 1978, os seus editores foram alvos de perseguição por parte do Estado, sendo impelidos a responder a inquéritos policiais com base na Lei de Imprensa de 1967 por crime de “apologia ao homossexualismo” e atentado à “moral e aos bons costumes”.

Em agosto de 1978, o jornal *Lampião da Esquina* sofreu um inquérito policial que se baseou na Lei de Imprensa. Dois de abril de 1979 foi quando cinco dos editores haviam comparecido à Polícia Federal do Rio de Janeiro. O mesmo tinha acontecido com os editores de São Paulo no segundo semestre. Ambos os grupos estavam lá para responderem um processo instaurado contra o jornal já em sua edição experimental, devido a sua matéria em defesa ao jornalista Celso Curi, que, à época, havia sido demitido do jornal *Última Hora* (SOBRAL, 2019, p. 118).

O jornalista Celso Curi, como já abordamos, mantinha uma coluna no jornal *Última Hora* chamada “Coluna do Meio”, voltada para o público homossexual e que se tornou muito popular. Por conta dessa coluna, Curi foi demitido e processado pelo Estado com base na Lei de Imprensa, por “atentar contra a moral e os bons costumes”, como já mencionado neste trabalho. A edição experimental de nº 0 do *Lampião* trazia na capa Celso Curi e a indagação: “que crime este rapaz cometeu?”. Os militares não toleraram tal afronta e essa edição do jornal custou aos editores doze meses de inquérito policial com medo, angústia e pressão. Desde o momento em que os “lampiônicos” foram intimados até o arquivamento do processo, a estratégia adotada pelos editores foi a de publicizar tudo, buscando formar uma rede de apoio e solidariedade.

A edição de nº 9 do *Lampião* trouxe em destaque uma reportagem sobre a “moral e os bons costumes” impostos pelos militares à sociedade brasileira. O título do texto foi direcionado para as pessoas dos anos 2000: *Para o Brasil dos anos 2000, os “bons costumes” do século XIX*. Com a matéria, os editores abriram uma série de denúncias sobre o inquérito que estavam sofrendo. Aguinaldo Silva, quem assinou a primeira parte da reportagem, apontou a incoerência

da ditadura durante a chamada “distensão” política ao acusar os editores do jornal de atentar “contra a moral e os bons costumes”.

Nos últimos dias de dezembro o diretor da Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, Rogério Nunes, concedeu uma entrevista o Globo, na qual disse que a legislação a ser cumprida pela censura "impõe restrições, de tal forma incoerentes com a moral vigente na moderna sociedade, que o trabalho dos censores acaba se transformando numa constante batalha contra a realidade". Para as pessoas que fazem LAMPIÃO da Esquina, essa declaração do Sr. Rogério Nunes foi da maior importância, pois é exatamente baseado nestas restrições "incoerentes com a moral vigente na moderna sociedade" que o IPF está realizando um inquérito contra esse jornal, tentando enquadrá-lo na Lei de Imprensa sob a acusação de "ofensa à moral e aos bons costumes", por falar sobre homossexualismo [sic]. Não que LAMPIÃO concorde com a posição do diretor da Divisão, para o qual os critérios da censura deveriam ser apenas atualizados; achamos, ao contrário, que ela deve ser simplesmente abolida; mas na medida em que o Sr. Rogério Nunes recebe um jornalista em seu gabinete em Brasília para dizer que "os atuais critérios da censura são extremamente subjetivos e até mesmo politicamente desastrosos", é possível esperar que, no caso do nosso jornal, as pessoas encarregadas de decidir se ele é atentatório ou não reajam com a mesma contemporaneidade (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 9, p. 5).

Na edição nº 13, de junho de 1979, os editores fizeram a crítica à distensão política controlada pela ditadura em um texto intitulado *Estamos aqui plantados, sempre à espera da chamada “abertura”*. Em maio daquele ano, como aponta o Lampião, os jornais da cidade do Rio de Janeiro, mostraram o ministro da justiça, Petrônio Portela, atravessando a Av. Rodrigues Alves, no Rio de Janeiro, em direção ao prédio da "Imprensa Nacional", onde funcionava o Departamento de Polícia Federal. A fotografia do ministro mostra o mesmo sozinho, sem guarda-costas à vista, buscando, com isso, passar uma imagem que representasse os “novos ares” de liberdade, ou seja, uma representação da abertura política, afinal, era um ministro andando sem guarda-costas. Contudo, pouco tempo antes, em uma fotografia publicada na revista *IstoÉ*, no mesmo local em que o ministro Portela, caminhava sem seus guarda-costas, estavam os cinco editores do *Lampião* indo fazer a identificação criminal por conta do inquérito instaurado; ou seja, os jornais da grande imprensa por um lado divulgavam a imagem que os militares queriam passar da “abertura” com o ministro caminhando sem a companhia de seguranças. Por outro lado, silenciavam sobre a jogada de marketing dos militares, que escondiam o caso dos editores do *Lampião*, que estavam sendo processados, e de outros casos públicos de repressão, inclusive tortura e assassinatos, ainda vigentes naquele período. O que reforça a constatação de que parecia ser um cenário de certa distensão política.

Na edição nº 9 do *Lampião*, Darcy Penteado escreveu sobre o inquérito e deixou o registro de que os responsáveis pelo jornal não sabiam quem havia feito a denúncia contra o *Lampião* na ocasião. Ao texto, Penteado intitulou: *Ma che cosa é questa?*⁵⁰:

Esta indagação sobre “moral e bons costumes” decorre de um fato que está acontecendo nos salões da Polícia Federal e do qual LAMPIÃO [sic] é o *pivot*. [...] Não existe contra nós nenhum processo formado. É um inquérito policial baseado numa denúncia feita sabe-se lá por quem, mas que deve ser alguém muito complicado para querer encontrar em LAMPIÃO algo que seja ou pareça imoral, a menos que se considere imoralidade defender a ecologia, tentar conscientizar homossexuais do seu papel atuante na sociedade ou reconhecer os direitos das mulheres e dos índios. [...] Atentados à moral? Claro que existem! Porém, quem é mais atentatório e pernicioso perante a moral e a consciência de um povo: o travesti prostituto que, para subsistir, mesmo levando muita porrada, explora na rua a fantasia sexual dos seus clientes? Ou o político comprovadamente corrupto que, apesar disso, recebe “de mão beijada”, com cumprimentos, solenidades e palminhas, um Estado inteirinho para governar? (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 9, p. 6).

Em mais uma fase do processo, a polícia intimou, no dia 10 de julho de 1979, o diretor e tesoureiro d’*O Lampião* para se apresentar ao DOPS e entregar todo o material que comprovasse a situação financeira do jornal correspondente aos meses de janeiro a maio de 1979. Caso ficasse comprovado pelos militares que o jornal não estivesse com uma boa saúde financeira, a ditadura poderia alegar sua falência e fechá-lo. Na reportagem da edição de nº 15, os editores descreveram na íntegra o conteúdo da intimação e comunicaram a estratégia da defesa. Junto ao advogado Luís Celso Soares de Araújo, cedido pela Associação Brasileira de Imprensa, a defesa considerou a solicitação do DOPS “ilegal e arbitrária e deveria ser ignorada”. Os editores, de acordo com o advogado, decidiram, também, denunciar o fato.

Imediatamente os lampiônicos espalharam-se em todas as direções. Na sucursal do Estado de São Paulo, no Rio, um deles deu uma entrevista que, providencialmente, seria transmitida por telex, pouco depois para todo o Brasil. Ela é que seria reproduzida, no dia seguinte, no Jornal de Brasília, com uma chamada de primeira página na qual se dizia que o novo tipo de pressão das autoridades policiais contra LAMPIÃO parecia ter sido tirado do famigerado documento do CIEEx - Centro de Informações do Exército, que recomendava medidas drásticas para pressionar e silenciar a imprensa nanica [...]. Do que se pode depreender através das notas emitidas no final da tarde do dia 11, a notícia pegou de surpresa o gabinete do Ministro da Justiça. Mas que história é essa?" - Deve ter perguntado Petrônio Portella, é possível que ele nada soubesse de LAMPIÃO, cujo inquérito lhe fora deixado de herança pelo seu antecessor, o Armando [Falcão]. Por isso, uma ordem foi transmitida ao DPF: até o final da tarde um relatório completo sobre o inquérito contra o jornal deveria estar nas mãos do Ministro da Justiça (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 15, p. 5).

⁵⁰ “Mas o que é isso?” (tradução nossa).

Segundo o jornal, a ordem foi cumprida e, às 17 horas daquele dia 11 de julho, o gabinete do ministro emitiu uma explicação sobre a intimação. O documento, assinado pelo diretor da DPF coronel Moacir Coelho, justificava que: “ao solicitar os livros contábeis e os balancetes [do *Lampião da Esquina*], a Polícia Federal pretendia provar que a editora não tinha condições de sobreviver como empresa”, embasando assim a sua ordem de encerramento do periódico. A pressão aumentou depois dessa declaração. A rede de apoio montada pelos editores do *Lampião* crescia e contava, inclusive, com centenas de cartas e telegramas de solidariedade, algumas com doações financeiras ao jornal. Cercado por jornalistas da grande imprensa e questionado sobre o caso, o coronel Moacir Coelho respondeu não saber o motivo de seus subordinados terem intimado os editores para comprovar a situação financeira, “já que o inquérito contra o jornal é por atentado à moral e aos bons costumes”. A nota dos “lampiônicos” saiu em diversos jornais da grande imprensa e, dessa forma, a ditadura teve que recuar. Nesse episódio, foi criado um Comitê de Defesa do Jornal *Lampião*, o que demonstra a importância deste mensário para a população LGBTQ+ e para os demais setores oprimidos que reivindicavam a liberdade de expressão e de imprensa. Tal batalha reverberou positivamente, reforçando a luta de outros jornais da imprensa alternativa que também sofriam as pressões impostas pela ditadura.

Em novembro de 1979, o *Lampião* de nº 18 trouxe uma manchete que sinalizava o fim e arquivamento do inquérito contra o jornal. Motivo de comemoração e alívio, mas ainda assim, de questionamento: *O povo gay pode falar?*

Foram doze meses de choro, ranger de dentes e defecções, desde aquele dia, no mês de agosto de 1978, em que chegou uma primeira intimação, em nome de Francisco Bittencourt: tratava-se, como se pode ver – agora que tudo terminou e nós, finalmente, temos acesso ao inquérito – de uma firme determinação do Departamento de Polícia Federal de não apenas fechar o LAMPIÃO, como também punir os responsáveis por ele [...]. Com o arquivamento do inquérito, o que ficou decidido claramente foi o seguinte: a polícia, ao suspeitar de nós, não tinha razão; nós, ao rechaçamos a acusação, estávamos certos; ao DPF cabe aceitar o conselho dado pelo Procurador em seu parecer: ‘Ademais disso, não retiro de autoridade o dever de censurar as publicações nos estritos limites da lei, sujeitando-se, se for o caso, aos abusos que venha a cometer’. É, foi um abuso, sim, este rumoroso caso de perseguição ao LAMPIÃO e seus editores; mas nós nos mantivemos firmes diante dele, e agora tudo terminou (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 18, p. 2).

Um dos parlamentares que publicamente apoiou o *Lampião* no caso do inquérito policial foi Fernando Moraes, deputado estadual do MDB paulista e vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Anteriormente, na edição de nº 10, de janeiro de 1979, foi publicado seu depoimento, onde destacava que o inquérito aberto só demonstrava, mais uma vez, o caráter autoritário e antidemocrático da ditadura, afirmando que a única coisa

que surpreendia era o fato de isso ter acontecido justamente no momento em que o governo reforçava a “abertura política”. Para Moraes, o pretexto do inquérito não se sustentava, manifestando assim o seu apoio à causa dos perseguidos, “como cidadão, como jornalista e como parlamentar da oposição, sou solidário com LAMPIÃO e seus redatores na luta [...] - a luta por ampla liberdade de expressão e manifestação (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 10, p. 2).

As manifestações de apoio chegavam de todas as partes, como a que foi declarada pelo jornal *O Pasquim*:

Deu no Pasquim: "A polícia está querendo enquadrar o mensário guei LAMPIÃO por atentado à moral e aos bons costumes. Audácia dos bofes! Contem com a nossa solidariedade, queridinhas. Jaguar." É isso aí, Jaguareue. Tudo o que a gente espera é se comportar com a mesma classe de vocês em episódios semelhantes. Aliás, pessoas maldosas costumam dizer que a gente - LAMPIÃO - e vocês - os outros nanicos - rema em direção contrária. Mas como é possível remar em direções contrárias, quando se está no mesmo barco? (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 8, p. 11).

Podemos perceber que, apesar da política de distensão da ditadura e do abrandamento da censura em curso, o aparato repressivo, especialmente aquele ligado à produção de informação sobre os setores de oposição, continuava em pleno funcionamento. Não apenas com relação à patrulha em defesa dos costumes cristãos, mas, também, quanto à perseguição de opositores políticos. As pessoas homossexuais, organizadas ou não, consideradas inimigas internas do Estado de Segurança Nacional caíam nas redes da vigilância por serem transgressões contra a moral e os bons costumes, por causa do seu comportamento fora do padrão heterossexual.

Na edição do *Lampião* de nº 26, de julho de 1980, mais uma vez foram destacadas as ambiguidades da abertura política, em um cenário de crescimento da violência estatal contra os setores oprimidos da sociedade. O foco foi colocado sobre a cidade de São Paulo, onde algumas operações policiais colocavam nas ruas ações higienistas com uma ideologia muito semelhante àquela praticada nos anos 1930. As operações, chamadas de “Rondão” e “Operação Limpeza”⁵¹, foram comandadas pelo delegado José Wilson Richetti no governo Paulo Maluf (1979-1982) em São Paulo. João Silvério Trevisan assinou o texto intitulado *São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti*, no qual denuncia a repressão das operações policiais.

⁵¹ “Operação limpeza, desenvolvida pelo delegado José Wilson Richetti, em maio de 1980, com o propósito de prender homossexuais, travestis e prostitutas no centro da capital paulista, e mais de 1.500 pessoas foram detidas” (MOREIRA, 2014, texto digital).

Inicialmente havia apenas reclamações isoladas de anônimos travestis e prostitutas vitimadas pela violência policial que, desde o fim de maio, tomou conta de São Paulo, sob pretexto de limpar a cidade de vagabundos, anormais (também conhecidos por homossexuais), decaídas ou mundanas, marginais e desocupados em geral. Como é que se limpa uma cidade de 10 milhões de habitantes, refúgio dos miseráveis de todo o Brasil, com taxa de desemprego atingindo 8% da população ativa? Fácil: dando serviço para a polícia que, nestes tempos de semi-anistia [sic], é menos solicitada, mas precisa mostrar serviço. E dá-lhe, desvairada Paulicéia! (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1980, n. 26, p. 18).

Segundo Trevisan, desde que um jornal de grande circulação (a *Folha de S. Paulo*) iniciou uma campanha contra as travestis, gays, lésbicas, bissexuais e prostitutas, por conta de um assassinato supostamente cometido por uma travesti, a repressão passou a aumentar:

nos bares do Largo do Arouche, os investigadores já chegam gritando: "Quem for veado pode ir entrando no camburão." Leis, Constituição, direitos? Até prova em contrário, todos os cidadãos são suspeitos. É por isso que o centro de São Paulo agora anda em paz; pelas ruas passeiam apenas bandos de policiais (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1980, n. 26, p. 18).

Das mais de 1.500 prisões durante essas operações, somente 0,8% foram indiciadas (não encontramos informações sobre os crimes em que essas pessoas indiciadas foram enquadradas). Em resposta à repressão, o deputado Eduardo Suplicy recolheu depoimentos das travestis, prostitutas e homossexuais presos. Outra figura pública que se engajou na causa foi a atriz Ruth Escobar, que recebeu ameaças por telefone. Dando apoio à repressão, uma associação de moradores e lojistas do centro da cidade de São Paulo defendia as ações da polícia e a difamação das pessoas que buscavam justiça às vítimas do Estado. Os movimentos homossexual, negro e feminista, junto dos parlamentares e ativistas independentes, articularam ações em defesa das vítimas e contra a violência policial organizando: "uma entrevista coletiva para denúncia das violências; entram com representação judicial contra Richetti, fazem intensa panfletagem na cidade e organizam um Ato Público de protesto" (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1980, n. 26, p. 18).

Outras mulheres vítimas da repressão referem-se aos banhos de água fria e às porradas que arrancam dentes, quebram pés e provocam abortos: denunciam extorsões mascaradas, em fianças altíssimas para serem libertadas, e roubos sistemáticos de objetos de valor ou dinheiro, no ato da prisão. Richetti, muito eloquente, diz que é incapaz de bater numa mulher nem tolera que seus investigadores o façam. Mas segundo depoimento de uma vítima ao deputado Eduardo Suplicy, é o próprio Richetti quem esmurra as costas ou a cabeça das mulheres que deixam a prisão, exigindo que mantenham o bico calado sob pena de represália. É um travesti relata como Richetti abriu uma gaveta e fechou-a violentamente, prendendo seus seios. Naturalmente, esses infelizes são acusados de inventar tudo, porque não estão do lado da lei, que cria a verdade. Mas nestes dias não é preciso muito esforço para ver surras, em público. Na esquina da Rego Freitas com Major Sertório, investigadores tentam tirar a

dentadura de um travesti, para recolher a gilete aí escondida. Como ele jura aos berros que seus dentes são naturais, é espancado e tido por mentiroso. Não adianta apresentar documentos ou provas de bom comportamento, pois o critério é dos policiais (LAMPÍÃO DA ESQUINA, 1980, n. 26, p. 18).

Na época, o Comitê Brasileiro pela Anistia, na pessoa do jurista Hélio Bicudo, entrou com representação judicial contra o delegado Richetti e o secretário de segurança, Octávio Gonzaga Júnior (1979-1983).

João Silvério Trevisan, autor do texto mencionado, anos depois, no final dos anos 1980, em seu livro *Devassos no paraíso* (2018), discutiu sobre a relação da lâmina de “gilete” com as travestis. O autor relata que muitas das travestis que trabalhavam fazendo programa e eram alvos dos policiais, desenvolveram uma tática de sobrevivência. Elas carregavam uma lâmina de aparelho de barbear escondida onde fosse possível, inclusive na dentadura, porque se fossem presas era uma forma de pegar a lâmina e se cortar para, dessa forma, os policiais encaminhar a vítima ao hospital. Era um recurso utilizado a fim de evitar sessões de tortura ou assassinato, mesmo que o corte oferecesse risco de morte pela profundidade ou pela possibilidade de falta de socorro (PINTO, 2018).

Por todas essas situações e por séculos de opressão, o movimento homossexual, agora, organizado, passava a reunir-se com os movimentos da população negra, sistematizado no MNU, com o movimento das mulheres e junto às recentes vítimas das operações comandadas por Richetti. Dessa iniciativa, no dia 13 de junho de 1980, foi organizada uma marcha que entrou para a História como o dia Nacional de Luta Homossexual, que acontece até hoje. O ato partiu das escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, motivado como protesto em razão das mortes de Maria Marciana da Silva e Olivaldo de Oliveira, que segundo Rafael Freitas Ocanha, foram capturados pela polícia no centro de São Paulo e assassinados (OCANHA, 2019, p. 119). No ato, foi lido um manifesto contra a repressão policial exigindo a imediata destituição do delegado Richetti:

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Hoje estamos dando uma resposta concreta a essa onda de violência desencadeada pelos responsáveis da segurança pública: um secretário de Segurança, um diretor do Depto. de polícia e um delegado vêm aterrorizando prostitutas, homossexuais, travestis, negros e desempregados com prisões arbitrárias, espancando e até assassinando-os.

Maria Marciana da Silva e Olivaldo de Oliveira foram as primeiras vítimas fatais da nova onda de repressão. Maria uma jovem de 33 foi encontrada morta na estrada de Perus, com o crânio esmagado. O crime que ela cometeu: estar à noite na Praça Júlio Mesquita. Quanto à Olivando pesa o fato de ser negro. Deram-lhe um tiro na nuca. Uma outra jovem, num ato de desespero tenta o suicídio. Por isso estamos aqui protestando contra a repressão policial e exigimos a imediata destituição do Sr. José

Wilson Richetti, o responsável direto pela barbárie. Exigimos também a abertura de uma sindicância para apurar as responsabilidades.

Conclamamos toda a população a se juntar a nós e acabar de uma vez por todas com o terrorismo oficial.

A desculpa que esse delegado apresenta é que está limpando a cidade dos marginais e que tem o respaldo dos comerciantes e moradores. No entanto, das 1500 pessoas detidas na primeira semana, apenas 12 (0,8%) foram indiciadas. Nos parece que para acabar com os assaltos o delegado acha melhor prender todas as vítimas. Numa cidade em que existe mais de 1 milhão de desempregados é, no mínimo, absurdo prender pessoas que não possuem carteira de trabalho assinada.

CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL

CONTRA O DESEMPREGO

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SEXUAL

PELO DIREITO DE IR E VIR

GRUPOS: SOMOS, Movimento Negro Unificado, Ação Lésbica-Feminista,

Núcleo de Defesa à Prostituta, Associação de Mulheres, Grupo Feminino 8

de Março, Convergência Socialista, Grupo de Mulheres do Jornal O

Trabalho, Departamento Feminino da USP – DCE Livre, Eros, Libertos, Ação

Homossexualista e Nós Mulheres (LIMONE, 2018, texto digital).

Considerando todas essas manifestações, frentes de luta e articulações que iam se abrindo nesse contexto, no que diz respeito aos setores mais marginalizados e oprimidos da sociedade, não há como não perceber o papel vital desempenhado pelo coletivo do *Lampião*, tornando pública denúncias, conclamando à organização e resistência contra a violência e a hipocrisia da ditadura de segurança nacional.

Dessa forma, percebemos o jornal *O Lampião da Esquina* como um veículo da imprensa alternativa que contribuiu com a organização das populações oprimidas e para a ampliação dos debates que se tornaram fundamentais para o futuro da população brasileira, especialmente com temas relacionados à causa LGBTQ+. Além disso, foi um dos únicos jornais alternativos e com viés de esquerda que abordou diversos temas sobre outros setores oprimidos da sociedade até então silenciados, inclusive por parte de organizações da esquerda tradicional do país. A importância dos seus conteúdos e a resistência à ditadura de seus editores têm conseguido maior atenção nas pesquisas históricas.

No Brasil, a luta por memória desencadeada principalmente pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos, por muito tempo não foi valorizada pelos governos democráticos, tampouco foi questão de primeira ordem para a maioria dos partidos da esquerda brasileira. Logo após a ditadura, os caminhos por memória, verdade e justiça foram bloqueados pela Lei de Anistia e pela forma com que os governos democráticos lidaram com o passado traumático do país, dificultando o conhecimento da História da luta contra o Estado ditatorial e da luta pela redemocratização do país. Entretanto, sobre os estudos que envolvem ditadura e homossexualidades, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade cumpriu um papel de

relevância, avançando na investigação histórica e permitindo um crescimento significativo de pesquisas relacionadas à temática da repressão sobre o público LGBT+.

Para finalizar, avaliamos ser importante, mesmo que desloque um pouco o assunto desse item, sobre o abandono histórico que a esquerda tradicional teve com a pauta da ditadura, sendo esse um dos fatores explicativos para a falta de interesse e conhecimento da sociedade em geral em relação à busca por justiça. Contudo, não é o fato de a esquerda não ter pautado com prioridade essa questão que a justiça não se deu, pelo contrário, a forma como a Anistia se deu é que proporcionou a impunidade para os crimes da ditadura. Nesse sentido, Suzana Lisboa defende que “a esquerda errou ao virar as costas para a questão dos mortos e desaparecidos” (LISBOA, 2016, texto digital). Tal afirmação contrasta com os processos de resgate do passado e dos crimes cometidos pelas ditaduras da Argentina, do Chile e do Uruguai, por exemplo, países nos quais as organizações de direitos humanos como, “madres”, “abuelas”, “hijos” e familiares de mortos e desaparecidos são amplamente apoiadas por todos os partidos de centro esquerda e esquerda, fato que ajuda na politização de um amplo conjunto da população para além dos círculos mais restritos de familiares, contribuindo assim para a maior disseminação do conhecimento sobre o passado de repressão estatal em tempos de ditadura de segurança nacional.

3.3 As mulheres lésbicas botam a cara (1979)

As mulheres lésbicas passaram a ter maior visibilidade e organização em âmbito nacional a partir da segunda metade de 1990, embora seu começo tenha se dado no final da década de 1970. Foram inúmeras batalhas travadas, tanto ante a repressão estatal, quanto ante a sociedade em geral. Neste trabalho, procuramos entender o início da organização das lésbicas no Brasil, utilizando as páginas de *O Lâmpião da Esquina* como fonte de análise desse processo que se insere no conjunto das lutas pela redemocratização do país, apesar da pouca visibilidade por parte da historiografia.

A edição nº 11 do *Lâmpião*, de abril de 1979, dedicou sua capa às pautas feministas (apesar da lesbianidade entre as feministas ser ainda um debate “tabu” na época). A manchete dizia: “Lesbianismo, machismo, aborto, discriminação: são as mulheres fazendo política”. Em um quadro pequeno, no canto inferior direito da segunda página, consta o seguinte título: *Extra! Mulheres chegam pra ficar*. No texto escrito por Aguinaldo Silva, o autor respondeu a cobrança que sofreu por ter sido grosseiro com as lésbicas na edição anterior. Nesse sentido, justificou-

se dizendo que fez aquilo propositalmente esperando justamente “sacudi-las”, para que escrevessem sobre suas questões no jornal: “é isso aí, fui propositalmente grosseiro, não com a querida e doce Leila, mas com as mulheres, com um objetivo bem concreto: eu queria sacudi-las” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 11, p. 2).

Figura 5 – Capa do Jornal *Lampião da Esquina*, nº 11



Fonte: *Lampião da Esquina* (1979, n. 11).

Aguiinaldo Silva argumentou que o conselho editorial do *Lampião*, não queria escrever sobre o lesbianismo, termo por ele utilizado. Os editores do *Lampião*, segundo o texto, queriam que as mulheres lésbicas, que naquele momento já estavam iniciando sua auto-organização, escrevessem sobre suas próprias pautas e questões.

as mulheres homossexuais não devem continuar nessa de achar que, se a barra delas é mais pesada, o negócio é aceitar isso pura e simplesmente, e silenciar; elas devem é partir para conquistar, centímetro por centímetro, todo o espaço que lhes foi reservado na atual conjuntura, e dele não arredar pé, já que essa é a única maneira concreta de evitar que a barra continue pesando, ou pese mais ainda (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 11, p. 2).

Os editores do *Lampião*, alegavam que o jornal ainda não havia produzido nenhuma matéria de fôlego sobre as mulheres lésbicas por considerar que escrever sobre a pauta delas seria agir de uma forma paternalista, condição imposta pela sociedade capitalista, a qual “está sempre dizendo o que as mulheres devem (não) pensar e (não) fazer”. Para o conselho editorial, a estratégia utilizada para incomodá-las e mobilizá-las deu certo, pois a pauta para a edição nº 12 se viu literalmente invadida por elas, que pela primeira vez conduziram todo o trabalho. Para tanto, ficou decidido que “um grupo enorme delas iria se reunir para discutir, pautar e elaborar

uma reportagem sobre lesbianismo, a ser publicada no próximo número” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 11, p. 2).

A edição de nº 12 teve como destaque na capa a manchete *Amor entre mulheres (elas dizem onde, como, quando e porquê)*. A reportagem teve cinco páginas, um espaço bastante extenso para o periódico. Foi escrita por lésbicas independentes e que ainda estavam dentro do grupo Somos, compondo a Fração Lésbico Feminista. Pelo nome, fica evidenciado o posicionamento dessas mulheres, já que no movimento feminista, composto em sua maioria por mulheres heterossexuais, brancas e de classe média, não havia espaço para lésbicas assumidas e para suas pautas específicas; assim, elas resolveram se auto organizar e se articular a partir do movimento feminista para conquistar seu espaço. Nesse processo de organização, elas se dirigiam para o caminho de autonomia em relação ao Grupo Somos.

O chamado “movimento separatista” questionava a heterossexualidade compulsória que incidia sobre os corpos femininos e que o Movimento Feminista radical não conseguia capturar (SELEM, 2007) por um misto de motivos, entre eles o “medo” das feministas de serem associadas às homossexualidades (TAVARES, 2011). O que resultou, no que as feministas lésbicas nomearam como hierarquização das bandeiras políticas deste movimento, afirmando que as questões ligadas especificamente às lesbianidades, nunca eram postas na ordem do dia, em termos de reivindicações de direitos. Esta conjuntura tem como fim a busca por um espaço exclusivo de mulheres lésbicas e a construção de pautas que atendiam às especificidades destas (LINO, 2019, p. 15).

Figura 6 – Capa do jornal *O Lampião da Esquina*, nº 12



Fonte: Lampião da Esquina (1979, n. 11).

Observamos que as mulheres da Fração Lésbico Feminista buscavam dialogar com outros movimentos sociais, na ação contra a opressão e a ditadura. Assim, se uniram em ações com o MNU e procuraram maiores espaços junto ao movimento feminista. Uniram-se, também, às prostitutas e travestis que estavam apanhando e sendo presas durante as operações do

delegado Richetti em São Paulo, entre 1979 e 1980. Em menor escala, verificam-se, ainda, aproximações com o movimento sindical, com a esquerda partidária e com o movimento estudantil.

A Fração Lésbico Feminista tinha como visão estratégica abranger as opressões sofridas pelas lésbicas com recorte de raça, sexualidade e classe, além de defender a união entre todos os setores oprimidos da classe trabalhadora. Esse pensamento ficou expresso na reportagem que fizeram para *O Lampião* na edição nº 12: “a repressão perpassa todas as esferas do nosso existir. O fato de sermos mulheres homossexuais duplica a repressão. Além de mulher, ser homossexual é muito, né? Quer ver muito mais? Mulher, negra. homossexual. Quer ver mais?” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 7). Essa ideia sintetiza de forma basilar a construção de suas ações enquanto militantes.

4. AS LÉSBICAS E O LAMPIÃO DA ESQUINA

4.1 As mulheres lésbicas no *Lampião da Esquina*

Esta seção é dedicada a uma análise das edições anteriores a de nº 12 (que apresenta, pela primeira vez, uma reportagem feita por mulheres lésbicas), para buscar elementos que demonstram a aproximação entre os editores do *Lampião* e as mulheres lésbicas. Posteriormente, ao chegar na edição de nº 12, analisaremos o seu conteúdo, que corresponde à publicação da primeira matéria produzida e organizada inteiramente pelas lésbicas, ressaltando o processo de aproximação delas com o jornal a partir dos vestígios deixados nas páginas do próprio *Lampião* e das outras pesquisas feitas sobre o tema.

Na edição do *Lampião*, de nº 0, os editores escreveram um texto com o título: *Mulheres do mundo inteiro...*. Nessa nota, deixaram registrado que a ausência de mulheres no conselho editorial do jornal se deu exclusivamente por que elas recusaram os convites dos editores. Relataram, também, que *O Lampião* nasceu como fruto da visita de Winston Leyland, da Gay Sunshine Press ao Brasil em 1977 que, segundo o jornal, não foi recebido pelas mulheres escritoras que ele pretendia entrevistar para a sua antologia de autores homossexuais latino-americanos, publicada ainda em 1978 com o patrocínio do Congresso dos EUA. A presente pesquisa não conseguiu identificar as justificativas das mulheres para não terem recebido Leyland. Apesar disso, os editores afirmaram que fizeram diversos convites a elas para participarem do conselho editorial, e que, mesmo com a recusa recebida, eles se comprometeram a manter as páginas à disposição das mulheres lésbicas, pois a homossexualidade feminina e o feminismo eram pautas que o jornal tinha interesse em abordar.

A ausência de mulheres em *Lampião* não é, fique bem explicado, por culpa do seu conselho editorial: convites não faltaram, todos recusados, mas nossas colunas continuam à disposição. Uma das questões que o jornal pretende levantar é a do feminismo e, pelo menos quanto a este tema específico, as mulheres homossexuais não podem se furtar; no caso das mulheres, a discriminação é bem mais complexa e independe de suas preferências sexuais (LAMPÃO DA ESQUINA, 1978, n. 0, p. 5).

De fato, como confirma Edward Macrae (2018), durante todo o período de existência do jornal foram feitas reportagens sobre feminismo e lesbianidade. Porém, o Conselho Editorial tinha como princípio não escrever em nome delas, como afirmou Aguinaldo Silva em um documentário chamado *Lampião da Esquina* (2016), dirigido por Lívia Perez. Na citação acima referida, o Conselho Editorial relatou ter convidado as lésbicas para participarem da edição do

jornal, convite este supostamente não aceito por elas. Apesar disso, a forma como os editores trouxeram o assunto na nota evidenciou certo atrito entre elas e o Conselho Editorial, especialmente ao comunicar que a falta de mulheres no jornal se devia como uma responsabilidade exclusiva das próprias mulheres lésbicas, que rejeitaram o convite. De acordo com o Conselho Editorial, quem devia expressar-se sobre a opressão contra as mulheres lésbicas deviam ser elas mesmas, as mulheres heterossexuais e as feministas. Além disso, Silva citou algumas reportagens realizadas pelo *Lampião* sobre a temática feminina, como a

ampla cobertura do 1º e do 2º Congresso da Mulher Paulista e do Encontro Nacional de Mulheres de 1979, e o número dedicado ao 1º Encontro de Grupos Homossexuais [que] tinha na capa uma enorme foto de uma militante lésbica. [...] Foram também publicadas matérias com chamadas na capa, discutindo a discriminação sofrida pela cantora negra Leci Brançaõ [...].

Grande parte destes artigos foram escritos por mulheres, pois, *Lampião*, adotando os valores correntes da contracultura, pretendia dar a voz aos setores oprimidos da sociedade e às suas lutas políticas. Escreveram para o *Lampião* intelectuais como Mariza Correa, Lelia Gonzales, Inês Castilho, Maria Luiza Heilborn, Cynthia Sarti; foram entrevistadas Marta Suplicy, Leci Brandão, Alice Soares, Cassandra Rios, Normal Bengell, Darlene Glória, Zezé Mota, etc. Mas nenhuma destas se tornou colaboradora constante. A única mulher que participou de forma mais prolongada foi a poetisa e militante feminista Leila Mícolis, que acabou deixando o *Lampião* quando este se desentendeu com os grupos homossexuais, perto do final de sua existência (MACRAE, 2018, p. 146).

A questão das mulheres lésbicas teve uma visibilidade muito menor no jornal em comparação com a abordagem sobre a homossexualidade masculina. No entanto, há algumas chamadas públicas direcionadas às lésbicas, na tentativa de pressionar para que elas se organizassem e viessem ao jornal escrever, como foi feito na edição experimental de nº 0, citado no início do texto.

Na edição de nº 1 há uma resposta ao chamamento da edição nº 0 na forma de um texto na coluna “Opinião”, intitulado *Nossas gaiolas comuns*, assinado com o nome Mariza. Apesar de não ter sido possível aferir com maior propriedade, pode ser que a autoria do mesmo fosse da ativista Mariza Fernandes, integrante do movimento feminista que atuou no Grupo Somos, na sua “facção” (como ela denomina) Lésbico Feminista e, posteriormente, do Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), que surgiu como dissidência do Somos, como já explicamos (LAMPÃO DA EQUINA, n. 1, 1978, p. 2).

Mariza escreve o texto como resposta à provocação que os editores do *Lampião* fizeram na edição de nº 0. No entanto, segundo Sarah Pereira Gomes e Joubert de Albuquerque Arrais (2018, p. 5), não era apenas um posicionamento individual, mas um “dar a ver esses silenciamentos e invisibilidades”. A ativista observou que a luta da população negra, dos

prisioneiros, dos homossexuais, dos indígenas e das mulheres ensina que a escrita da história e a produção de conhecimento é também sinônimo de poder, pois a luta desses grupos não constava nos anais da História, o que tornaria aqueles sujeitos invisíveis. Para Mariza, o auto reconhecimento daqueles grupos, do qual ela se reconhecia como integrante enquanto mulher e lésbica, seria necessário para que tais indivíduos se sintam sujeitos da própria história, conseguindo, assim, afirmar-se e iniciar um processo de libertação. Desse modo, a autora afirma que o jornal se queixava de não ter “encontrado mulheres dispostas a colaborar com ele”, mas que era importante que os editores atentassem para o processo delas, que ainda era de indefinições e de busca de métodos organizativos, o que se intensifica em 1979, quando Mariza junto de outras lésbicas entram no grupo Somos. Nesse sentido, Mariza chamava atenção dos editores da seguinte maneira:

talvez seja saudável tentar verificar, de vez em quando, os avanços na abertura desta estrada que tem muitas trilhas. Uma estrada difícil de se abrir, está num emaranhado de noções contraditórias que nos deparamos cotidianamente, na maior parte do tempo nem sequer nomeadas, quanto mais bem definidas (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, n. 1, p. 2).

A autora destaca, ainda, que os debates sobre as “categorias sexuais”, como ela própria denominou, são pautados por um conservadorismo profundo. No texto, reconhece que as discussões pioravam quando acrescidas do “fantasma da reprodução da espécie humana”. Todavia, pensar nas tarefas que os grupos de afirmação homossexuais e por libertação das opressões deviam exercer era fundamental para o auto reconhecimento enquanto “categorias sexuais” e para a superação dos tabus sobre as sexualidades. A tarefa primordial era a de “resgatar do fundo do poço” a individualidade daqueles sujeitos invisibilizados (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Somente a partir desse encontro com a individualidade que seria possível articular uma organização com o objetivo de transformar a sociedade.

Segundo Mariza, não seria possível retirar ou ajudar a sair do armário e combater as opressões todas ao mesmo tempo. Por isso, o trabalho entre as lésbicas exigia, também, mais tempo para criar confiança. São opressões de mesma origem, mas que afetam de forma diferente cada categoria e cada indivíduo. O autoconhecimento e a compreensão sobre seu papel na sociedade capitalista seria essencial, pois assim “teremos a certeza de que cada uma dessas formas estará suficientemente fortalecida para impedir sua dominação por outras” e, dessa forma, construir uma alternativa política (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, n. 1, p. 2).

Isto é, em termos de definições sexuais, cada uma das categorias deveria ter bem claro se autodefine e como este enunciado dos atributos essenciais e específicos que a tornam inconfundível, ao mesmo tempo a relaciona com outras categorias sociais. Isto não significa um isolamento das várias categorias ou grupos fechados em si mesmos em busca apenas de sua identidade sexual (nesta sociedade nossas identidades são múltiplas), mas sim uma reflexão prévia a qualquer discussão mais geral, única maneira de reconhecer claramente os seus objetivos e interesses e que papel eles podem desempenhar ou desempenham, na luta mais ampla por igualdade social (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1978, n. 1, p. 2).

Entendemos que Mariza buscava dialogar com os editores, mas também com os leitores e leitoras do jornal, no sentido de pensar métodos organizativos apropriados para a luta contra a opressão e sua fusão com uma luta mais ampla pela igualdade social. Podemos interpretar isso, também, como uma maneira de os editores incentivar o debate sobre representatividade com o público leitor.

Mariza alertou que era necessário ter cuidado a fim de evitar a “atomização da luta”, ou seja, que as especificidades das questões das mulheres lésbicas, por exemplo, não as levassem ao isolamento e à perda da noção da luta coletiva como um todo, pois “dividir o mundo em masculino e feminino [pode levar] a acreditar que o inimigo principal da mulher é o homem - e vice-versa - e que ela é o único ser aprisionado neste mundo” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1978, n. 1, p. 2).

O conceito de “atomização social” utilizado por Mariza foi elaborado por Theodor W. Adorno (1978), pensador da Escola de Frankfurt. O autor coloca que na vida social nada poderia ser compreendido separadamente, isto é, a partir da “atomização social” não seria possível enxergar adequadamente a realidade individual e coletiva, pois os fenômenos sociais formariam uma cadeia articulada de condicionamento mútuo. Assim, o sujeito não existiria separado da coletividade que o compõe, ideia compartilhada por Mariza no referido texto. Todavia, ela aponta que é importante também um olhar para o indivíduo, que não se reconheceria pertencente à sociedade se, por outro lado, fosse impedido de perceber quem ele de fato é, o que acontece frequentemente com a população homossexual, que tem sua identidade ceifada. Por isso, salientamos a complexidade dessa compreensão e desse debate.

No caso da sociedade capitalista, por conta da exploração econômica da classe trabalhadora, o indivíduo é “atomizado” obrigatoriamente, ou seja, “setorizado” por suas identificações sociais, como estratégia de alienação para evitar que se organize com seus iguais. Dessa forma, entendemos que a atomização das lutas com a finalidade de separar a pauta apenas por separar, sem uma finalidade estratégica, não tem a menor possibilidade de produzir consciência coletiva de classe, a qual, combinada com a consciência de sua singularidade, poderá servir para a emancipação das opressões e da exploração. Para os setores chamados

“minoritários” e suas organizações, corre-se o perigo de uma setorização da sua luta ser considerada como a solução dos problemas. Por exemplo, as lésbicas organizadas apenas entre si e vivendo entre si seria a solução para o problema da sua opressão, o que sabemos que não é a solução, mas, por outro lado, é necessário que as lésbicas se auto organizem entre si para recompor a identidade e a força apagadas por uma sociedade opressora para a sua existência. Para Mariza,

ao definir o específico, enfrentamos o risco de criar novas divisões, novas separações, favorecendo uma atomização que dificultaria qualquer frente de luta comum. Levantar a questão do homossexualismo - masculino ou feminino - implica assim em questionar essa visão polarizada, tradicional. Mas se nos contentarmos em olhar as expressões do mundo à nossa volta, sem procurarmos conhecer os mecanismos mais íntimos de sua produção, a resolução nesse primeiro nível (masculino/ feminino) poderia nos parecer satisfatória. Na sua realidade concreta as coisas estão mais entrelaçadas e é só ao falarmos sobre elas, tentando organizá-las, que podemos pensar em "momentos" ou “etapas” ou seja o que for (LAMPÍÃO DA ESQUINA, 1978, n. 1, p. 2).

Percebemos que Mariza busca, com esse texto, não só responder ao conselho editorial do *Lampião* da edição de nº 0, como também aproveita para divergir das práticas autonomistas que parte da militância homossexual vinha reproduzindo. A auto organização do que ela chamou de “categorias sexuais” deve vir acompanhada de uma percepção consequente das lutas gerais dos povos oprimidos em relação às pautas coletivas da sociedade capitalista. Quer dizer, deve-se superar a

posição idealista e individualista de liberação [...] ou tentamos, todos juntos, abrir a porta da gaiola, ou permaneceremos lá dentro cada um com a ilusão de que está numa gaiola particular. Isto não significa esquecer a singularidade da situação da mulher, ou de outras situações, mas implica em ter plena consciência da gaiola-blusa vestida por todos nós, cada uma à sua maneira (LAMPÍÃO DA ESQUINA, 1978, n. 1, p. 2).

Voltando ao proposto neste subitem, a busca por reportagens e matérias que saíram no *Lampião* sobre as lésbicas antes daquela escrita por elas na edição nº 12. Em outubro de 1978, foi publicada uma matéria de capa no *Lampião* de nº 5 sobre a caça aos livros de Cassandra Rios. A reportagem esteve composta de uma entrevista que parte dos editores do *Lampião*, acompanhados de algumas mulheres lésbicas, fizeram na casa da escritora abordando diversos temas (a perseguição, o moralismo e até discos voadores). Um especial sobre a escritora, com fotografias, acompanhava a entrevista e, no final do jornal, foi publicada uma parte de um de seus novos romances como forma de instigar novos leitores. Foi uma forma de valorizar uma escritora lésbica de grande sucesso.

Outra reportagem com a entrevista de uma mulher lésbica foi estampada na capa do *Lampião* de nº 6, com a cantora e compositora Leci Brandão. Uma das porta-vozes do campo musical para a população homossexual da época. Militante do movimento negro e representante lésbica importante do nascente movimento homossexual organizado. Leci mostrou ter plena consciência do seu papel enquanto mulher lésbica e negra na luta contra as opressões e em defesa da cultura popular no Brasil e pela batalha por redemocratização. A artista foi a primeira mulher a integrar a Ala dos Compositores da escola de samba Estação Primeira de Mangueira do Rio de Janeiro no início de 1970. Leci foi uma ativista dedicada à promoção da igualdade racial, dos direitos indígenas, quilombolas e das pessoas LGBTQ+, bem como da cultura e da inserção das mulheres no meio cultural. Com certa frequência, era chamada para entrevistas no *Lampião*, também aparecendo no jornal quando este fazia a cobertura de algum evento no qual ela estivesse envolvida.

Na edição de nº 9, uma seção chamada “Ensaio populares”, a qual, segundo Geovane Batista da Costa (2019, p. 53), “surgiu após uma carta do psicólogo carioca Aristóteles Rodrigues [...] pedindo para colaborar. Assim, a seção segundo o próprio jornal, seria “uma espécie de ‘fala povo’”. Com o título de *Mulheres do mundo inteiro...*, assinado por uma leitora chamada Rita Fostes Brother, o texto lembrava que aquele era o Ano Internacional da Mulher (1978), questionando: “o que foi realizado de bom em 1978? Quais as [...] vitórias que as mulheres conseguiram neste ano que lhe foi dedicado inteirinho? Principalmente, quais foram as vitórias que as mulheres homossexuais conseguiram?” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 9, p. 4).

Para a autora do texto, tais conquistas e vitórias se resumiam à criação do *Lampião* e à publicação do *Relatório Hite*⁵² em 1976. Afirmava, ainda, que apesar do Relatório Hite ter sido censurado no Brasil, foi possível obter as informações sobre ele devido a sua ampla divulgação

⁵² *Relatório Hite: profundo estudo sobre a sexualidade feminina* foi publicado nos EUA pela historiadora e feminista Shere Hite (o título original era *The Hite report on female sexuality* e sua publicação data de 1976). Esse estudo “traz relatos de mulheres entre 14 e 78 anos em 3.019 formulários recolhidos, dos 100 mil distribuídos, e está dividido em duas partes: a primeira em que discute o orgasmo e constata que quase 70% das mulheres não o atingem com a penetração vaginal; a segunda em que elabora crítica as percepções de sexo na nossa cultura, cultura essa que reforça a vivência da sexualidade feminina articulada à função reprodutiva das mulheres [...] É em função do seu teor que o relatório alcança grande notoriedade, sendo traduzido em diversos países e chegando ao Brasil depois de 2 anos do seu lançamento. No dia 24 de maio de 1978, em sua edição de número 507, Veja publica a entrevista de Shere Hite intitulada *Contra os favores do homem* e com a chamada: ‘A visão de uma feminista que procura destruir mitos sobre a vida sexual da mulher. Nele, Shere Hite se contrapõe às concepções de que a menor incidência do orgasmo vaginal se devia a uma disfunção sexual da mulher, apontando a importância do clitóris para a obtenção do prazer feminino e contrariando as perspectivas de importantes estudiosos do ramo como Masters e Johnson’” (CRESCÊNCIO, 2011, p. 2081).

em muitos países. Os censores da ditadura brasileira, segundo Douglas Attila Marcelino (2006, p. 173), foram enfáticos ao explicar os motivos da reprimenda ao Relatório Hite:

na parte do livro de Shere Hite que abordava a temática da masturbação, o censor identificou um tratamento dado à matéria que visaria à ‘glorificação’ daquela prática. Já o homossexualismo feminino seria “enfocado como uma fonte saudável de prazer”, o que caracterizaria o trabalho como “uma apologia do lesbianismo”, sendo o tema, inclusive, “usado como bandeira de frente para a libertação da mulher”.

O relatório abalou as estruturas moralistas na época da publicação, feita pela pesquisadora norte-americana Shere Hite sobre o orgasmo feminino. A conclusão do relatório foi de que as mulheres não precisariam de relações sexuais consideradas convencionais - entre homens e mulheres - para atingir o orgasmo, podendo obterem satisfação sexual sozinhas. Essa constatação, vinda de um estudo científico, ganhou muita repercussão (SEELYE, 2020, texto digital). No Brasil, o estudo foi censurado pela ditadura. Rita Foster Brother, ainda tratando das colocações do *Relatório Hite*, criticou o jornal *O Lâmpião da Esquina* afirmando que ele estaria “acomodado” por não trazer debates mais ativos para as mulheres lésbicas, bissexuais e héteros, afirmando que as mulheres “no Lâmpia chegaram uma vez, deixaram seu cheiro e foram embora” (LÂMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 9, p. 4).

Nessa mesma edição de fevereiro de 1979 do *Lâmpião*, na seção “Cartas na mesa” (que pretendia ser um espaço no jornal para aferir “como o discurso de LÂMPIÃO chegava aos seus leitores e como estes os apropriavam” (COSTA, 2019, p. 17), um texto assinado por Carmem Lúcia, leitora do Rio de Janeiro, elogiava o jornal e fazia alguns pedidos aos editores, dentre os quais estava o seguinte:

1 - Gostaria que vocês abordassem, da mesma forma que fizeram com os homens, o homossexualismo feminino. Dessa maneira fica parecendo que as mulheres estão à margem desse processo de conscientização. Vocês poderiam fazer uma reportagem sobre isso. Sou universitária e várias colegas de faculdade pensam a mesma coisa. Eu adoro o "jornal da meninada", mas sinto falta dessa abordagem, lá (LÂMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 9, p. 14).

O pedido da leitora Carmen Lúcia aos editores é bem pertinente. Um dos motivos para a falta dessas reportagens sobre as lésbicas, escrito ou não por elas, já havia sido explicitado desde o início: os editores não estavam dispostos a escrever tais matérias; entendiam que as próprias lésbicas deveriam fazê-lo. A resposta de Mariza na edição de nº 1, sobre a provocação dos editores por elas não estarem compondo o Conselho Editorial, condensava a complexidade do debate. Entendemos que foi uma decisão das lésbicas permanecer no anonimato, naquele momento, porque ainda não haviam conseguido se organizar coletivamente ao ponto de se

fortalecer e encarar publicamente a luta. Assim, a resposta dos editores à leitora Carmen Lúcia vinha logo abaixo do seu texto:

Não tem sido fácil transar com as mulheres⁵³, Carminha. Elas enfrentam uma barra muito mais pesada, e por isso hesitam em sair à luz. Além disso, a gente quer uma aproximação não só com as homossexuais, mas também com as feministas. Aos poucos a gente chega lá (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 9, p. 14).

Percebemos, na resposta dos editores do jornal, que não há uma reflexão profunda sobre a relação com as lésbicas, indo pouco além da superfície sobre a opressão. Eles demonstram possuir conhecimento sobre a lesbianidade, provocando o coletivo para que assuma logo a tarefa. Sobre o fato de ser difícil ter uma relação mais próxima com as mulheres, eles tampouco refletem, dando a entender que a culpa era delas e que eles fariam o seu papel ao chamá-las. Os editores do *Lampião* estavam em contato com muitos movimentos sociais e seus debates, o que não justificaria uma “falta de informação” sobre os debates para explicar a subtração de reflexões mais complexas sobre as lésbicas. Nesse sentido, compreendemos que a intenção dos editores era de que não correspondia a eles falar sobre uma opressão que não sentiam na pele, contudo não conseguimos confirmar ao longo da pesquisa se se trata de respeito ao que hoje chamamos de lugar de fala, ou se foi o jeito mais fácil de eles não precisar falar sobre machismo e a opressão as lésbicas, ou ambas as coisas de forma mais ou menos consciente. Entretanto, a forma de aproximação com as mulheres lésbicas não foi assim tão exitosa, afinal, não conseguiram com que elas fizessem parte permanente do Conselho Editorial. Entendemos que a resposta dada pelos editores significava um sinal de que discordavam da posição das lésbicas (de se manterem no anonimato e não escreverem para o jornal), mas, também, não as condenavam por isso; pelo contrário, mantinham aberta as portas do jornal insistindo no método inicial: provocá-las para que elas se articulassem enquanto grupo político e social.

A edição nº 10 do *Lampião*, quase na marca de um ano de existência do mesmo, traz na seção “Esquina” um texto intitulado *Lésbicas vendem mais jornal?*. Produzido por Leila Miccolis, consistiu em uma crítica ao jornal alternativo *Repórter*⁵⁴, nº 14, que havia publicado uma matéria sobre a homossexualidade feminina. Segundo a autora, os editores do *Repórter* se propuseram a refletir sobre a homossexualidade feminina de forma superficial, evidenciando o

⁵³ A palavra “transar” utilizada pelos editores, nesse caso, consiste em uma forma de expressão com o significado de conversar/dialogar politicamente, de modo que nesse contexto não havia conotação sexual no termo “transar”.

⁵⁴ “Repórter surge em 1977 com uma missão específica: levar o tema dos direitos humanos aos trabalhadores da Baixada Fluminense. Na busca pela linguagem das ruas, o jornal agride, provoca, resvala no sensacionalismo e na escatologia. Narra um cotidiano de violência e miséria. No auge, chega a vender 100 mil exemplares [...] [é] dirigido por Luiz Alberto Bettencourt e Alex Solnik” (BALZA, 2011, texto digital).

preconceito de como tratavam do assunto. A forma caricata utilizada pela imprensa para tratar da temática LGBTQ+ foi reproduzida por aquele alternativo. Desde o editorial, o *Repórter* parece satirizar a questão homossexual. Para Miccolis,

Desde o início a linha editorial se delinea: na página imediatamente anterior à matéria das lésbicas, há a manchete: "Amor entre homens acaba tragicamente". Ilustrando a cabeça esmigalhada da vítima: é a história de um presidiário que, fora da prisão, mata outro companheiro que com ele quis ter à força relações sexuais. O final é a descrição com requintes de crueldade: violência e crime. Após os comerciais, mais entretenimento - agora com as homossexuais (LAMPÍÃO DA ESQUINA, 1979, n. 10, p. 2).

Frequentemente, os espaços que as pessoas LGBTQ+ ocupavam na grande imprensa eram nas páginas policiais, retratadas de forma patologizante ou expostas como se fossem pessoas anormais, ignorantes e perigosas. Na imprensa alternativa, apesar da lógica ser distinta, o moralismo conservador ainda imperava em relação às sexualidades. No caso da reportagem sobre a homossexualidade feminina, o *Repórter* preparou o público leitor com uma série de chamadas anteriores, gerando expectativas para a publicação da reportagem. No fim, a matéria apresentou uma série de entrevistas com mulheres lésbicas e uma psicanalista "especialista" para tratar das questões suscitadas, levantando uma série de estereótipos e preconceitos de forma acrítica.

A matéria, de autoria da jornalista do *Repórter*, Iara Reis Carvalho, iniciava com uma queixa acerca da dificuldade das mulheres encontradas em relatar suas questões mais confidenciais. Segundo Miccolis, a jornalista atacava frontalmente aquelas que não colaboraram com a reportagem da forma esperada. A matéria apresentava os depoimentos com manchetes sensacionalistas:

Numa das entrevistas, por exemplo, uma mulher diz que após a morte do marido soltou os bichos⁵⁵, mas que levou muita porrada. Manchete: "Fiscal de ônibus só soltou o bicho quando ficou viúva". Há muitas outras deturpações: - "Favelada tá doida pra experimentar" Ou: "É boa de cama e ataca de tudo" (Nem o teatro de revista tem tanta imaginação) (LAMPÍÃO DA ESQUINA, 1979, n. 10, p. 2).

O desrespeito das manchetes sensacionalistas da matéria do *Repórter*, violou a intimidade e colocou a integridade física das pessoas entrevistadas em risco, tendo em vista que uma delas, por exemplo, afirmou que seus pais ainda não sabiam de sua sexualidade, demonstrando sentir medo de se expor por ser moradora de uma cidade do interior. De forma

⁵⁵ A expressão "Soltou os bichos" na reportagem do *Repórter* é figurativa que, nesse caso, tem relação com "sair do armário".

irresponsável e antiética, a outra da reportagem identificou nominalmente a garota entrevistada, descrevendo as características principais de sua vida e sua intimidade publicamente. Miccolis compreende esse exemplo trágico como parte da ânsia em explorar comercialmente o assunto. A conclusão sobre o que é ser lésbica, que a matéria de *Repórter* induz o leitor a ter, segundo Miccolis, é a de que “as homossexuais são vazias, fúteis e sobretudo alienadas”. A autora relaciona tal fato com o comentário já citado da leitora Rita Foster Brother, quando a mesma afirma que “mulheres chegam uma vez, deixam o seu cheiro e vão embora” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 10, p. 2), ou seja, não chegam para ficar em nenhum momento.

A crítica de Leila Miccolis nos parece muito coerente com um dos objetivos que levaram à criação do *Lampião*, contrapondo-se ao papel que a grande imprensa fazia na época, e até de alguns periódicos alternativos como *Repórter*. Então, os editores do *Lampião*, representados por Aguinaldo Silva, deixaram suas impressões e opiniões logo abaixo do texto de Miccolis, relatando conhecer o pessoal de *Repórter* e afirmando que se tratam de pessoas da “maior qualidade”. Para Aguinaldo Silva, eles estão enfrentando “uma barra pesadíssima como nós, e formam com outros jornais, uma linha de frente na qual LAMPPIÃO também se instala” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 10, p. 2). Abaixo temos a capa do *Repórter* de nº14, de 1979:

Figura 7 – “Lésbicas metem o pau na repressão”



Fonte: Balza (2011, texto digital).

Nesse sentido, os editores do *Lampião* colocam-se dentro do mesmo campo e ao lado na luta contra a ditadura e pela liberdade de imprensa. Aguinaldo Silva afirmava, ainda, sobre a convicção de que a intenção do pessoal do *Repórter* era boa quando se propôs a pautar a homossexualidade feminina. Contudo, concordam com a crítica de Leila Miccolis, afirmando que a reportagem foi preconceituosa e muito sensacionalista, além de chamar de “abstrusas” (algo difícil de compreender, confuso) as declarações da psicanalista Heloneida Studart na reportagem. O posicionamento de Studart, para Aguinaldo Silva, era como uma psicanálise ortodoxa que trata a homossexualidade como um problema desencadeado pelas relações com o sexo oposto durante a fase das primeiras relações sexuais dos adolescentes. Dessa forma, Aguinaldo Silva reafirmou, mais uma vez, a cobrança às mulheres lésbicas para escreverem no *Lampião*, demonstrando certa impaciência frente à nova tentativa de aproximação com elas:

Agora, quanto às homossexuais, não vou chegar ao extremo de dizer que foi "bem feito para elas": mas é que do LAMPIÃO elas vivem fugindo. Agora, quando aparece um jornal normal disposto a entrevistá-las, elas não se furtam: entregam todo o ouro. Ficam p. da vida com o pessoal de O Repórter? Pois então vamos fazer o seguinte: que se reúna um grupo de mulheres e faça uma matéria sobre homossexualismo feminino para o LAMPIÃO [...]. Tomem vergonha na cara e assumam esse compromisso, meninas: ponham o medo de lado e aceitem o fato de que o jornal é nosso, ou seja: também é de vocês (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 10, p. 2).

Dessa vez, a nova cobrança de Aguinaldo Silva surtiu resultado. No *Lampião* de nº 11, em abril de 1979, além de trazer uma reportagem voltada para pautas do movimento das mulheres, das feministas e das lésbicas, com o título “Lesbianismo, machismo, aborto, discriminação: são as mulheres fazendo política”, na seção “Esquina”, Silva anunciou: “Extra! Mulheres chegam para ficar”. As mulheres lésbicas haviam ido em peso para a reunião do Conselho Editorial, da qual sairia a pauta para a edição de nº 12. Silva justificou, nesse anúncio, o fato de ter sido grosseiro propositalmente, afirmando que as lésbicas, ao serem “sacudidas”, deveriam “cobrar” e invadir o jornal para escreverem uma reportagem delas sobre a sua condição:

as mulheres homossexuais não devem continuar nessa de achar que, se a barra delas é mais pesada, o negócio é aceitar isso pura e simplesmente, e silenciar; elas devem é partir para conquistar, centímetro por centímetro, todo o espaço que lhes foi reservado na atual conjuntura, e dele não arredar pé, já que essa é a única maneira concreta de evitar que a barra continue pesando, ou pese mais ainda (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 11, p. 2).

O método utilizado por Aguinaldo Silva foi contestado pela leitora Telma Ramirez, de São Paulo, na edição onze, na seção “Cartas na Mesa”, em que ela contestava aquele método

duro utilizado pelo editor. Para Silva, o método foi eficiente e atingiu o objetivo final: atrair as mulheres lésbicas para que escrevessem uma reportagem no *Lampião*. Todavia, não foi suficiente para que as mesmas assumissem um lugar efetivo no Conselho Editorial. De qualquer forma, um ano após a criação do *Lampião da Esquina*, em maio de 1979, as lésbicas chegaram ao jornal. A capa da edição doze trazia a chamada: *Amor entre mulheres: (elas dizem onde, quando, como e porquê)* e na seção “reportagem”, finalmente, foi publicado um texto elaborado a muitas mãos sobre inúmeros aspectos do cotidiano, da existência e das experiências das lésbicas para contribuir com os debates neste início de formação do movimento LGBTQ+ brasileiro. Assim, as lésbicas entraram em cena e forneceram um fôlego a mais para manter acesa a chama da luta por visibilidade e liberdade.

Analisamos, até aqui, onze exemplares do *Lampião*, buscando examinar a representação das mulheres lésbicas no jornal. Agora, chegamos à edição de nº 12, de maio de 1979, quando apareceu a primeira reportagem sobre lésbicas. Ao longo das edições, percebemos que diversas leitoras também reivindicaram reportagens sobre a homossexualidade feminina. Percebemos, ainda, que a cobrança, principalmente aquelas assinadas por Aguinaldo Silva, que chegaram a ter um aspecto duro e provocativo, e que, segundo ele, deram certo, pois um ano depois elas chegaram para integrar a redação do jornal naquela edição nº 12. As mulheres lésbicas, por sua vez, deixaram claro, desde a edição de nº 1 (quando Mariza respondeu ao chamado da edição nº 0), que as lésbicas tinham um processo de organização das ideias individuais e coletivas que demandava outro tempo daquele vivenciado pelos homens gays. O medo que permeava sua existência foi fator determinante para que não viessem a público naquele momento, tendo em vista que a sua auto-organização política estava dando os primeiros passos em 1979. Nesse sentido, elas conseguiram se desvencilhar de uma das “camadas” da opressão que sofriam, indo em busca do seu lugar de direito.

4.2 As lésbicas entram em cena: “nós (também) estamos aqui”

Figura 8 - Título do primeiro texto escrito pelas lésbicas no *Lampião*



Fonte: *Lampião da Esquina* (1979, n. 12).

A palavra “também”, foi inserida no título como se estivesse ocupando um espaço, podendo ser essa uma interpretação da imagem em forma de palavras, da "brincadeira" que elas resolveram fazer com as palavras da chegada das mulheres lésbicas ao jornal.

Como mencionamos, a organização política das mulheres lésbicas durante a ditadura está inserida no contexto de retomada das ruas e das lutas pela redemocratização do país no final da década de 1970 e início de 1980. Os movimentos sociais irromperam com muita força, desde LGBT+, negros e negras, feministas, movimentos de luta por moradia, contra a carestia, greves dos operários e operárias, manifestações estudantis, entre outros. A política econômica do período final da ditadura resultou em uma maior precarização da vida e do trabalho da classe trabalhadora. Particularmente, houve uma mobilização forte por parte das mulheres, a partir do Movimento Contra a Carestia e Contra o aumento do Custo de Vida⁵⁶, além de organizarem um fundo de greve para os trabalhadores das indústrias do ABC paulista. Nesse sentido, muitas delas participaram e, inclusive, lideraram a pressão pela aprovação da Anistia.

Havia um crescente movimento feminista nas universidades e na classe média, composto majoritariamente por mulheres brancas e heterossexuais. As mesmas, todavia, recebiam críticas do movimento das mulheres negras e das mulheres lésbicas, que percebiam que suas demandas não eram contempladas por aquelas. Tais críticas não significam dizer que todas as mulheres do movimento feminista não estavam aliadas e alinhadas aos debates das mulheres negras, lésbicas, transexuais e travestis; contudo, grande parte do movimento defendia pautas que não incluíam aquelas outras, atingidas pelas mazelas produzidas pelo racismo, elitismo e pela “LGBT+fobia” que o movimento feminista, em parte, também reproduzia. De certa forma, era uma articulação bastante dividida quanto às linhas de atuação. No entanto, a pauta estava em aberto.

Uma das disputas girava em torno do debate de juntar-se às trabalhadoras na luta por melhores salários e condições de trabalho, pelo direito ao acesso a creches e contra o custo de vida, na reivindicação pela redemocratização; ou b) assumir a luta mais restrita à sua existência individual enquanto mulheres a partir de pautas que dizem respeito ao coletivo, como o machismo, o patriarcado, a opressão sofrida em casa sobre seus corpos, sem, no entanto, uma atuação política de recorte classista, de raça ou de sexualidade. Esta última alternativa acabava

⁵⁶ “É criado em São Paulo o Movimento do Custo de Vida (mais tarde Movimento Contra a Carestia), que organiza a população mais pobre em torno de questões como inflação, custo do abastecimento e arrocho salarial. O movimento se estruturou em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), uma nova forma de organização popular estimulada por bispos, padres e agentes pastorais da igreja católica. As CEBs cumpriram importante papel na educação política, mobilização e organização popular, na luta pela democracia e pela conquista de direitos dos trabalhadores, nas cidades e no campo” (ALTA..., 2017, texto digital).

sendo limitada e não inclusiva, visto que uma ampla adesão do feminismo enxergava a mulher como uma categoria homogênea, cuja opressão era vista como um fator que as atingia a todas igualmente, não importando as especificidades de classe, raça e sexualidade. Tal estratégia, infelizmente, não contemplava a realidade da maior parte das mulheres da população brasileira.

Outra polêmica entre as feministas envolvia as lésbicas, pois falar sobre elas era um assunto “tabu”, gerando certa resistência por conta do estereótipo imposto pela sociedade às mulheres feministas, que eram frequentemente caracterizadas por palavras ditas de forma pejorativa como “fanchonas” e “sapatonas”, em alusão às mulheres lésbicas, querendo dizer que eram mal amadas, que eram inferiores, entre outras conotações, todas depreciativas. Tal fato pressionou as feministas a não aceitarem as pautas das lésbicas assumidas.

O *Lampião*, nº 11 de abril de 1979, fez a cobertura do Primeiro Encontro Nacional de Mulheres no Rio de Janeiro e do Primeiro Encontro da Mulher Paulista, ambos ocorridos no ano de 1979. Nos dois encontros ficou evidenciado o silenciamento e o distanciamento do feminismo com as pautas das mulheres lésbicas, assim como também, com as das mulheres pretas, das mulheres da periferia, das travestis e das prostitutas. Em um dos textos da reportagem sobre o Encontro Nacional de Mulheres, é afirmado que durante todas as atividades, nada se falou sobre as mulheres lésbicas, como se elas não existissem, mesmo estando presentes, inclusive, na mesa que coordenava o espaço (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 11, p. 9).

Em março de 1979, em um debate sobre as “minorias”, organizado por estudantes da USP, o grupo “Somos de Afirmação homossexual” esteve presente em uma das mesas, no que foi sua primeira aparição pública enquanto organização. Depois do debate, cerca de quinze lésbicas somaram-se ao coletivo que, até aquele momento, era integrado apenas por homens. Mariza Fernandes foi uma das ativistas que entraram para o grupo na intenção de construir o movimento homossexual, pautar o feminismo e reivindicar a atuação nas lutas sociais que explodiam no país contra a ditadura e pela redemocratização (FERNANDES, 2019, p. 129). Segundo Fernandes (2019, p. 126), as dificuldades do primeiro grupo de lésbicas para iniciar sua organização eram, principalmente, duas: em primeiro lugar, era estar diante do que ela denominou de “estado político militar, de direita”, profundamente moralista; em segundo lugar, o enfrentamento político com a “esquerda ortodoxa”.

Assim, as lutas para a promoção da visibilidade, respeito, expressão da sexualidade lésbica e por justiça, bem como contra a opressão social e policial, nasceram de forma inseparável da luta por liberdade e contra a ditadura. A segunda dificuldade foi o enfrentamento [...] [com a] esquerda ortodoxa, que não compreendia que a urgente necessidade de se pensar a sexualidade, o racismo, o machismo e o patriarcado,

conjuntamente com as demais causas sociais, era um instrumento fundamental para a mudança da estrutura social e o fim da opressão existente (FERNANDES, 2019, p. 126).

Seis meses após a entrada das lésbicas no Grupo Somos, elas resolveram fazer uma “fração” dentro do grupo diante da necessidade de incluir o debate sobre suas especificidades enquanto mulheres lésbicas, além de discutir o feminismo e se fortalecer para conseguir, também, colocar suas ideias na coordenação daquele grupo. Nesse sentido, fundaram a Fração Lésbico Feminista fração dentro do Somos, mais conhecida como Lésbico Feminista (LF). Dessa forma, puderam assumir a “luta feminista e se organizaram como um subgrupo específico, o LF, passando a partir do mês de dezembro a integrarem a coordenação do II Congresso da Mulher Paulista” (FERNANDES, 2019, p. 129).

As mulheres do LF passaram a coordenar o II Congresso da Mulher Paulista, que aconteceu em março de 1980, na intenção de abrir o debate sobre a sexualidade lésbica, invisibilizado no I Encontro. Segundo Fernandes, apesar de não terem sido bem-aceitas, estavam lá. Para demonstrar que a presença de lésbicas assumidas não seria aceita no Congresso, houve uma intervenção em um painel que as lésbicas haviam montado no saguão da PUC/SP intitulado *Amor entre mulheres*, com a exposição de fotografias. De acordo com Fernandes (2019, p. 129), “o painel não resistiu e, pouco tempo depois, foi encontrado destruído, com as fotos rasgadas e jogadas ao chão”. Assim, “a presença do LF, na coordenação e no congresso, criou uma situação incômoda e várias formas de preconceitos foram sentidas. Assim, para contornar e causar menos controvérsias usou-se mais o nome do Grupo Somos do que o Lésbico Feminista” (FERNANDES, 2019, p. 129).

Segundo, Fernandes (2019), primeiramente, as lésbicas ficaram todas em um grupo de trabalho durante o Encontro, que tinha outros oitenta grupos. No segundo dia, elas mudaram a estratégia e se dividiram entre os mesmos. No entanto, o clima do evento foi percebido como hostil a sua presença, que não conseguiam expressar suas ideias como pretendiam. As lésbicas avaliaram como “traumatizante” sua primeira inserção organizada no movimento feminista.

As mulheres ligadas a organizações políticas de uma esquerda autoritária, centralizadora, patriarcal e reacionária pregavam não existir violência contra a mulher, mas sim a violência ditatorial contra homens e mulheres da classe operária, e que propostas de se refletir sobre as especificidades das mulheres eram pequeno-burguesas e elitistas e que pouco interessavam ao povo e à revolução. Chegaram a repudiar o II Congresso, acusando-o de ser divisionista da luta de classes (conhecida como “luta maior”) e contrário à luta contra a ditadura (FERNANDES, 2019, p. 129).

Uma das ações coletivas articuladas a partir deste Encontro feminista foi a organização de uma moção de apoio às prostitutas, muitas delas mulheres transexuais e travestis, que vinham sofrendo violências e extorsões diárias da polícia de São Paulo (a já comentada situação envolvendo a “operação limpeza” promovida pelo delegado Wilson Richetti, que atingia as mulheres lésbicas e demais homossexuais, transexuais e travestis, além da população negra). O manifesto foi assinado por diversas organizações e pretendia ser lido ao final do Congresso:

vinte e quatro assinaturas, entre grupos feministas, de homossexuais, de lésbicas [...] Movimento em Defesa do Menor; Comitê Brasileiro pela Anistia/SP; UNE, UEE/SP, Associação dos Docentes da USP, Frente Nacional do Trabalho; Jornal Terra livre, Centro Pastoral Vergueiro, advogados e professores da PUC; OAB; o reitor da Universidade de Piracicaba e deputados (FERNANDES, 2019, p. 130).

Todavia, o manifesto não pôde ser lido devido às “ações premeditadas”, segundo Marisa Fernandes, por parte de mulheres que foram para “tumultuar” o Congresso, “dispostas a substituir a mesa democraticamente escolhida para dirigir os trabalhos. Não conseguindo isso, chegaram até a agressão física e invadiram o palco, assustando o plenário e impedindo o encerramento” (FERNANDES, 2019, p. 130). Fernandes não citou nomes ou organizações responsáveis pelo ocorrido. Em razão disso, o manifesto não foi lido e o encerramento do Congresso foi adiado para dias mais tarde, somente com a presença da comissão organizadora.

As integrantes do LF foram para esse Congresso de forma mais organizada. Um panfleto manifestando o repúdio à violência contra as mulheres foi distribuído entre todas as participantes do evento. O documento teria sido “o primeiro a tratar da questão da violência doméstica e sexual que circulou no Movimento Feminista” (FERNANDES, 2019, p. 130). Nele questionava-se que a segurança pública não estava voltada para a proteção da população cidadã, mas sim, para a repressão às manifestações dos trabalhadores, estudantes e movimentos sociais. Uma das questões levantadas no panfleto foi a (ainda atual) pauta do movimento feminista: a violência sexual. As mulheres reclamavam que viviam uma espiral crescente dos casos de violência e que aquelas que davam o passo no sentido da abertura de inquérito eram “submetidas a um vergonhoso exame pericial e mesmo quando os indícios provam o estupro, ainda assim a polícia mostra-se omissa” (FERNANDES, 2019, p. 131). Exigiam uma revisão do Código Penal em relação ao estupro, reivindicando o fim da impunidade dos criminosos, conclamando as mulheres a denunciar e se apresentando a elas como um grupo de apoio que pretendia somar na luta pelos seus direitos. Assinado pela Ação Lésbica-Feminista do Grupo Somos, o documento ainda indicava um escritório de advocacia que apoiava o movimento, o Centro Jurídico XI de Agosto (indicando também telefones para contato e horários de atendimento).

Esse documento elaborado e distribuído pelas lésbicas do LF demonstra o avanço da organização do grupo. Além disso, confirma que elas foram para pautar problemas comuns às mulheres em geral (e não apenas às lésbicas), isto é, que também estavam alinhadas com as pautas feministas mais “gerais”. Portanto, compreendemos que as lésbicas do LF estavam ideologicamente convictas de que necessitavam da unidade na ação para avançar na luta e que não estavam travando uma batalha “divisionista” dentro da luta da classe trabalhadora.

Os atritos entre as feministas lésbicas e heterossexuais não aconteceram somente em São Paulo, no Rio de Janeiro ou no Brasil de forma geral. O debate entre os dois setores estava inserido em um contexto internacional de ascensão do movimento das mulheres lésbicas, dentro do contexto geral de organização política das feministas. Ao pesquisar sobre a organização de mulheres lésbicas, nos anos finais de 1970, Zuleide Paiva da Silva (2017, p. 5) afirma que

A literatura feminista mostra que a experiência brasileira não é isolada. A tensão entre lésbicas e feministas heterossexuais é relatada em diferentes países, a exemplo da Espanha (BARBADILLO, 2008), América Latina (YUDERKYS, 2004), México (HERNANDÉZ, 2006), dentre outros. Esses estudos, para além de evidenciarem o quanto o feminismo heterossexual da segunda onda (anos 70 e 80) foi refratário às suas questões específicas, evidencia que a luta pela livre orientação sexual e pela autonomia é o que mais se destaca no surgimento dos primeiros coletivos de lésbicas de cada país.

Nos países da América Latina dos anos 1970 percebemos um profundo moralismo conservador que envolvia o cotidiano das relações lésbicas. Tanto nos setores trabalhistas quanto nos familiares e estudantis, o moralismo conservador estava na base da ideologia dominante, ou seja, figurava como um dos alicerces para a manutenção do sistema capitalista, presente em todas as instâncias da vida cotidiana. A necessidade de garantir uma moralidade conservadora é fundamental para

regulamentar e administrar as relações sociais de forma a manter a (re)produção do modo de produção capitalista e da sociabilidade vigente. Assim, dentro desse marco ideológico se encontram o patriarcado, o sexismo, o racismo, o heterossexismo ou a heterossexualidade compulsória. Essas ideologias alimentam constantemente o preconceito e a discriminação que afetam inúmeras vidas, dentre elas a da população LGBT. Esses fenômenos se apresentam na contemporaneidade como expressões da questão social advindas de um sistema de produção alimentado pela desigualdade social entre as classes (MENEZES; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018. p. 2).

Para as lésbicas, a auto-organização, como vimos, foi ainda mais difícil se comparada com a dos homens gays. As mulheres lésbicas acumulam duas condições de opressão, o ser mulher e o ser lésbica (enquanto que à mulher negra sobrepõe-se, ainda, o peso do racismo). Esta sobreposição de opressões é uma das especificidades da condição vivida pelas lésbicas.

Segundo Daniel Borrillo (2015), ao fato de serem lésbicas, associam-se às opressões de gênero e de sexualidade, o que configura uma forma específica de preconceito, que nos dias de hoje é chamado de lesbofobia:

A lesbofobia constitui uma especificidade no âmbito de outra; com efeito, a lésbica é vítima de uma violência particular, definida pelo duplo desdém que tem a ver com o fato de ser mulher e homossexual. Diferentemente do gay, ela acumula as discriminações contra o gênero e contra a sexualidade (GUILLEMAUD *apud* BORRILLO, 2015, p. 27).

A invisibilidade histórica é um dos produtos das condições de opressão, sofrida pelas mulheres lésbicas. Guillemaud (*apud* BORRILLO, 2015, p. 27) argumenta que “o que caracteriza as lésbicas nas relações sociais baseadas no gênero é o seguinte fato: em razão de sua feminilidade, elas são invisíveis e silenciosas”. O que significa dizer que muitas mulheres que tiveram relações com outras mulheres ao longo da história não foram detectadas. Desse modo, o papel social da mulher é determinado a tal ponto que não há suspeitas de que ela possa gostar sexualmente de outra mulher. Devido a isso, em muitos códigos jurídicos não havia penalidade para a homossexualidade feminina da mesma forma como houve para os homens gays. Nesse sentido, Borrillo (2015) cita o caso da rainha Vitória no século XIX, que no momento das atualizações das penas contra as relações sexuais entre homens, indagada sobre a impunidade das relações entre as mulheres, a rainha responde: “Como punir algo que não existe?”. Além disso, Borrillo (2015, p. 29) aponta também que em 1889, no livro de R. Von Krafft-Ebing, o autor diz “em relação às mulheres, trata-se raramente de uma autêntica homossexualidade, mas sobretudo de uma pseudo-homossexualidade”. Tais exemplos representam parte do apagamento e silenciamento das lésbicas ao longo da História. Entretanto, o autor sustenta que, apesar das lésbicas terem sido menos punidas nos códigos jurídicos, isso não significa que havia maior tolerância às suas sexualidades “desviantes” do padrão heteronormativo, mas que

pelo contrário, essa indiferença nada mais é do que o sinal de uma atitude que manifesta um desdém muito maior, reflexo de uma misoginia que, ao transformar a sexualidade feminina em um instrumento do desejo masculino, torna impensáveis as relações eróticas-afetivas entre mulheres [...] os jogos sexuais entre as mulheres são sistematicamente representados para excitar o homem (BORRILLO, 2015, p. 29).

É no instante em que elas contestam o status quo que lhes é imposto pela sociedade patriarcal, como prossegue o autor, que o menosprezo histórico pela sexualidade feminina se torna violência contra elas. Esta violência aparece de variadas formas, seja física, verbal,

econômica ou estrutural. A violência advém da Igreja, da moral conservadora, da polícia, da medicina, da família, de indivíduos próximos ou não. Nessa perspectiva, enquadrámos a experiência das mulheres lésbicas brasileiras e o seu “atraso” em relação às lutas dos homens gays em se auto organizarem após séculos de opressão.

Antes de passar para a análise da reportagem das lésbicas para o jornal *O Lâmpião da Esquina*, que as coloca em cena para expressarem a sua existência e pintarem seus corpos, dores e cicatrizes com as tintas da visibilidade, é importante relatar, ainda, a sua atuação na organização do I Encontro Brasileiro de Homossexuais (I EBHO) e de um encontro prévio chamado de Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) em 1980, do qual participaram duas integrantes do LF. Conforme Regina Facchini (2003, p. 91), “em 1980 ocorria, de 4 a 6 de abril, na cidade de São Paulo, o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) que foi fechado [somente para] grupos homossexuais e seus convidados, e o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)”.

O I EGHO foi realizado no Rio de Janeiro no final de dezembro de 1979 na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Dele, participaram 61 pessoas (11 lésbicas e 50 homens gays). Para organizar o encontro, não foi tarefa fácil, o primeiro obstáculo era encontrar lugar para a realização do evento, tendo em vista que muitos espaços não queriam associar seu local com uma ação organizada por homossexuais. Segundo Fernandes, as lésbicas conseguiram realizar o evento no Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da Medicina da USP, através das articulações do LF na pessoa da militante Alice de Oliveira.

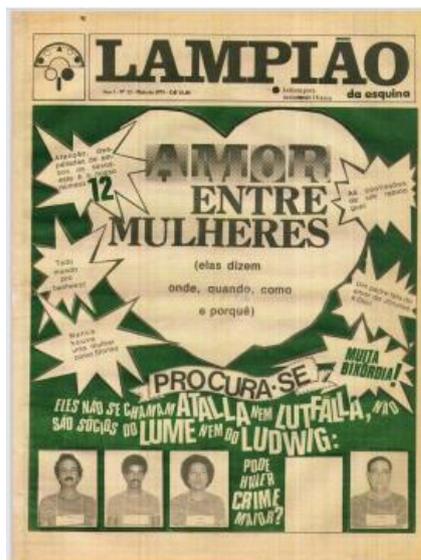
As lésbicas do LF foram as responsáveis pela impressão (xerocópias) dos documentos que circularam durante todo o evento. A Marisinha Nunes trabalhava em uma copiadora que ficava na cidade de Santo André e a Alice de Oliveira tinha uma moto, daí inúmeras idas e vindas de uma cidade para a outra com calhamaços de papéis impressos. A nossa saudosa Wilma Maria Monteiro fez a gravação do I EGHO com uma câmara Super 8 e as fotógrafas Cristina Calixto, Fany e Silvana registraram tudo (FERNANDES, 2019, p. 132).

As integrantes do LF foram bastante organizadas para os Encontros. Marisa Fernandes afirma que Francisco Bittencourt, ao relatar o Encontro no *O Lâmpião da Esquina* de maio de 1980, expressou sua visão sobre o LF: “não se pode deixar de dar destaque ao mais coeso, mais treinado para falar, mais articulado e mais coerente dos grupos presentes ao Encontro, que é o LF” (FERNANDES, 2019, p. 132). Esse destaque de Bittencourt demonstra a importância de um espaço próprio para as lésbicas se auto organizarem. A auto-organização das lésbicas permitiu que elas tivessem um espaço para a formação de seus quadros políticos, para o fortalecimento e para a prática da fala e da liderança organizativa. Desta forma, no primeiro

Encontro da população homossexual, as lésbicas, sempre invisíveis, tiveram um lugar de destaque e garantiram o acontecimento do evento.

4.3 Elas por elas: o amor entre mulheres no *Lampião da Esquina*

Figura 9 – “Amor entre mulheres”



Fonte: O Lampião da Esquina (1979, n. 12).

A primeira conclusão a que chegam as mulheres lésbicas, logo no primeiro texto da reportagem que escrevem para *O Lampião da Esquina*, é de que elas estão unidas contra a repressão. Repressão esta que, de tão entranhada nas estruturas da sociedade, adquiriu, também, a forma de uma autocensura e uma autonegação. É por esse caminho que elas começam a conversar: “chegamos atrasadas”, dizem elas, não apenas ao *Lampião da Esquina* (depois de um ano de sua existência). Historicamente escondidas pela opressão, foram vindos à público de maneira lenta, até conseguirem entrar em cena, olhar para si e se enxergarem sem culpa, sem receio para si mesmas, aceitando-se como normais e entendendo o seu lugar na sociedade, tanto aquele imposto quanto aquele desejado. Uma compreensão de que deviam se unir e se organizar para conquistar aqueles direitos tão desejados e necessários. Organizar-se coletivamente para lutar por visibilidade foi consequência da necessidade de colocarem em prática seu modo de viver, o que só foi possível a partir dos anos finais da ditadura brasileira. As cinco páginas de reportagem do *Lampião da Esquina* nº 12 foram aliadas desta caminhada. Trata-se de uma matéria dividida por quatro textos: “Nós (também) estamos aí”, “Não somos anormais”, “Então, por que tanta repressão?” E “Só queremos ser entendidas”. Ao final do último texto, o Grupo

Somos assinou a matéria e acrescentou a caixa postal do coletivo para quem quisesse contatar. Cabe ressaltar que nenhum dos textos foi assinado individualmente por temer à repressão que ainda rondava a situação das mulheres.

Esse processo de tomada de consciência levou séculos para ser inserido em um contexto mundial de transformações sociais e de questionamento dos valores ocidentais impostos pelo sistema capitalista. No Brasil da ditadura, após quase duas décadas de repressão, opressão e medo, o início da abertura política, no final dos anos de 1970, significou uma brecha, mesmo “atrasadas” (tudo acontece como confluência de conjunturas históricas, políticas, sociais, econômicas e etc.). Assim, os contornos de liberdade começam a prevalecer sobre a invisibilidade. Como apontou James Green em entrevista para a *Carta Capital*, o movimento homossexual no Brasil se estruturou pelo menos dez anos depois em comparação com os debates que vinham ocorrendo na Europa Ocidental e EUA na década de 1960, devido os desdobramentos resultantes da imposição do AI-5:

Os anos de 1967 e 1968 foram muito importantes mundialmente porque foi um momento de questionamento de papéis de gênero, sexualidade e identidade. Surgem novas propostas identitárias, movimentos sociais de gays tanto na Europa, quanto nos EUA e América Latina. Aqui no Brasil também surgem, nesse período, novas maneiras de entender o corpo, a sexualidade e o gênero. E depois de um ano muito intenso de mobilizações contra a ditadura veio o AI-5, em 1968, que abafou totalmente qualquer possibilidade de formação de novos movimentos sociais (O AI-5..., 2014, texto digital).

À luta das mulheres lésbicas são adicionadas três camadas de opressões, como afirmam na reportagem, trata-se de uma mulher lésbica e negra, já na introdução do primeiro texto evidenciam o recorte de raça e classe como fundamental para pensar estratégias de resistência e combate às opressões, pois, por mais que todas as lésbicas sejam vítimas da repressão, há nuances e matizes evidentes.

A repressão perpassa todas as esferas do nosso existir. O fato de sermos mulheres homossexuais duplica a repressão. Além de mulher, ser homossexual é muito, né? Quer ver muito mais? Mulher, negra, homossexual. Quer ver mais? Nós estamos atrasadas porque os valores garantidos pelos esquemas repressivos têm conseguido um desempenho eficaz. Nós estamos atrasadas porque eu, você, aquele ali, aquela outra, nós enfim, também assimilamos essa repressão toda. Nós estamos atrasadas, mas nos propondo, na atualidade e parafraseando Caetano, a — meter o cotovelo e ir abrindo caminho. O tempo passa, mas na raça nós chegamos lá. As coisas têm de mudar (LAMPÍÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 7).

O texto, intitulado *Nós também estamos aí*, procura problematizar a lesbianidade a partir das dimensões de raça, classe e gênero. Fica explícito o fato das autoras trazerem as influências

no pensamento do movimento feminista, lésbico e negro dos EUA, difundindo ideias acerca das sobreposições das opressões, como destaca Alexandre Magno Maciel Costa e Brito (2016). Segundo o autor, a compreensão da intersecção de opressões surge nos anos de 1970; percebemos a influência da mesma na análise das lésbicas para o *Lampião*, problematizando as questões de raça, classe e gênero nas relações sociais, expandidas por teóricas e militantes que questionam, principalmente, o feminismo branco de classe média, que não abrange e não se aproxima (ou tenta se aproximar) das mulheres trabalhadoras, pretas, lésbicas e transexuais desconhecendo as suas especificidades. Dessa maneira, “a utilização da interseccionalidade, como lente que possibilita ler essas várias dimensões citadas, amplia as discussões sobre a opressão vivida por essas mulheres” (BRITO, 2016, p. 79). O conceito de interseccionalidade foi utilizado por parte dos movimentos sociais e tem sua origem nos EUA na década de 1970, no movimento conhecido como *Black Feminism*, cujo manifesto do Combahee River Collective⁵⁷ se tornou referência até os dias de hoje. O conceito de interseccionalidade alcança

O franco sucesso [a partir da] segunda metade dos anos 2000, pode-se dizer que sua origem remonta ao movimento do final dos anos de 1970 conhecido como Black Feminism (cf. Combahee River Collective, 2008; Davis, 1981; Collins, 1990; Dorlin, 2007), cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo (HIRATA, 2014, p. 62).

Segundo a reportagem citada do *Lampião*, apesar das lésbicas reconhecerem que “chegam atrasadas”, nunca deixaram de estar presentes. Decidiram, por isso, colocar tintas sobre essa invisibilidade e demonstraram consciência histórica do significado dessa “primeira tentativa de existir publicamente”. Por isso, sem dúvida, a oportunidade de ocupar esse espaço especial em *O Lampião da Esquina* virou um marco histórico e permitiu que as lésbicas dessem um passo a mais na luta pelos seus direitos básicos e pela reivindicação da escrita da sua própria história.

Marisa Fernandes (2019) pontua que o medo da repressão ainda imperava entre elas; medo tanto do Estado quanto da sociedade, do âmbito familiar, do trabalho ou do local de estudo. Por isso, decidiram não assinar os textos com seus nomes completos, por temerem possíveis represálias. Foram vinte e cinco mulheres lésbicas que se reuniram para elaborar a matéria: “além das integrantes do LF, foram convidadas lésbicas do grupo misto, do Eros e outras independentes [...] contaram com assessoria de uma grande jornalista (não identificada), que trabalhava na revista ‘Visão’” (FERNANDES, 2019, p. 134).

⁵⁷ O Coletivo Combahee River foi uma organização feminista negra e lésbica ativa em Boston, entre 1974 e 1980. Ver Perry (2020).

A edição de nº 12 marcou, também, o primeiro aniversário do jornal. O segundo destaque da capa, depois da chamada da matéria sobre as lésbicas, foi a atualização do já comentado processo do Estado contra os editores do jornal por produzirem material supostamente atentatório “à moral e aos bons costumes”. Portanto, foi uma edição muito relevante para a luta das pessoas LGBTQ+ no Brasil. Se por um lado naquela edição o jornal completava um ano e comemorava a chegada das lésbicas para uma reportagem, por outro também evidenciava a persistência da perseguição, a censura sofrida pela comunidade LGBTQ+ em um ano que, contraditoriamente, dava continuidade à abertura política. Apesar dessas contradições, a luta dos homossexuais encontrou brechas para expressar-se. Nesse sentido, os editores “fincaram os pés no chão” e, sem recuar, prosseguiram com o jornal, sem medo do processo em andamento.

Retomando a capa da edição nº 12, de maio de 1979, encontramos a seguinte chamada: *Amor entre mulheres: elas dizem onde, como, quando e porquê*. As lésbicas do LF ajudaram a divulgar e vender o *Lampião* entre as lésbicas, desde o seu início, principalmente junto ao público que frequentava os bares do gueto gay em São Paulo. De acordo com Fernandes, o coletivo LF aceitou prontamente o convite para participar da reportagem da décima segunda edição, o que demonstra o amadurecimento da organização e seu fortalecimento. O atraso “atraso” era justificado pelo seu processo distinto de auto-organização (e que aconteceu, basicamente, um ano após as primeiras tentativas de organizações de homossexuais masculinos). Apesar disso, quando elas “chegaram”, “botaram a cara” e lutaram por seus direitos e sua afirmação, deixando registros no jornal e na luta lésbica. Nesse sentido,

o “atraso” das lésbicas devia-se à repressão que se expressava tanto no autoritarismo da ditadura militar, quanto nas práticas sociais e culturais reforçadas pela heterossexualidade compulsória, que delimita os lugares designados às mulheres dentro dos limites estabelecidos pelo patriarcado (RICH, 2012 [1980]: 23-34). Negasse, assim, a existência lésbica por meio do tabu da homossexualidade feminina, do reforço ao casamento e da presunção de que todas as mulheres são heterossexuais. As lésbicas são forçadas a negar sua existência nos âmbitos público e privado, tanto no trabalho como na família, devendo desempenhar um papel feminino, de “mulher de verdade” (KUMPERA, 2018, p. 4).

Através da reportagem no jornal, desejavam mostrar o que eram a partir de si mesmas. Nesse sentido, afirmaram que “existem várias maneiras, as mais diversas, de sentir, praticar, viver a homossexualidade” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 7). Isto é, ser lésbica não significava seguir necessariamente o padrão imposto, estereotipado e pejorativo de “machorra”, de mulher ativa e passiva. O que existe, segundo elas, é uma diversidade sem fim de viver a homossexualidade, e o que há em comum entre todas é a repressão social e cultural

sobre seus corpos. Não fosse a repressão/opressão, a homossexualidade seria apenas mais uma expressão da sexualidade humana.

Até onde pudemos constatar, vimos que, se existe alguma coisa de comum às homossexuais, alguma coisa indiscutivelmente presente a todo tempo, essa coisa é a repressão. Por isso resolvemos começar por aí. Começar procurando entender a repressão que nos cerca e nos envolve. Repressão que se transforma, muitas vezes, em autorrepressão, em autonegação, em culpa (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 7).

A necessidade de se organizar como forma de viabilizar sua existência na sociedade fez da introdução da reportagem do *Lampião* um momento para justificar a “demora” da chegada das lésbicas no jornal, porém, não como um “muro de lamentações”. Como elas apontaram, transformaram a tomada de consciência em ação. Para avançar, afirmaram que “ninguém melhor do que o oprimido para falar de sua opressão” e, assim, se colocaram concretamente na disputa política por seus direitos, dentre eles o mais básico: o de existir.

Nós estamos atrasadas porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade. Nós estamos atrasadas, mas não queremos fazer isso virar um meia culpa, um muro de lamentações. [...] nós estamos atrasadas, mas ninguém melhor do que nós para lutar contra a opressão a que estamos submetidas. Já lemos n'algum lugar: "ninguém melhor do que o oprimido para lutar contra sua opressão" (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 7).

O texto da reportagem reforçou que existem inúmeras formas de homossexualidade feminina, e não apenas aquela que reproduz os papéis de gênero impostos pela sociedade patriarcal. Questionou, também, o retrato feito pela grande imprensa da lésbica “macho” e o tom em histórias trágicas (diferente das inúmeras histórias também trágicas que aconteciam entre heterossexuais nas quais a sexualidade do casal não era explicitada como fator fundamental) que as apresentavam como desequilibradas e potenciais criminosas.

Sobre as feministas, as mulheres lésbicas lamentavam o seu silêncio, acrescentando que a formulação mais avançada delas a respeito da sexualidade feminina estava na *Carta dos Direitos de Mulher*⁵⁸. Apesar da crítica, mesmo assim havia muita influência do feminismo em alguns dos debates que as lésbicas do *Lampião* estabeleceram, especialmente quanto aos papéis de gênero impostos pela sociedade machista. Uma das formas fundamentais da violência contra as lésbicas relacionava-se à reprodução, um papel central relegado às mulheres na sociedade

⁵⁸ “que sexualidade feminina não deve ser vista apenas como a serviço da reprodução. Quer dizer: nos comporta, mas não refresca muito” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 7).

machista, o de gerar filhos. Em função disso, por não terem suas relações baseadas no objetivo-fim de reproduzirem-se, mas sim baseadas em afeto e em uma sexualidade fora dos padrões heteronormativos, as mulheres lésbicas sofriam a pecha de serem consideradas “anormais”.

Já vimos que o tratamento violento contra elas se manifestava através de agressões físicas, mas, também, pela suspeição permanente a que estavam sujeitas: suspeitava-se da sua “normalidade”, natureza, índole, sanidade mental e do seu caráter. Além de tudo, muitas vezes eram tratadas como pervertidas e potenciais criminosas. Tudo isso era refletido no conjunto de matérias que compunham a reportagem, que também destacava que sofriam agressões verbais, sob a alegação de que supostamente “algo faltava” na relação sexual entre elas (em referência à figura de um pênis). E lembrava-se que as ciências médicas, que não separaram os dogmas morais da sociedade cristã e machista, haviam contribuído para justificar as ações violentas sobre elas por parte do Estado ou pela intolerância existente na família, no trabalho, na escola, nas ruas.

Ai mesmo os pioneiros das pesquisas sobre sexo, que viveram no fim do século passado, não conseguiam separar suas conclusões científicas das opiniões generalizadas na sociedade. Um deles, Richard Krafft-Ebing escreveu: "Toda expressão do instinto sexual que não corresponde às finalidades da Natureza, isto é, à reprodução, deve ser considerada pervertida". Ninguém ousou negar isso, nem os médicos da época (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 8).

As ideias de Krafft-Ebing foram introjetadas de maneira tão forte que perduram no tempo, apesar da significativa transformação no pensamento sobre as sexualidades proposta, principalmente, por Sigmund Freud, no início do século XX. No texto do *Lampião*, as lésbicas refutaram esses velhos dogmas a partir das contribuições de Freud e de Alfred C. Kinsey (este responsável por uma grande pesquisa sobre sexualidade nos EUA entre 1948 e 1953). Cabe ressaltar que, mesmo com o avanço dessas pesquisas a partir da segunda metade do século XX, países como o Brasil, em tempos de uma ditadura extremamente moralista, censuraram o *Relatório Hite* sobre sexualidade feminina por “atentar à moral e aos bons costumes”, como mostramos anteriormente.

Os avanços nos debates sobre as questões reprodutivas após a gradativa popularização da pílula anticoncepcional e de outros métodos contraceptivos nos anos 1960, incorporaram novos elementos para o debate sobre o sexo, não mais sendo reduzido à mera forma reprodutiva da raça humana, mas também como fonte de prazer.

De todas as conclusões de Kinsey, as que provocaram as reações mais violentas foram as que tratavam do homossexualismo. Os pesquisadores da equipe não só concluíam

que o número de homossexuais nos Estados Unidos era infinitamente maior do que se pensava, mas também declaravam que, do ponto de vista biológico, a prática homossexual não é uma anormalidade, uma anomalia. Um psicanalista da época, que Deus o tenha, ficou impressionadíssimo com os dados. Edmund Bergler, que denunciava violentamente o homossexualismo, como uma doença perigosa, concluiu então: se os números revelados por Kinsey eram certos, o homossexualismo deveria ser considerado “O flagelo nacional dominante ultrapassando em número o câncer, a tuberculose, o enfarte e a paralisia infantil” [...]. E, como não podia deixar de ser, Bergler logo manifestou sua preocupação: “As conclusões psicológicas erradas de Kinsey concernentes à homossexualidade serão utilizadas no exterior para fins políticos e de propaganda contra os Estados Unidos, estigmatizando a nação inteira numa campanha de insinuações caluniosas”. Pois esse mesmo pensamento foi utilizado no Brasil para justificar a censura prévia à imprensa, por meio do Decreto Lei 1077 [regulamenta a censura prévia a livros e periódicos, imposto pelo ditador]. E também a mesma ideia que vem norteadando a perseguição à imprensa que começa a falar de sexo: censura às revistas masculinas; apreensão do jornal Repórter contendo a matéria sobre as lésbicas; processo contra jornalistas da Isto é que fizeram matéria sobre homossexualismo; processo contra Celso Curi por causa da sua Coluna do Meio; processo contra o Lampião (LAMPÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 8).

A lesbianidade não foi tratada pela censura da ditadura como mais uma forma de sexualidade, mas como um comportamento nocivo à sociedade e de aspectos psicologicamente falsos, como uma anomalia percebida por um discurso moralizante, que serviu para justificar a repressão com respaldo de uma pseudociência cujas ideias perduravam, como denunciado pelas lésbicas na reportagem do *Lampião da Esquina*. Por isso, para a ditadura, era inadmissível que uma mulher lésbica fosse a heroína no livro da Cassandra Rios, não seria assim, considerado um bom exemplo para a sociedade. A lesbianidade, portanto, não foi tratada. Como exemplo, elas citavam o psiquiatra estadunidense David Reuben e seu livro *Tudo que você queria saber sobre sexo*, quem tratava da homossexualidade feminina nas páginas destinadas à prostituição. Ao abordar o tema do prazer sexual, para justificar a anormalidade das relações homossexuais, apresentou o argumento de que “assim como um pênis mais um pênis não dá em nada, uma vagina mais uma vagina também não dá em nada” (LAMPÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 8).

O debate, a partir daí se deu em torno do orgasmo feminino, que até os anos de 1960, como aponta a reportagem do *Lampião*, era negado pelos fisiologistas. A reportagem rebateu tal ideia, demonstrando com outros estudos como as mulheres sentem prazer e orgasmos. Entendemos que esse debate foi tão essencial quanto o debate social, cultural, histórico e econômico sobre a opressão às lésbicas, pois parte da justificativa da tal “anormalidade” das lésbicas, defendida pelos cientistas, estava baseada nas ideias fisiológicas de que elas não sentiam prazer, que o sexo servia apenas para a reprodução e que o ato sexual sem a presença de um pênis com uma vagina “não dá em nada”. Por isso, só podiam ser “anormais” na sua

insistência homossexual. No entanto, tais afirmações eram rebatidas por cientistas como o citado Kinsey.

Kinsey chegou mesmo a dizer [que] [...] as relações heterossexuais poderiam ser mais satisfatórias se os homens se valessem com mais frequência dos conhecimentos particulares da anatomia sexual e da psicologia feminina que possuem a maioria das lésbicas [...]. A despeito de chuvas e trovoadas, já se chegou à conclusão de que sexo é também prazer (mais prazer do que reprodução, já que a frequência do coito não corresponde ao número de filhos em cada família, claro): Por que, então, esse prazer deve ser negado aos homossexuais? (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 8).

Após rebaterem ideias de que sexo seria somente para a reprodução e afirmarem que havia prazer envolvido no ato, inclusive para as mulheres, as autoras assumiram outro confronto: o da rejeição de que a homossexualidade não seria “natural” e as críticas às falácias de que existiria uma “cura” às homossexualidades.

Os homossexuais carregam uma enorme carga de culpa por causa desse tipo de conceito. No momento de se definirem sexualmente, como as suas preferências são diferentes das da maioria, ou caem no rol dos pecadores ou caem no rol dos doentes (quando não juntam as duas coisas e não são perseguidos ou denunciados como criminosos). Mas acontece que a Natureza é o que é, não está certa nem errada, E. Infelizmente para os preconceituosos e mal informados, não existe em todas as espécies vivas um instinto sexual, uma pulsão natural que conduz necessariamente a fêmea ao macho e vice-versa. Isso existe, sim, nos degraus mais baixos da escala evolutiva - como é o caso de certos insetos que se atraem mutuamente pelos odores que exalam (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 9).

As ciências médicas sobre as homossexualidades, naquele momento da reportagem, vinham alcançando crescentes produções. As pesquisas apresentadas pelas lésbicas no *Lampião* são de especialistas estrangeiros, pesquisas estas que tinham alcance limitado e com pouca circulação em sociedades como a brasileira, especialmente porque seus resultados eram favoráveis à superação dos dogmas e dos preconceitos acerca da homossexualidade. Nesse sentido, o texto produzido pelas lésbicas no *Lampião* ganha maior relevância na luta histórica por liberdade e igualdade das mulheres homossexuais. Ao mesmo tempo, engajadas nos movimentos contra a ditadura e pela liberdade democrática, lutavam por acesso a mais conhecimento, ao direito da auto-organização sem sofrer represálias e, o mais importante, ao direito de poder existir publicamente frente ao seu reconhecimento.

A politização do debate continuou em outro texto da reportagem, que teve como título a pergunta: “*então, por que tanta repressão?*” Até aquele momento, elas haviam feito todo um esforço para demonstrar questões que para os dias de hoje podem parecer simples, mas sabemos que na sociedade capitalista temos muitas vezes que defender o óbvio, como falou Bertolt

Brecht: “Que tempos são esses em que temos que defender o óbvio?”⁵⁹. Para as autoras, a pergunta sobre “por que tanta repressão” resulta de um longo processo reflexivo que perpassou séculos e alimentou a caminhada que culminou com a auto-organização. Racionalmente, identificaram a origem de tanta repressão no sistema capitalista e buscaram compreender a singularidade do contexto ditatorial no Brasil em sua época. Para exemplificar o tamanho da violência que muitas lésbicas sofriam no âmbito familiar e na vida em geral, trouxeram histórias do cotidiano de duas mulheres lésbicas durante a ditadura. Nenhuma foi identificada nominalmente, somente com as letras iniciais dos seus nomes e algumas informações de suas vidas: “M. 26 anos, secretária e estudante da USP”, “T. 22 anos, trabalha em computação, estudante (USP/PUC)”.

Os depoimentos das duas estudantes e trabalhadoras lésbicas retratam uma realidade comum de opressão familiar. É possível visualizar que a discriminação que sofriam não era um problema pessoal, mas sim coletivo, sendo resultante do impacto produzido por aqueles conceitos discriminatórios que debatemos neste trabalho. E, como apontou Britto, constituíam e continuam constituindo opressões que estruturam nossa sociedade, pois estão presentes no Estado, nos locais de trabalho, na família e na sociedade em geral. Os dois depoimentos que a reportagem apresentou são exemplos crassos do quanto estavam entranhadas na população brasileira aquelas ideias preconceituosas e discriminatórias disseminadas sobre ser o homossexual e, especificamente, o ser lésbica. Tais depoimentos aproximam os leitores da problemática sofrida cotidianamente em quase todas as esferas da vida de uma mulher lésbica. Para elas:

repressão é repressão, tem várias formas de se manifestar e é sentida diferentemente pelas pessoas. Nós não queremos dizer que sofremos mais do que os homens por causa da nossa condição de mulheres e de nossa preferência sexual (temos nossas contrapartidas, é preciso não esquecer). Escolhemos dois depoimentos para ilustrar como a repressão pode atuar na vida das mulheres homossexuais. São duas histórias de vida (LAMPÍÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 9).

Conforme a reportagem, “M. de 26 anos” se apaixonou por Miriam em 1968, aos 15 anos, e no ano seguinte passaram a ficar juntas como casal. Mantiveram a relação escondida até que a mãe de Miriam viu um beijo das duas. Aí iniciou a punição familiar: “[...] foi um desastre. Com 17 anos tive de começar a enfrentar todo tipo de repressão. Desde tentativas (inúteis) das famílias de nos separar enquanto amigas até tirar-me da escola, xingamentos, ‘prisão’

⁵⁹ Utilizamos a referência de uma das célebres frases em forma de pergunta atribuída ao ainda mais célebre poeta e dramaturgo alemão Bertolt Brecht (1898 -1956).

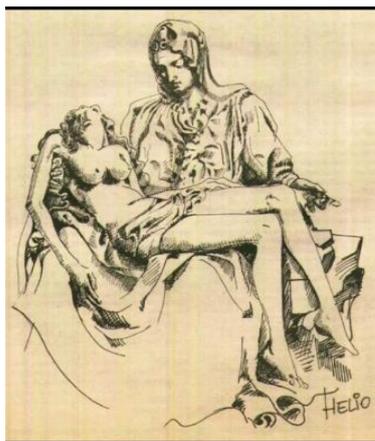
domiciliar, vigilância” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 9). Apesar da pressão psicológica, a família não se limitou somente a isso; logo as agressões físicas começaram a acontecer:

houve vários ataques físicos: minha mãe tentou me enforcar e só não conseguiu porque não teve força suficiente nas mãos; meu pai chegou a colocar uma faca na minha garganta, durante uma discussão que tivemos, apanhei muito, até ficar com o rosto todo machucado. Quando eu quis ir embora de casa, minha mãe me levou presa, alegando para o delegado que eu ia levar uma menor de idade junto comigo: eu tinha feito 18 anos e a Minam tinha 17. Fomos também expulsas da escola onde fazíamos o 1º colegial (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 9).

Nesse depoimento de “M.” fica evidenciada uma violência permitida (e até mesmo esperada) produzida pela família. Isso relaciona-se, como já enfatizamos anteriormente, com a lógica histórica da dominação do sistema capitalista (machista, patriarcal, racista, etc.), da dominação do homem sobre a mulher, do pai de família sobre as mulheres da mesma. O casal “M.” e Miriam, duas mulheres, personifica comportamento “atentatório” para a moral secular de poder, reafirmada pela ditadura, entranhada de estereótipos no imaginário coletivo da população, quais sejam: o pecado, a marginalidade, a doença, a subversão. A reação da própria família gerou pânico e medo extremo, fazendo com que “M.” tentasse sair de casa como uma alternativa para preservar a própria vida, ameaçada pela própria mãe.

Uma imagem acompanha a matéria e representa uma alegoria direta: à “Pietà” de Michelangelo, obra esculpida em 1498, que representa a Virgem Maria com o corpo morto de Jesus nos braços após sua crucificação. Na ilustração no jornal, assinada por Helio, há uma mulher lésbica no lugar de Cristo morto. Para Brito (2016, p. 78) essa imagem representa “a morte e o abandono dessas mulheres pela sociedade, que assim como Cristo são julgadas injustamente e “crucificadas” pela sua identidade sexual”. Todavia, no caso de M. não houve acolhimento por parte da sociedade, nem da mãe, nem da família, menos, ainda, do Estado.

Figura 10 – Alegoria à “Pietà” de Michelangelo



Fonte: O Lampião da Esquina (1979, n. 12, p. 9).

No segundo depoimento, de “T. de 22 anos”, são abordadas outras formas de violência já mencionadas, como aquela que envolve a autocensura, a culpa, o medo e a dúvida levados a níveis que se transformam em distúrbios psicológicos, como paranoias constantes e criação de um mundo paralelo com fantasias mentais. No caso de “T.”, ela havia acabado de ser encaminhada a um médico psiquiatra depois de incorporar a personagem Gregor Samsa, criado por Franz Kafka no livro *A Metamorfose*. Conforme o depoimento, “T.” tinha certeza que havia se transformado em uma barata, chegando a ficar uma semana sem sair da cama e sem comer. Naquele momento, “T.” estava trabalhando em uma fábrica e foi promovida de cargo, passando da produção de caixas de água para o setor de automação. Na época, foi a única mulher naquele setor, o que implicou em muito sofrimento pelo desprezo dos colegas.

A violência psicológica atinge muitas mulheres lésbicas, cada qual com suas especificidades, mas sempre pelas marcadas pela culpa, pelo medo e ignorância acerca das questões que envolvem as sexualidades. As violências em relação à sexualidade afetam a saúde mental das pessoas. “T.” chegou a ser internada em uma clínica psiquiátrica, historicamente, local de confinamento de pessoas LGBTQ+. Temos o seguinte relato:

o clínico geral me mandou para o psiquiatra. No dia da entrevista, ele tratou minha mãe muito mal e eu percebi isso - eu tinha momentos de lucidez e outros em que não sabia de nada. E como até as baratas têm mãe, tive uma crise de violência. Xinguei o psiquiatra, quebrei tudo. Ele me deu uns soníferos, eu fiquei três dias dormindo. Mandou minha mãe me levar a outro psiquiatra e eu fui para uma clínica. Foi quando começou o pior da repressão (LAMPÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 10).

Loucura e homossexualidade, para grande parte dos médicos, estavam relacionadas, afinal, faziam parte de processos psíquicos de causa e efeito, como defendiam muitos psiquiatras. O “tratamento” proposto para “T.” era à base de métodos de torturas respaldados

pela medicina que enxergava a homossexualidade como uma psicose, uma “loucura”. Durante a ditadura, muitos manicômios foram utilizados tanto para internar opositores políticos quanto para a internação daqueles e daquelas consideradas pelas famílias como seres desviantes da normalidade (deficientes físicos e mentais, alcoólatras, homossexuais, transexuais, travestis, prostitutas e outro).⁶⁰ O “tratamento” de “T.” começou com três semanas de sonoterapia, passando para um tratamento de choque “com drogas, choques, banho quente e banho frio, etc.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 10). Em uma dessas sessões, “T.” falou e o psiquiatra pediu para que ela voltasse em sua memória antes de “se tornar” barata. Foi nesse momento que surgiu o nome de Luci, garota por quem “T.” havia se apaixonado.

Ao entender que se tratava de uma mulher lésbica, o psiquiatra explicou para “T.” o que significava ser homossexual: “me fez descobrir que eu era homossexual. E me ensinou o que era ser homossexual: era sofrer muito, ficar como eu estava. Não ter segurança, não ter amor estável, porque tudo estava contra, ia ser sempre horrível” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 10). O patriarcado fica evidente na fala deste psiquiatra, que considera que ser homossexual é sinônimo de sofrimento, de insegurança e instabilidade, uma posição indesejada que deveria ser evitada. Ao invés de ajudar a tratar as consequências advindas do desejo reprimido, o diagnóstico propunha uma aparente “cura” para a paciente: ou ela escolhia ser homossexual e permanecia naquele estado, ou escolhia a “cura”. “T.” optou pela cura, e relatou à reportagem do *Lampião* que passou por tratamento de choque com remédios injetáveis que lhe causavam náuseas todas as vezes em que eram passados slides de mulheres nuas, uma forma de tortura para que o desejo sexual de “T.” fosse associado pela sua mente como um sentimento de repulsa e nojo: “eu tomava injeções para provocar náuseas [...] depois, ficava longas horas sentada numa poltrona e ele projetando slides. Eram mulheres peladas, de frente, de costas, de perfil” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 10). Esse método de “tratamento”, muito comum nos anos 1960, consistia em:

terapias baseadas em estimulação aversiva. Estas pautavam-se na associação de estímulos eróticos do mesmo sexo com choques elétricos nas mãos ou nos órgãos sexuais, ou na administração de drogas que causam náuseas, associadas à cessação de estímulo aversivo acompanhada de apresentação de estímulo do sexo oposto (Haldeman, 1991). Os aparelhos que possibilitavam as terapias aversivas voltados ao

⁶⁰ “A relação histórica entre as instituições de saúde mental e as violações aos direitos humanos foram debatidas pela CEV ‘Rubens Paiva’, na 61ª audiência pública, em 9 de agosto de 2013, o livro ‘Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil’, da jornalista Daniela Arbex, sobre a Colônia de Barbacena, em Minas Gerais, onde pelo menos 60 mil pessoas morreram; os pacientes eram internados, muitas vezes, à força, e sem mesmo terem diagnóstico de doença mental, incluindo epiléticos, alcoólatras, homossexuais, prostitutas, dependentes químicos” (ARBEX, 2015, texto digital).

tratamento de homossexuais chegaram a ser produzidos em série no período (GARCIA; MATTO, 2019, p. 55).

Situações como essas, no Brasil, só foram superadas em 1999 com a resolução 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que “veta que as (os) profissionais da Psicologia exerçam qualquer atividade que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas” (RESOLUÇÃO 01/99, 2021, texto digital). Um passo muito recente, porém, determinante para que esse tipo de conduta contra homossexuais fosse abolido, com respaldo da área das ciências médicas que avançavam nos estudos que comprovaram sua ineficácia, além de contar com muitas entidades da sociedade civil organizada. Durante a ditadura, entretanto, constatamos que foi uma prática corriqueira e, em tempos democráticos recentes, ainda é um assunto que domina a agenda política de boa parte das entidades conservadoras e da bancada evangélica que ocupa cada vez mais espaço no aparato estatal. A última tentativa de retirar a determinação do CFP foi em 2017 (BETIM, 2017, texto digital), o que comprova a necessidade de estarmos alertas, avançarmos com as pesquisas e as ações políticas organizadas no sentido de barrar qualquer retrocesso que viole os direitos humanos das pessoas LGBTQ+.

Essa reportagem histórica, organizada por mulheres lésbicas no jornal da imprensa alternativa *O Lampião da Esquina*, apresenta muitos elementos passíveis de análise. É um marco para a auto organização das lésbicas, é um marco na luta concreta por visibilidade, igualdade e respeito. Conseguimos compreender, a partir da análise da reportagem e de elementos que a envolvem desde o período anterior à sua elaboração até seus desdobramentos posteriores, como eram aspectos da vida de parte das lésbicas durante aquele período, especialmente sobre como foi o processo de organização da resistência por parte delas em favor das suas pautas e sobre a contribuição que deram para a luta pelos direitos humanos e pela redemocratização do país.

É dentro dessa perspectiva de fornecer informações sobre as lésbicas no Brasil, que essa edição é publicada. A reportagem desconstrói a ideia de que elas vivem em “relações entre mulheres como sólidos exemplos de felicidade perfeita”, ou que são “pecadoras sem perdão, criminosas que merecem cadeias, doentes que precisam ser curadas”. O *Lampião da Esquina* problematiza os clichês sobre as lésbicas, mas ao mesmo tempo, sublinha a necessidade de pensar as diferenças no interior da categoria lésbicas, pois essas mulheres não podem ser vistas como um grupo homogêneo, enclausuradas em um modelo único de vivência identitária e sexual (BRITO, 2016, p. 83).

A reportagem conclui com um pedido em forma de título para o último texto: “Só queremos ser entendidas”. Explicando a necessidade que levou as lésbicas a se organizarem para lutar por seus direitos reafirmam como basilar o combate à invisibilidade que, mesmo nos

EUA, onde o movimento homossexual é mais avançado, elas ainda enfrentavam uma clandestinidade frequente. Ao defender a heterogeneidade da qual são constituídas e, portanto, recusar o enquadramento dentro de uma única característica, a reportagem deixou evidência a repressão sofrida, que apesar da sua virulência, não impediu que os casos entre mulheres acontecessem, por mais que tentassem impedi-los. As mulheres que assinaram a reportagem do *Lampião* finalizam o último texto citando Simone de Beauvoir, reafirmando o modo com que elas pretendem ser entendidas:

Como todas as condutas humanas, a homossexualidade conduzirá ao desequilíbrio, comédias, frustrações, mentiras, ou ao contrário, será fonte de experiências fecundas. Depende da maneira como é vivida, se com má-fé, preguiça e inautenticidade ou se lucidamente, com generosidade e liberdade (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12, p. 11).

Em síntese, essa ação coletiva propiciada pelo espaço de discussão do *Lampião* foi extremamente fecunda por tudo o que representou. Essas mulheres lutaram para que sua existência fosse respeitada como algo normal e natural. Buscaram fazer com que a lesbianidade fosse vista e respeitada na sua complexidade, cheia de defeitos, de prazeres e felicidades, assim como qualquer relação heterossexual. Obviamente, defendiam a diversidade e as especificidades, mas não como uma relação superior ou inferior a qualquer outra, mas sim como mais uma. Ao final do último texto, colocaram a caixa postal do Grupo Somos à disposição das mulheres lésbicas que quisessem somar-se ao coletivo, deixando assim uma porta aberta para novas militantes, mas, principalmente, para uma rede de solidariedade e de luta que não parou de se desenvolver e de se adaptar às necessidades e demandas que as conjunturas futuras impuseram às mulheres lésbicas, trans, travestis e bissexuais, que também estiveram atentas e somaram nas lutas em geral da população LGBTQ+ brasileira nas décadas subsequentes.

Portanto, foi em 1979 que iniciou para as mulheres lésbicas a etapa essencial de afirmação política, visibilidade e liberdade. O grande marco foi a reportagem para “*O Lampião da Esquina*”, iniciativa que permitiu que, pela primeira vez, as mulheres lésbicas externassem seus anseios. Organizadas dentro do grupo Somos e, posteriormente, na fração LF, esse núcleo foi a base da reportagem para o *Lampião*, projetando a sua luta para outra dimensão. Tal processo teve continuidade, posteriormente, com a saída delas do Grupo Somos para a articulação de uma organização independente composta somente por lésbicas, o GALF. A criação do GALF e seu boletim informativo, chamado *ChanaComChana*, foram aqui somente mencionados tendo em vista que não consiste nos objetivos deste trabalho trazê-lo para o debate específico.

Finalizamos reforçando que o caminho trilhado pelas mulheres lésbicas dentro do movimento homossexual, do movimento feminista, das lutas sindicais e contra a violência policial e racial nas manifestações do fim dos anos de 1970 foi a expressão da experiência acumulada por longo tempo de silêncio, invisibilidade, estranhamento e opressões, todos fatores de grande repressão societária e estatal contra elas. O grito coletivo, explicitado na edição nº 12 de *O Lampion da Esquina*, foi o ponto de inflexão germinal do amadurecimento político e empoderamento da categoria, reivindicando seu direito à existência e à história, uma espécie de “basta!” a partir das suas vozes, palavras, relatos e consciências.

CONCLUSÃO

A partir da análise do panorama histórico brasileiro, podemos verificar que, seja no Estado (desde o período colonial) ou em uma de suas tangentes do poder, como a Igreja, sempre houve repressão e opressão às pessoas LGBTQ+ no Brasil. Essas pessoas foram tratadas como uma degeneração humana, uma anomalia, como doentes ou criminosos/as e se constituíram no Brasil como um problema social a ser combatido. Fato que é determinante para o desenvolvimento de uma cultura de ódio contra essa população, o que, por sua vez, nos ajuda a evidenciar como durante a ditadura civil-militar, período abarcado por esta pesquisa, mesmo sem uma legislação explicitamente contrária à população LGBTQ+, houve repressão contra ela, disseminação e enraizamento de ódio, censura, prisão e processos, que perdurou no período posterior ao estudado. Com o fim dos direitos democráticos pós Golpe de 1964, as possibilidades de constituição e organização de movimentos políticos no Brasil foram interditadas e postergadas. Concordamos, assim, com a colocação do relatório final da CNV (2014) de que, foi adiada “a emergência de atores políticos que pautavam esses temas na cena pública” (CNV, 2014, p. 300).

A partir da ditadura de Segurança Nacional, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais passaram a integrar o impreciso guarda-chuva dos indivíduos considerados inimigos internos de um Estado que prezava por uma suposta segurança e unidade nacional sob os preceitos da Guerra Fria e do combate à “subversão” de movimentos sociais e organizados. A partir da DSN, as pessoas LGBTQ+ deveriam ser censuradas, combatidas, reprimidas e politicamente neutralizadas. Não por acaso, a autora mais censurada daquele período, Cassandra Rios, era lésbica e escrevia romances com protagonistas lésbicas. Com a análise de documentos repressivos da espionagem, principalmente do SNI, que estão disponíveis no site do Arquivo Nacional, evidenciamos que uma das justificativas para reprimir as homossexualidades era baseada na ideia de que havia uma estratégia do comunismo internacional para romper com a moral cristã do mundo ocidental. Entre o final dos anos de 1969 e começo de 1970, segundo consta no Relatório final da CNV, os ideólogos da ideologia de Segurança Nacional, ampliaram ainda mais o “raciocínio sobre os perigos da homossexualidade e a associaram a um submundo de degenerados – “pederastas”, alcoólatras, prostitutas e outros desviantes e não conformistas – que representavam uma ameaça à segurança nacional” (CNV, 2014, p. 302).

Dessa forma, a proteção da “família tradicional” contra o comunismo funcionou como justificativa para a repressão contra comportamentos considerados desviantes da

heteronormatividade. Compreendemos, portanto, a influência da moralidade cristã e ocidental sobre o funcionamento da ditadura e dos militares sob a DSN, utilizada para a manutenção do *status quo* do regime capitalista centrado na figura patriarcal da “família tradicional”. Nesse sentido, a DSN serviu como ferramenta de opressão à população homossexual, castrando a liberdade sexual, de expressão e de livremente existir desses indivíduos. Forjou e se tornou, assim, linha auxiliar para a formação de uma cultura social que reflete no tempo presente, em que o Brasil ocupa o topo do ranking entre os países que mais matam LGBTQ+ no mundo.

Este trabalho buscou pontuar algumas especificidades sobre a repressão do Estado durante a ditadura dirigida contra as pessoas LGBTQ+. Dentre elas, identificamos, primeiramente: prisões em massa durante operações policiais realizadas a partir de justificativas morais e higienistas; após as prisões, foi comum a prática de extorsão das vítimas, para que fossem liberadas da prisão; e, a partir da ideologia de Segurança Nacional, o enquadramento das pessoas LGBTQ+ também como inimigos internos da nação por serem parte de uma estratégia do MCI que abalaria as estruturas da moralidade cristã, conservadora e ocidental.

A DSN e os conceitos que a integram, como “inimigo interno” e “terrorismo de Estado”, são basilares para entender a ditadura. Nessa perspectiva, quando analisamos a repressão específica à população LGBTQ+, em um primeiro momento, ficamos em dúvida se aqueles conceitos nos auxiliariam nas explicações sobre a especificidade da relação entre as pessoas LGBTQ+ e a ditadura civil-militar brasileira. Contudo, ao analisar os conteúdos do jornal *O Lampião da Esquina* e dos documentos repressivos, observamos que, justamente, uma das dimensões sistemáticas da repressão e da DSN é justificada a partir das ideias LGBTQ+fóbicas, o que significa que a linha de atuação das políticas de repressão também foi contrária às pessoas de sexualidades dissidentes. Além disso, a indefinição, que é proposital, sobre os critérios exatos de quem era o “inimigo interno” foi determinante para que a ditadura brasileira pudesse justificar sua continuidade repressiva contra amplos setores da sociedade considerando diversos indivíduos e comportamentos dissidentes como fontes da subversão e da ameaça à segurança nacional

A perseguição e repressão estatal, como a censura e a violência policial, além do preconceito da sociedade, das pressões da autocensura e do peso da opressão secular sofrida pelas pessoas LGBTQ+, fazem parte do que constituiu ser lésbica durante a ditadura. Por esse motivo, neste trabalho voltamos temporalmente até o período colonial brasileiro, buscando compreender a história do Brasil que levou a necessidade das pessoas LGBTQ+ se organizarem contra a opressão. Podemos considerar que a histórica repressão do Estado contra as lésbicas foi parte fundamental das condições subjetivas e também objetivas que levaram as mulheres

lésbicas a se organizarem para combater as violências sentidas, literalmente, no próprio corpo. Todavia, não podemos separar a análise da organização das mulheres lésbicas do contexto de articulação entre diferentes grupos e identidades LGBT+ que se uniram para combater o preconceito naquele momento.

Um marco formal para a organização política das lésbicas se deu no ano de 1979, um ano depois que os homens assumidamente gays iniciaram a organização do jornal *O Lampião de Esquina* e do surgimento de um dos primeiros grupos de militância homossexual do Brasil, o Grupo Somos. A auto-organização foi o método organizativo que as mulheres lésbicas decidiram colocar em prática depois das primeiras experiências em que coletivos mistos (com as LGBT+), isso se deu, também, porque elas experienciavam diferentes condições de opressão ligadas a ser mulher e ser lésbica, bem como à opressão racista e de classe. A auto-organização permitiu que elas tivessem um espaço para a formação de seus quadros políticos, para o fortalecimento e para a prática da fala e da liderança organizativa.

Além disso, a batalha diária pela sua sobrevivência e dos seus, colocou a maioria das mulheres como linha de frente na manutenção da vida familiar, o que ocupa praticamente todo o tempo de suas vidas. Essa organização posterior a dos homens gays é parte do debate que elas próprias trazem na reportagem para o *Lampião da Esquina* nº 12 de 1979, que é o ponto de chegada do nosso trabalho e, para as lésbicas do período da ditadura, tornou-se o ponto de partida para o surgimento das suas organizações e inserção nos movimentos feministas e também no movimento homossexual que nascia. Buscaram fazer com que a lesbianidade fosse vista e respeitada na sua complexidade, cheia de defeitos, de prazeres e felicidades, assim como ocorre em qualquer relação heterossexual. Obviamente, essas mulheres defendiam a diversidade e visibilização das especificidades, mas não como uma relação superior ou inferior a qualquer outra, e sim como “mais uma”. Pelos registros conhecidos e que tivemos acesso, essa matéria para o *Lampião* é determinante para a futura organização política daquelas mulheres lésbicas. Com suas vozes repercutiram suas demandas para a sociedade e utilizaram uma ferramenta informativa para, organizadamente, buscar alternativas de superação das condições de opressão que marcavam sua história.

De forma geral, *O Lampião da Esquina* se constituiu em um marco formal para o surgimento do movimento político organizado por uma parcela da população LGBT+ do Brasil (a qual, podemos considerar a vanguarda desse movimento político). O jornal assumiu a pauta do combate ao preconceito contra os homossexuais durante a ditadura, além de apoiar a luta do movimento negro, das feministas, por direitos trabalhistas e pelas liberdades democráticas. Apesar das grandes lacunas que ainda existem na historiografia sobre o movimento LGBT+,

podemos identificar que as pautas do nascente movimento e principalmente a suas práticas e vinculação a outros movimentos sociais foram importantes na resistência à ditadura e nas batalhas pela redemocratização do país. Especificamente as lésbicas, junto às trabalhadoras organizadas (independentes, de partidos e/ou organizações feministas), apontaram alguns caminhos no processo de luta pela redemocratização e que foram amadurecendo no pós ditadura ao abordar questões como a libertação do patriarcado e a visibilização de suas especificidades com relação às sexualidades, além de estarem, em sua maioria, no apoio a outras vítimas da repressão e exploração da ditadura.

Segundo Renan Quinalha (2018, texto digital), a mais perfeita síntese “da moralidade alçada à política de Estado durante a ditadura” e que fez atingir a população LGBTQ+, foi a frase dita por Cid Furtado, deputado da ARENA em 1975, durante a sessão que debateu a legalização do divórcio, do qual ele foi contra. Furtado, que era relator do projeto de emenda constitucional, argumentava que o “desenvolvimento e segurança nacional não se estruturam apenas com tratores, laboratórios ou canhões. Por detrás de tudo isso está a família, una, solidária, compacta, santuário onde pai, mãe e filhos plasmam o caráter da nacionalidade”. O desejo e os afetos das pessoas de sexualidade dissidentes virou agenda de combate para os militares. Como afirma Quinalha (2018, texto digital), a pretensão da ditadura era “sanear moralmente a sociedade”, dessa forma fazer surgir uma sociedade “afinada com os princípios binários e heteronormativos tão caros às políticas morais e conservadoras.”

O longo e complexo processo de transição para a democracia ficou marcado com inúmeros fatos. Um deles é a falta de justiça de transição, no Brasil. Não houve agentes do Estado sendo punidos pelos bárbaros crimes de lesa humanidade que cometeram, pelo contrário, foram anistiados e alguns saíram com cargos, outros fizeram carreira política e na polícia, foram homenageados com nomes de ruas, praças, parques, salões nobres das delegacias, nomes de escolas. O delegado, carrasco da população LGBTQ+, Wilson Richetti, foi homenageado e seu nome foi dado para a Delegacia Seccional de Polícia Centro da cidade de São Paulo, fato que a CNV recomendou revogar.⁶¹

Após o fim da ditadura, a luta mais consistente em busca de memória, verdade e justiça em nosso país se deu a partir da organização das vítimas sobreviventes e dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Muitas pesquisas foram produzidas sobre o tema, a partir de

⁶¹ “em 1989, o deputado estadual Afanásio Jazadji encaminhou o Projeto de Lei nº 368 visando dar a denominação de “Dr. José Wilson Richetti” à Delegacia Seccional de Polícia Centro, do departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo. Essa homenagem ao delegado Richetti foi aprovada e convertida na Lei nº 7.076, de 30 de abril de 1991, que deve ser revogada” (CNV, 2014, p. 309).

variadas perspectivas sobre o passado, o que é comum no ofício de historiadores e historiadoras, pois essas perspectivas também vão passando por transformações e novos questionamentos são possíveis devido à evolução das próprias pesquisas, mas também devido ao acesso ao conhecimento, como é o caso daquele passado envolvendo as pessoas LGBTQ+. Não é preciso ser lésbica, gay, travesti ou transexuais para escrever a história dessa população, apesar de sabermos que os setores oprimidos são os mais atentos a buscar entender porque tamanha violência com os seus. Quanto mais conectarmos as peças do quadro social que compunha o Brasil da ditadura e que constituíram as resistências contra a mesma, mais as novas gerações e as novas ideias estarão conectadas com a história recente e outras perguntas sobre aquele passado virão à tona. Conhecer a história significa produzir rupturas e continuidades, sendo capaz de formar consciências que poderão constituir as fileiras das batalhas contra a opressão e a exploração que continua.

A partir da instituição da CNV, vimos um boom de pesquisas e maior visibilidade para a pauta homossexualidades e ditadura. Todavia, não podemos deixar de colocar criticamente uma análise sobre a CNV. Em nossa compreensão, ela faltou no comprometimento com a justiça, com a mobilização da sociedade civil na luta por punição aos crimes de lesa humanidade cometidos pelo Estado no período ditatorial. No entanto, mesmo muito limitada com relação à justiça, a CNV é um avanço muito importante com relação à pauta LGBTQ+, a qual tornou-se mais conhecida no âmbito nacional, sendo noticiada na grande imprensa, abrindo novas possibilidades de pesquisa. O Estado brasileiro nunca se preocupou plenamente com os crimes cometidos na ditadura por agentes do próprio Estado. Temos a alcunha de sermos o “país da impunidade” e não é por acaso. Tanto é que, na atualidade, desde 2018, convivemos com um presidente da república, o já mencionado, Jair M. Bolsonaro, quem, durante toda sua trajetória política, fez pouco caso da luta dos familiares e vítimas da ditadura, que votou a favor do impeachment de ex-presidenta, Dilma Rousseff, em 2016 (processo golpista), em nome e memória de Carlos Brilhante Ustra, o primeiro militar reconhecido como torturador da ditadura pelo Estado brasileiro, em 2008. A impunidade da transição reflete sobre uma naturalização dos crimes da ditadura e o profundo desrespeito com as vítimas e familiares que sofreram com as violências cometidas pelo Estado.

Assim, esse trabalho é parte do processo de desenvolvimento das pesquisas sobre a população LGBTQ+ durante a ditadura e buscou ser mais um foco de luz para a necessária visibilidade da história de resistência e sobrevivência daquele grupo tão afetado pela opressão secular que foi e ainda é vítima no Brasil. Entendemos que há um projeto político que tem como uma de suas práticas o esquecimento e a disputa sobre o passado do Brasil durante mais de duas

décadas de Terrorismo de Estado, produzindo nefastas consequências sociais e econômicas para as gerações posteriores.

A partir de perguntas bastante amplas, a autora deste trabalho buscou entender por que o Estado brasileiro e a sociedade são os que mais matam, no mundo, pessoas como ela e os seus, principalmente travestis e transexuais, apesar da resposta constituir questão mais complexa que um trabalho de conclusão de curso. No entanto, é possível elencar algumas conclusões a esse respeito, pois vimos como as pessoas LGBT+ sofrem com a repressão do Estado, com a moral cristã, a com LGBT+fobia na ciência, e um persistente silêncio social ao longo de todos os períodos históricos do Brasil.

Por fim, reforçamos que o caminho trilhado pelas mulheres lésbicas dentro do movimento homossexual, dos movimentos negros, dos movimento feministas, das lutas sindicais e contra a violência policial e racial nas manifestações do fim dos anos de 1970 foi resultado das reações às práticas de opressões acumuladas por longo tempo: silêncio, invisibilidade, estranhamento, prisões, violência sexual, violência policial, violência na medicina, todos fatores de grande repressão societária estatal contra elas. Por isso que a edição nº 12 de *O Lampião da Esquina* foi o ponto de inflexão e germinal, do amadurecimento político e empoderado, reivindicando seu direito à existência e à história. O patriarcado normatiza esses processos de opressão e cria mecanismos de dominação definindo “a heterossexualidade como única forma de relação sexual e afetiva possível, condenando a homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade à clandestinidade” (MARIANO; PAZ, 2001, p. 31).

Por mais que estamos ensaiando um momento de mudanças na atualidade, inclusive com relação à punição da homofobia, considerada crime desde 2019, e com mudanças na mentalidade, principalmente das novas gerações, nunca será demais repetir que ainda somos o país que mais mata LGBT+ do mundo e que em 2018 foi eleito Bolsonaro, ideologicamente homofóbico e propagador do ódio aos homossexuais, quem falou publicamente, em 2011, preferir ter um filho morto a um filho gay⁶². Temos um caminho tortuoso pela frente, com muitos retrocessos ainda perceptíveis pelas pessoas LGBT+ no Brasil. As conquistas que levaram décadas para se concretizarem estão em risco e o retrocesso nas ideias já é uma realidade. No campo da história, as pesquisas na área da historiografia sobre as relações entre as estruturas de poder e as pessoas LGBT+ ainda apresentam grandes lacunas. Dessa forma, é extremamente necessária a continuação das pesquisas nessa área, assim como a mobilização,

⁶² “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo [...] se um casal homossexual vier morar do meu lado, isso vai desvalorizar a minha casa!” (BOLSONARO..., 2011, texto digital).

organização e construção de métodos para resistir e concretizar mudanças que transformem essa realidade cruel sentida todos os dias por todas e todos que sofrem as opressões e a exploração do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS DO ARQUIVO NACIONAL

ARQUIVO NACIONAL. BR_RJANRIO_TT_0_MCP_PRO_1135_d0001de0001. 11 de janeiro de 1978. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>. Acesso em: 23 jun. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR.DFANBSB. V8. MIC.GNC.AAA. 83035819. 08 de agosto de 1983. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>. Acesso em: 24 nov. 2021.

EDIÇÕES DE *O LAMPIÃO DA ESQUINA*

LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, n. 0.
 LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, n. 1.
 LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 8.
 LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 9.
 LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 10.
 LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 11.
 LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 12.
 LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 15.
 LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, n. 18.
 LAMPIÃO DA ESQUINA, 1980, n. 26.
 LAMPIÃO DA ESQUINA, 1980, n. 29.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 09 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm. Acesso em: 09 dez. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. **Lei de Segurança Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm. Acesso em: 08 dez. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. **Código Penal Militar**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm. Acesso em: 03 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm#:~:text=DECRETA%3A,sejam%20os%20meios%20de%20comunica%C3%A7%C3%A3o.. Acesso em: 08 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm. Acesso em: 04 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962. **Código de Telecomunicações Brasileiro**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117compilada.htm. Acesso em: 09 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 5250, de 09 de fevereiro de 1967. **Lei de Imprensa**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm. Acesso em: 08 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. **Lei da Anistia**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 15 nov. 2021.

RESOLUÇÃO 01/99 – Psicologia e práticas homossexuais. Histórico. **Conselho Federal de Psicologia**, 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/resolucao-01-99/historico/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

FILMES

ARIELLA. Direção: John Herbert. Rio de Janeiro: Sincrocine Produções Cinematográficas, Atlântida Empresa Cinematográfica do Brasil S.A., W. V. Filmes, 1980. (100 min).

CASSANDRA Rios - A Safo de Perdizes. Direção: Hanna Korich. São Paulo, 2013. (62 min).

CUCHILLO de Palo. Direção: Renate Costa e Miguel Auad Petunia. Barcelona: Estudi Playtime, 2010. (93 min).

LAMPIÃO da Esquina. Direção: Livia Perez. São Paulo: Doctela, Canal Brasil, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Cultura, ProAC. 2016. (85 min).

REFERÊNCIAS

ADAID, Felipe. Brasil e as veredas da homofobia: genealogia da violência e falocentrismo. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 26, n. 1, 2015. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/150. Acesso em: 03 dez. de 2021.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Indivíduo. *In*: ADORNO, Theodor W. **Temas básicos de sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 45-60.

ALMEIDA, Eduardo Alberto de. Os gueis na Ditadura Civil-Militar brasileira: resistências. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 11, n. 24, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/92975/53692>. Acesso em: 28 jul. 2021.

ALMEIDA, Vinícius Santos. As espacialidades homossexuais masculinas como constituidoras da urbanidade: análise histórico-comparativa entre São Paulo e Paris em 1995 e 2016. **OpenEdition Journals**, n. 36, 2018. Disponível em : <https://doi.org/10.4000/confins.13394>. Acesso em: 01 nov. 2021.

ALTA do custo de vida mobiliza CEBS [1973]. **Memorial da Democracia**, 2017. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/alta-do-custo-de-vida-mobiliza-cebs> . Acesso em: 08 jul. 2021.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

ARBEX, Daniela. Ditadura e saúde mental. **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo**, 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap8.html>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ASSUMPCÃO, Marla Barbosa. Fronteiras territoriais versus fronteiras ideológicas: a geopolítica do anticomunismo no marco das discussões sobre Terrorismo de Estado no Cone Sul. **Espaço Plural**, n. 27, 2012. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8584>. Acesso em: 03 dez. 2021.

BATISTA, Leticia Emília. **CHANACOMCHANA: um sopro do lesbianismo paulista nos anos 1980**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/23360/4/Let%C3%ADcia%20Em%C3%ADlia%20Batista.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

BATISTELLA, Alessandro; PADRÓS, Enrique Serra. Dossiê Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. **História Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 19, n. 3, p. 358-360, set./dez. 2019. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/9858/114114726>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BALZA Guilherme. Livro traz 300 capas de jornais alternativos, clandestinos e produzidos no exílio durante a ditadura. **UOL Notícias**, 25 out. 2011. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/album/111025jornais_album.htm#fotoNav=6. Acesso em: 27 set. 2021.

BBC. Quem foi Cassandra Rios, a escritora mais censurada da ditadura militar. **G1**, 31 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/03/31/quem-foi-cassandra-rios-a-escritora-mais-censurada-da-ditadura-militar.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BETIM, Felipe. “Cura gay”: o que de fato disse o juiz que causou uma onda de indignação. **El País**, 20 set. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html. Acesso em: 23 jul. 2021

BOLSONARO: “prefiro filho morto em acidente a um homossexual”. **Terra Notícias**, 08 jun. 2011. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70**: mais pra epa que pra oba. Brasília: Editora UnB, 1991.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. Rio de Janeiro, 1977-1978.

BRASIL é um dos países que registram mais agressões contra pessoas LGBTI. **Nações Unidas Brasil**, 14 fev. 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/82428-brasil-e-um-dos-paises-que-registram-mais-agressoes-contra-pessoas-lgbti>. Acesso em: 08 jun. 2021.

BRASIL não é uma sociedade com democracia racial, diz antropólogo. **Portal Geledés**, 04 set. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/brasil-nao-e-uma-sociedade-com-democracia-racial-diz-antropologo/>. Acesso em: 08 dez. 2021.

BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa de. **O Lampião da Esquina**: Uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21357>. Acesso em: 03 dez. 2021.

BRITO, Antônio Maurício Freitas. A subversão pelo sexo: Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. **Varia Historia**, v. 36, n. 72, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3844/384464936010/html/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

BRITO, Antônio Maurício Freitas. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/90662/55325>. Acesso em: 03 dez. 2021.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Como elaborar um projeto de pesquisa. UFF-PPGH, 2005. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/files/CARDOSO_Ciro_Como_elaborar_projeto_pesquisa.pdf. Acesso em: 04 dez. 2020.
Acesso em: 04 dez. 2020.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, v. 21, n. 2, p. 323–345, ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6D5zmtb3VK98rjtWTQhq8Gg/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CARVALHO, Marília Miranda Alves. Imprensa, homossexualidade e ditadura civil-militar: uma análise da seção “cartas na mesa” do jornal lampião da esquina. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 30º, 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564406833_ARQUIVO_ANPUH-2019.pdf. Acesso em: 26 out. 2021.

CASTAGNA, Paulo. Sagrado e profano na música mineira e paulista da primeira metade do século XVIII. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE MUSICOLOGIA, II, 1998, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1999, p. 97-125.

CASTRO, Annie. Revolta de Stonewall faz 50 anos: marco de que “as ruas são local de disputa e de luta”. **Sul** 21, 29 jun. 2019. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/06/revolta-de-stonewall-faz-50-anos-marco-de-que-as-ruas-sao-local-de-disputa-e-de-luta/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

CNV - Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, v. 2. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%207.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório - Tomo I - Parte II - Ditadura e Homossexualidades**. Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva: 2015. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/Tomo_I_Completo.pdf. Acesso em: 09 dez. 2021.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Geovane Batista da. **“Lampião da esquina”, um jornal alternativo do Brasil**: iluminando identidade(s) e representação(ões) do(s) homossexual(is), de 1978-1981. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppghistoria/files/2019/12/disserta%C3%A7%C3%A3o-2.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFScar, 2019, p. 27-52.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. Revista *Veja* e Relatório Hite: algumas considerações. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, I, 2011, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UDESC, 2011, p. 2081-2091. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/293/214>. Acesso em: 07 jan. 2021.

DIA mundial de combate à homofobia. **OAB Rio Grande do Sul**, 16 mai. 2014. Disponível em: <https://www2.oabrs.org.br/noticia/dia-mundial-combate-homofobia/15045>. Acesso em: 08 dez. 2021.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

ENRICONE, Louise. O que são minorias? **Revista Politize**, 31 ago. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-sao-minorias/>. Acesso em: 16 out. 2021.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, 2003. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2510>. Acesso em: 08 ago. 2021.

FAÇANHA, Astrid Sampaio. Decifra-me ou te devoro: o *conundrum* libertário da estética Camp. **IDE**, São Paulo, v. 41, n. 67/68, p. 249-256, dez. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v41n67-68/v41n67-68a23.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

FERLA, Luis Antonio Coelho. O determinismo biotipológico e sua rede de sustentação (1920-1945). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, XXVII, 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2013, p. 1-15. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364486636_ARQUIVO_Luis_Ferla.pdf. Acesso em: 03 dez. 2021.

FERNANDES, Anna Cláudia Bueno. **As mulheres em realidade: modelos femininos e histórias possíveis (1966-1976)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/168936>. Acesso em: 08 dez. 2021.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFScar, 2019, p. 125-148.

FERREIRA, Tiago. O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil acreditar. **Portal Geledés**, 16 jul. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/eugenia-no-brasil-movimento-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis, o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/P7RGYBDbYn755mZRVGq3vGx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: a formação da família basileira sob o regime de economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira; MATTO, Amana Rocha. “Terapias de Conversão”: histórico da (des)patologização das homossexualidades e embates jurídicos contemporâneos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. 3, p. 49-61, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zksLGXhzsLFVppDN5SvYXP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2021.

GASPAR, Daniele Morais. **Os documentários do IPES e a campanha ideológica: as práticas audiovisuais e a preparação do golpe de 1964**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/4408>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GOMES, José Cleudo; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT. **Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 8, n. 1, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3402>. Acesso em: 11 out. 2021.

GOMES, Sarah Pereira, ARRAIS, Joubert de Albuquerque. A Maria Bonita no Lampião da Esquina – A Questão da Representatividade da Mulher Lésbica/lesbiana na Imprensa Alternativa dos Anos 1970. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, XX, 2018, Juazeiro. **Anais** [...]. Juazeiro: Intercom, 2018, p. 1-12. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0657-1.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

GOMES, Verônica de Jesus. **Vício dos clérigos**: a sodomia nas malhas do tribunal do santo ofício de Lisboa. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16886/V%EDcio%20dos%20Cl%E9rigos%20A%20Sodomia%20Nas%20Malhas%20Do%20Tribunal%20Do%20Santo%20Of%EDcio%20De%20Lisboa.pdf;jsessionid=8E5A5FDFA55D6F3B7445A007B1F9EA8A?sequence=1>.

Acesso em: 04 dez. 2021.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFScar, 2019.

GREEN, James N. **Revolucionário e gay** – A vida extraordinária de Herbert Daniel: Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GRUPO DIGNIDADE. Grupo Dignidade - História. **Grupo Dignidade**, 2021.

<https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

GRUPO DIGNIDADE. Lampião da Esquina. **Grupo Dignidade**, 2021. Disponível em:

<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 08 dez. 2021.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19, 2010. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2516>. Acesso em: 06 dez. 2021.

HEEREN, José Augusto de Castro. **O armário invertido**: comunicação e discurso sob a luz de Lampião. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/O-Arm%C3%A1rio-Invertido.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2021.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979/87743>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INSAUSTI, Santiago Joaquin. Una historia del Frente de Liberación Homosexual y la izquierda en Argentina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/BLhZtdZy7XWMXPzf4xf9rCS/?lang=es>.

Acesso em: 18 ago. 2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Petróleo: da crise aos carros flex. **Revista de informações e debates do Ipea**, ano 7, ed. 59, 29 mar. 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2321:catid=28&Itemid=23#:~:text=No%20in%C3%ADcio%20da%20d%C3%A9%20Cada%20d,e,em%201973%2C%20por%20motiva%C3%A7%C3%B5es%20pol%C3%ADticas. Acesso em: 16 out. 2021.

IRE, Binah; SILVA, Camila Diane; LENZI, Maria Helena. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob estado de exceção. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina (org.) **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**, Curitiba: EDITORA, 2019, p. 185-208.

KOCH, Adolar. **A disciplina de EPB** - estudos de problemas brasileiros na ditadura militar e civil brasileira-1970/1993: o caso da UFRGS. 2019. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/194450/001091683.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 dez. 2021.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. Resistências lésbicas à ditadura militar no Brasil: imprensa, ativismo e a redemocratização. In: HISTÓRIA & DEMOCRACIA, 2018, Guarulhos. **Anais [...]**. Guarulhos: UNIFESP, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1531864276_ARQUIVO_ARTIGOANPUH_JULIAKUMPERA.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

LIMA, Marcus Antônio Assis. Breve Histórico da Imprensa Homossexual no Brasil. **Cronos**, Pedro Leopoldo, v. II, n. 3, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-marcus-assis-IMPrensa-HOMOSSEXUAL-BRASIL.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2021.

LIMA, Rodrigo Ramos. “**Terra de ninguém ou a terra de todo mundo**”? a opoterapia como recomendação para o tratamento de homossexuais detidos no laboratório de antropologia criminal do Rio de Janeiro (1931-1951). 2016. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24012>. Acesso em: 02 dez. 2021.

LIMONE, Amanda. Praça Júlio Mesquita. **OUTROS – Laboratório para Outros Urbanismos - FAUUSP**, 13 abr. 2018. Disponível em: <http://outrosurbanismos.fau.usp.br/lugares-memoria-lgbt-sao-paulo/praca-julio-de-mesquita/>. Acesso em: 06 ago. 2021.

LINO, Tayane Rogéria. Nas fissuras da história: o movimento lésbico no Brasil. **Revista Movimentação**, Dourados, v. 6, n. 10, 2019. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.30612%2Fmvt.v6i10.10547>. Acesso em 07 dez. 2021.

LISBOA, Suzana. “Esquerda errou ao virar as costas para a questão dos mortos e desaparecidos”. **Sul 21**, 23 mai. 2016. Disponível em:

https://sul21.com.br/entrevistasz_areazero/2016/05/esquerda-errou-ao-virar-as-costas-para-questao-dos-mortos-e-desaparecidos/. Acesso em: 07 ago. 2021.

LOPES, Fernando José. “**O pecado indigno de ser nomeado**”: delito inquisitorial de sodomia nas Minas Gerais (1700-1821). 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2019a. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/DissertacaoFernandoLopes.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

LOPES, Rodrigo Cruz. Da censura ao camburão: a regulação da homossexualidade na ditadura civil militar brasileira. **Temáticas**, Campinas, v. 28, n. 56, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/13177>. Acesso em: 03 dez. 2021.

LOPES, Rodrigo Cruz. Pode chamar de bicha, veado, baitola, mas o certo é homossexual: Uma proposta analítica para pesquisas criminológicas a partir do caso Lampião da Esquina. *In*: ENADIR: Encontro Nacional de Antropologia do Direito, 2019, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: UNICAMP, 2019b. Disponível em: <https://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Vers%C3%A3o%20final%20artigo%20ENADIR%20RODRIGO%20LOPES.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2021.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, XXVI, 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308340710_ARQUIVO_GiseleCardosodeAlmeidaMachado-ANPUH.pdf. Acesso em: 02 dez. 2021.

MACRAE, Edward. A fundação do grupo Somos. **A construção da igualdade**: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yn5sj/pdf/macrae-9788523219987-12.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.

MAIOR JR., Paulo Roberto Souto. Imprensa homossexual no Brasil na década de 1970. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 8, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/5768>. Acesso em: 08 dez. 2021.

MATTOS, Dionysius Dias de. **A infame academia**: a história da Escola das Américas sob a Doutrina de Segurança Nacional na América Latina (1959-1989). 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/90297>. Acesso em: 03 dez. 2021.

MARCELINO, Douglas Attila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão**: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=118888. Acesso em: 04 dez. 2021.

MARIANO, Alessandro Santos; PAZ, Taís Terezinha (orgs.). **LGBT Sem Terra**: rompendo cercas e tecendo a liberdade. São Paulo: Ed. dos Autores, 2021.

MENEZES, Moisés Santos de; OLIVEIRA, Antônio Carlos de; NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **LGBT e mercado de trabalho**: uma trajetória de preconceitos e discriminações. E-book Conquer... Campina Grande: Realize Editora, 2018, p. 419-430.. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/40228>. Acesso em: 14 nov. 2021.

MODELLI, Laís. 55 anos do golpe militar: A história de Cassandra Rios, a escritora mais censurada da ditadura. **BBC News Brasil**, 31 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47756468>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MOLINA, Luana Pagamo Peres. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Antíteses**, v. 4, n. 8, 2011. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/7153>. Acesso em: 09 dez. 2021.

MOREIRA, Marli. A Comissão Nacional da Verdade vai propor a criminalização da homofobia. **Agência Brasil**, São Paulo, 2014, texto digital. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-03/comissao-nacional-da-verdade-vai-propor-criminalizacao-da-homofobia>. Acesso em: 04 nov. 2021.

MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFScar, 2019, p. 53-82.

MOTT, Luiz. **O Lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.

MOTT, Luiz. **Dicionário Biográfico dos Homossexuais da Bahia (Séculos XVI-XIX)**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

MOTT, Luiz. Felipa de Souza (1591). **Permissão para existir**, 28 mar. 2017. Disponível em: <http://permissaoparaexistir.blogspot.com/2017/03/felipa-de-souza-1591.html>. Acesso em: 02 jul. 2020.

MOURA, Alessandro de. **Movimento operário e sindicalismo em Osasco, São Paulo e ABC paulista**: rupturas e continuidades. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/135966>. Acesso em: 08 mar. 2021.

NÓBREGA, Isabela Silva. **(D)moralidade e censura**: prazeres desviantes e sexualidade na obra de Cassandra Rios (1968-1977). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8363?locale=pt_BR. Acesso em: 08 dez. 2021.

NOS ANOS 70, ninguém foi mais censurado no Brasil do que Cassandra Rios. **O Globo**, 18 out. 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/nos-anos-70->

[ninguem-foi-mais-censurado-no-brasil-do-que-cassandra-rios-10425009](#). Acesso em: 14 jul. 2021.

O AI-5 ATRASOU por anos o movimento gay no Brasil. Entrevista com James Green. **Carta Capital**, 29 abr. 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-ai-5-atrasou-por-anos-o-movimento-gay-no-brasil-5222/>. Acesso em: 16 jul. 2021.

OCANHA, Rafael Freitas. “**Amor, feijão, abaixo o camburão**” - imprensa, violência e *trottoir* em São Paulo (1979-1983).2014. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/12830>. Acesso em: 10 nov. 2021.

OCANHA, Rafael Freitas. As Rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: QUINALHA, Renan. Honório; GREEN, James. (eds.). **Ditadura e Homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2019, p. 149-176.

O'DONNELL, Guillermo. **Análise do Autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

OKITO, Hiro. **Homossexualidade da opressão à libertação**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2020/02/homossexualidade-da-opressao-a-libertacao.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

OLIVEIRA JR., Alcidesio de. A glândula dos indesejáveis: definição científica da periculosidade dos indivíduos, na década de 1930-1940. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, XIX, 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12677159/as-glandulas-dos-indesejaveis-definicao-cientifica-da-anpuh-sp>. Acesso em: 03 dez. 2021.

OLIVEIRA JR., Alcidesio de. Especialização médica e construção dos ‘endocrinopatas criminais’ na Criminologia, entre as décadas de 1930 e 1960. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA, IDENTIDADE, XIII, 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUH/RJ - UFRRJ, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213302402_ARQUIVO_ArtigoEspecializacaoeEndocrinopatas.pdf. Acesso em: 09 dez. 2021.

PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. Gente de menos – nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974-1985). In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**: história e memória, v. 4. O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização. Porto Alegre: Corag, 2014, p. 35-46. Disponível em: <https://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=4czk6eM8xjU%3d&tabid=5361>. Acesso em: 09 dez. 2021.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... : terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar**. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6149>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, 2009. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/708/pdf_3. Acesso em: 11 nov. 2021.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e Violência: segurança nacional e repressão de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria de Paula; QUADRAT, Samantha Viz. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=t4lIDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 16 nov. 2021.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, XXIV, 2007, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. Disponível em: <http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/anpuhnacional/S.24/ANPUH.S24.0755.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: Reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (orgs.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p. 13-37. Disponível em: <https://silo.tips/download/entre-a-memoria-e-o-esquecimento-estudos-sobre-os-50-anos-do-golpe-civil-militar>. Acesso em: 3 dez. 2021.

PASTORE, Bruna. Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: instituto millenium? **Revista Aurora**, Marília, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/issue/view/155>. Acesso em 27 mar. de 2021.

PERRY, Keisha-Khan Y. O legado político do Manifesto do Coletivo Combahee River. **Portal Geledés**, 22 jul. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-legado-politico-do-manifesto-do-coletivo-combahee-river/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. Navalha na boca: violências e resistências das travestis brasileiras em tempos ditatoriais nas linhas do Lampião da Esquina. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, HISTÓRIA E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI: POLÍTICA, FEMINISMOS E PERFORMANCES DE GÊNERO, VI, 2018, Jataí. **Anais [...]**. Jataí: UFG, 2018. Disponível em: <https://www.2018.congressohistoriajatai.org/>. Acesso em: 04 nov. 2021.

PIOVEZAN, Adriane; FONTOURA JR., Antonio. Corpos censurados: moralismo no período da ditadura civil militar e a literatura de Cassandra Rios. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, VII, 2015, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2015.

Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/727.pdf>. Acesso em: 02 ago. de 2021.

QUEM FOI CASSANDRA RIOS, a escritora mais censurada da ditadura militar. **G1**, 31 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/03/31/quem-foi-cassandra-rios-a-escritora-mais-censurada-da-ditadura-militar.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2021.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/pt-br.php>. Acesso em: 15 nov. 2021.

QUINALHA, Renan. Dossiê. O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. **Revista Cult**, 12 jun. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-o-movimento-lgbt-brasileiro-40-anos-de-luta/>. Acesso em: 01 dez. 2021.

RIBEIRO, Jocenilson; BEZERRA, Gabriel. O discurso médico-científico em “homossexualismo e endocrinologia” (1938): representações de sujeito “anormal” na obra de Leonídio Ribeiro. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, v. 7, n. 2, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/42670995/O_discurso_m%C3%A9dico_cient%C3%ADfico_em_homossexualismo_e_endocrinologia_1938_representa%C3%A7%C3%B5es_de_sujeito_anormal_na_obra_de_Leon%C3%ADdio_Ribeiro. Acesso em: 03 fev. de 2021.

RIBEIRO, Leonídio. **Homossexualismo e endocrinologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.

RIBEIRO, Leonídio. O problema médico-legal do homossexualismo. **Revista Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 185-203, 1935.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. **De Daniele a Chrysóstomo**: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. 2013. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/283>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SANTOS, Andressa Regina Bissolotti dos; SILVA, Henrique Kramer da Cruz e. Identidade LGBT e capitalismo: a construção histórica da homofobia e as estratégias jurídicas para seu combate. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO DIREITO DA UFPR, XV, 2013, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: UFPR, 2013, p. 106-132.

SANTOS, Maria Carolina. Capas de livros de Cassandra Rios. **Marco Zero**, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://marcozero.org/o-ressurgimento-de-cassandra-rios-a-escritora-mais-censurada-do-brasil/>. Acesso em: 08 dez. 2021.

SANTOS, Wendel Souza. O movimento LGBT no Brasil (1978- 1981): um estudo sobre o Jornal Lâmpião da Esquina. **Revista Temática**, ano XI, n. 8, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SEELYE, Katherine Q. Morre Shere Hite, que vasculhou os segredos do orgasmo feminino. **Folha de S. Paulo**, 13 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/09/shere-hite-que-contestou-os-mitos-da-sexualidade-feminina-morre-aos-77.shtml>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. **Somos os filhos da revolução**: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude e o fim do regime militar (1977-1985). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30042010-130523/pt-br.php>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SCHAEFER, Murilo Maluche; BORGES, Viviane Trindade. “Mais um problema social a ser resolvido pela medicina”: a homossexualidade sob a ótica de Lenidio Ribeiro (1935). *In*: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UDESC, 26º, 2016, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UDESC, 2016. Disponível em: http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2561/3.pdf. Acesso em: 08 dez. 2021.

SERRANO, Thomaz Felipe. Exílio LGBTI+: o que restou da opressão? **Periódicos**, Salvador, n. 12, v. 1, nov. 2019 / abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/33411>. Acesso em: 12 jun. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Maria Carolina Scudeler. O Tribunal do Santo Ofício e a busca pela uniformidade da fé. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS INQUISITORIAIS, IV, 2011, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFRB, 2011, p. 1-16. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/wp-content/uploads/2012/01/Maria-Carolina-Scudeler.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2021.

SILVA, Marlon Silveira da. **A invenção da inversão**: ciência e o desejo entre mulheres. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.furg.br/handle/1/8297?show=full>. Acesso em: 04 dez. 2021.

SILVA, Zuleide Paiva da. A aventura de inventar-se ativista lésbica em tempos verde oliva: considerações sobre a primeira organização lésbica da Bahia. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, V, 2017, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UNEB, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA25_ID312_17062017053936.pdf. Acesso em 28 mar. 2021.

SOARES, Luciano Silveira. **Cuidado em saúde e transfobia**: percepções de travestis e transexuais de duas regiões do Rio de Janeiro: Maré e Cidade de Deus, sobre os serviços de saúde. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/27920/2/ve_Luciano_Silveira_ENSP_2018.pdf. Acesso em: 02 dez. de 2021.

SOBRAL, Thassio Fernandes. O crime do Lampião da Esquina (1978-1979). **Veredas da História**, v. 12, n. 1, 2019. Disponível em: <http://www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/viewFile/428/296>. Acesso em: 07 ago. 2021.

TAQUARY, Eneida Orbage de Britto. A formação do sistema penal brasileiro. **Revista Universitas Jus**, Brasília, v. 17, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/view/635/551>. Acesso em: 07 jul. de 2021.

TELES, Angela Aparecida; MUNIZ, Jurandir Ribeiro. Lampião da Esquina: imprensa e representação homossexual na Ditadura Civil-militar (1978-1981). In: SEMANA DA HISTÓRIA DO PONTAL, VI, 2018, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: UFU, 2018. Disponível em: https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/jurandir_ribeiro_muniz.pdf. Acesso em: 04 mar. 2021.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

UCHOA, Fernando. Greve geral do ABC, em 1980. **PSTU**, 01 mai. 2021. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/um-1o-de-maio-que-marcou-a-historia-da-luta-lgbti/>. Acesso em: 09 dez. 2021.

VAZ, Leonardo Ferreira Mello; LORENZETT, Gabriela. Dia mundial de combate à homofobia. **OAB/RS**, 15 mai. 2014. Disponível em: <https://www2.oabrs.org.br/noticia/dia-mundial-combate-homofobia/15045>. Acesso em: 28 jul. 2021.

VEIGA, Edison. Há 30 anos, OMS retirava homossexualidade da lista de doenças. **UOL Notícias**, 17 mai. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/05/17/ha-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doencas.htm>. Acesso em: 29 jun. 2021.

VEIGA, Edison. Quem foi Felipa de Sousa, processada por lesbianismo pela Inquisição e hoje ícone do movimento LGBT. **BBC News Brasil**, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53190229>. Acesso em: 16 fev. 2021.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 – 1990**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/ElizabethDoEspiritoSantoViana.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2021.

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. **“Onde estão as respostas para as minhas perguntas”?: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955-2001)**. 2014. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11869/1/TESE%20Kyara%20Maria%20de%20Almeida.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2021.

VILELA, Janaina Alcântara. A memória do direito do trabalho durante a ditadura militar.

Publica Direito, 2012. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=7d2be41b1bde6ff8>. Acesso em: 13 out. 2021.

WESTON, Fred. Descriminalização bolchevique da homossexualidade: intencional ou fruto de um descuido? **Marxismo**, 09 jan. 2019. Disponível em:

<https://www.marxismo.org.br/descriminalizacao-bolchevique-da-homossexualidade-intencional-ou-fruto-de-um-descuido3/>. Acesso em: 25 jul. 2021.